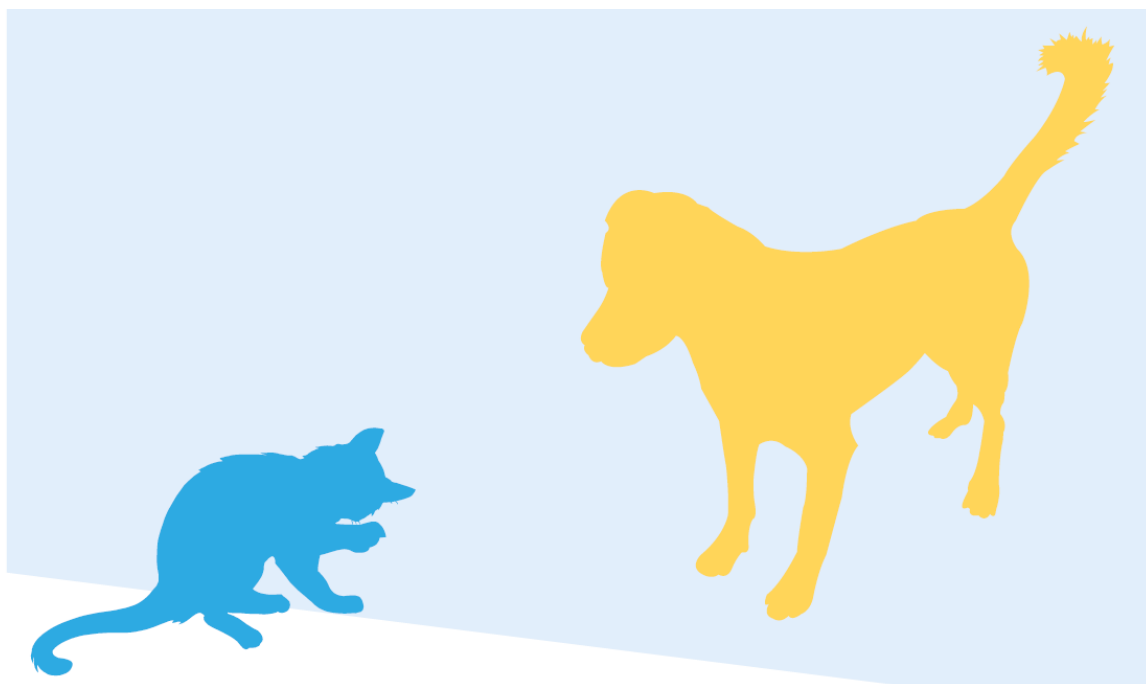


Bem-estar de cães e gatos envolvidos em práticas comerciais:

Revisão da legislação nos Estados-Membros da UE

ESTE DOCUMENTO FOI REPRODUZIDO COM A GENTIL AUTORIZAÇÃO DA EU DOG & CAT ALLIANCE
A EU DOG & CAT ALLIANCE NÃO ASSUME NENHUMA RESPONSABILIDADE POR QUAISQUER ERROS OCORRIDOS NA
TRADUÇÃO DE INGLÊS PARA PORTUGUÊS, QUE É DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
MÉDICOS VETERINÁRIOS ESPECIALISTAS EM ANIMAIS DE COMPANHIA (APMVEAC)





Índice

Resumo executivo	
Introdução	
Legislação Nacional nos Estados Membros da UE	
Alemanha	
Áustria	
Bélgica	
Bulgária	
Chipre	
Croácia	
Dinamarca	
Eslováquia	
Eslovénia	
Espanha	
Estónia	
Finlândia	
França	
Grécia	
Holanda	
Hungria	
Irlanda	
Itália	
Letónia	
Lituânia	
Luxemburgo	
Malta	
Polónia	
Portugal	
Reino Unido	
República Checa	
Roménia	
Suécia	
Conclusões	
Recomendações	
Anexo 1	
Agradecimentos	

Resumo executivo

A EU Dog & Cat Alliance foi criada em 2014 e reúne as organizações de bem-estar de cães e gatos existentes em toda a União Europeia. A Alliance pretende chamar a União Europeia a agir para a construção de uma Europa melhor para os cães e gatos.

Não existe, actualmente, nenhuma legislação europeia que proteja os gatos e cães no contexto das práticas comerciais, com excepção das regras de transporte e requisitos de sanidade para o movimento transfronteiriço. A legislação destinada à protecção do bem-estar dos cães e gatos envolvidos em práticas comerciais é, deste modo, deixada ao critério de cada Estado Membro. A Legislação Nacional pode variar substancialmente ao longo da UE, com a existência de legislação muito estrita em alguns países e quase inexistente noutros. Esta situação pode trazer consequências sérias quer para o bem-estar como para a sanidade animal e a saúde humana, a protecção do consumidor e o funcionamento do mercado interno.

A *EU Dog and Cat Alliance* recorreu a uma lista de questões para reunir informação relativa à identificação e registo, criação, comércio e mutilações cirúrgicas em cada um dos 28 Estados Membros, de modo a avaliar a legislação nacional relativa a cães e gatos envolvidos em práticas comerciais na União Europeia. Os resultados estão resumidos neste relatório.

Esta situação pode trazer consequências sérias quer para o bem-estar como para a sanidade animal e a saúde humana, a protecção do consumidor e o funcionamento do mercado interno.

A Legislação Nacional pode variar substancialmente ao longo da EU, com a existência de legislação muito estrita em alguns países e quase inexistente noutros.

Resultados

A **identificação e registo de cães** são, actualmente, obrigatórios em 19 Estados Membros. Este número subirá para 23 Estados Membros em 2016, altura em que esta obrigatoriedade será introduzida na Irlanda, Lituânia, Letónia e no restante Reino Unido. Embora a maioria dos Estados Membros possua uma base de dados nacional para os cães registados, a maioria delas não se encontra associada a nenhuma base de dados europeia, impossibilitando uma rastreabilidade completa nas situações em que os cães são transportados através das fronteiras da UE. No caso dos gatos, apenas dois Estados Membros impõem a identificação e registo obrigatórios a nível nacional, enquanto em três países só existem regras que estabelecem esta obrigatoriedade em algumas regiões.

Os criadores comerciais necessitam estar registados e/ou licenciados na maioria dos Estados Membros, mas a definição de criador comercial não está harmonizada entre os diferentes países. Os requisitos que os criadores têm de cumprir também variam substancialmente entre países, com, por exemplo, a necessidade de uma inspecção ao estabelecimento por uma autoridade competente antes de iniciar a actividade de criador obrigatória em apenas 12 Estados Membros; a existência de uma base de dados nacional de criadores licenciados/registados em apenas 8 Estados Membros; requisitos para a sociabilização de cachorros e de

gatinhos em 6 Estados Membros e regras para a prevenir a reprodução selectiva de cães e gatos portadores de afecções genéticas em 15 Estados Membros. Adicionalmente, mesmo quando existem regras, o nível de detalhe também apresenta uma grande variabilidade, e alguns países possuem padrões muito inferiores a outros.

Os **comerciantes** de cães e gatos têm de ser licenciados na maioria dos Estados Membros. No entanto, à semelhança do que se verifica para os criadores, os requisitos para o licenciamento variam extensamente. É permitida a venda de cães e gatos em lojas de animais em 20 Estados Membros, e a venda de gatos em lojas de animais é permitida em mais um Estado Membro; a venda de cães e gatos em mercados é permitida em 15 Estados Membros; não existe uma idade mínima a partir da qual um cachorro ou gatinho pode ser vendido, em 8 e 10 Estados Membros respectivamente; nas situações em que existe uma idade mínima para a venda, ela varia entre sete e oito semanas para os cachorros, e entre sete e doze semanas para os gatinhos. Em alguns Estados Membros não existe nenhum tipo de regulamento para o comércio de cães e gatos.

As **mutilações cirúrgicas**, como sejam a amputação de caudas e pavilhões auriculares, a onicoectomia e desvocalização são proibidas na maioria dos Estados Membros. No entanto, a amputação de cauda ainda é permitida em 4 Estados Membros e existem excepções sob circunstâncias específicas em mais 9 Estados Membros.

Sempre que um cachorro ou gatinho é vendido através de uma loja de animais, mercado, internet ou através de um comerciante que não seja o criador, os proprietários podem desconhecer onde e como o seu novo animal de estimação foi criado e que tipo de experiências teve.

Conclusões

Estes resultados confirmam a grande variação existente entre países e salienta falhas substanciais na legislação nacional que protege os gatos e cães envolvidos em transacções comerciais. Na ausência de legislação europeia que harmonize a legislação existente nos vários Estados Membros da UE, é provável que esta variabilidade tenha implicações graves, não apenas em termos de bem-estar dos cães e gatos, mas também em áreas chave nas quais a UE tem competência para legislar, nomeadamente: saúde pública, protecção ao consumidor e no funcionamento do mercado interno. As conclusões mais importantes estão resumidas abaixo, e sempre que esses factos estejam relacionados com uma área da competência da UE, esse facto vem salientado a negrito.

A inexistência de um sistema de identificação e registo de cães e gatos, que seja acessível em toda a UE, implica que haja, actualmente, uma rastreabilidade limitada quando os animais são transportados.

- A inexistência de um sistema de identificação e registo de cães e gatos, que seja acessível em toda a UE, implica que haja, actualmente, uma rastreabilidade limitada quando os animais são transportados. Este facto coloca um risco para a sanidade animal e a **saúde pública**, em caso de surto de doença, e para a **protecção ao consumidor**, quando os

compradores não conseguem determinar de onde é originário o seu novo animal de estimação.

- A existência de padrões fracos durante a reprodução pode estar na origem de problemas graves de bem-estar e aumentar o risco de doença. Este facto coloca um risco para a **protecção ao consumidor**, sempre que os compradores são confrontados com despesas de veterinário inesperadamente elevadas para o seu novo animal de estimação. Uma má sociabilização de cachorros e gatinhos também pode estar na origem de problemas comportamentais. Os problemas de comportamento constituem a principal causa de entrega de animais a organizações de acolhimento pelos proprietários. A variabilidade nos padrões de criação também tem um impacto importante no custo associado à criação, o que distorce a competitividade entre Estados Membros, prejudicando o **funcionamento do mercado interno** e constitui um claro incentivo para o tráfico ilegal.
- A grande variabilidade existente na legislação nacional relativa à transacção de cães e gatos pode estar na origem de problemas graves. Sempre que um cachorro ou gatinho é vendido através de uma loja de animais, mercado, internet ou através de um comerciante que não seja o criador, os proprietários podem desconhecer onde e como o seu novo animal de estimação foi criado e que tipo de experiências teve. Este facto coloca um risco à **protecção ao consumidor** sempre que os proprietários comprem, inconscientemente, animais com probabilidade para apresentar, ou vir a desenvolver, problemas de saúde ou de comportamento. Também há um impacto no **funcionamento do mercado interno** nas situações em que os comerciantes de alguns países possuam uma desvantagem competitiva relativamente aos de outros países.

Recomendações

A *EU Dog & Cat Alliance* recomenda a adopção de uma legislação europeia que inclua o seguinte:

- **Sistema obrigatório de identificação permanente e registo de cães e gatos numa base de dados adequada, que esteja associada a uma base de dados da UE.**
- **Licenciamento obrigatório dos criadores de cães e gatos e padrões de criação para cães e gatos harmonizados na UE**, com requisitos mínimos que incluam as condições nas quais os cães e gatos são mantidos, formação para criadores, sociabilização para cachorros e gatinhos e a prevenção da criação selectiva de cães e gatos com problemas genéticos.
- **Proibição da venda de cães e gatos em lojas de animais, em mercados, espectáculos e exposições, bem como na rua.** Os cães e gatos só devem ser vendidos nas instalações dos criadores, o que permite aos novos proprietários observar as condições nas quais o seu animal de estimação cresceu.
- **Adopção de medidas de controlo adequadas para a venda de cães e gatos através da Internet.**
- **Regulamentos específicos para o transporte de cães e gatos no contexto de uma actividade económica** para proteger o seu bem-estar, à semelhança do existente no Regulamento do Conselho (EC) No 1/2005.
- **Proibição absoluta de todas as mutilações cirúrgicas não justificadas por motivos de saúde.**

O relatório completo, e uma revisão dos pontos-chave para cada país da UE estão disponíveis em:

www.dogandcatwelfare/national-legislation

Introdução

A EU Dog & Cat Alliance foi criada em 2014 e reúne as organizações de bem-estar de cães e gatos existentes em toda a União Europeia. A Alliance pretende chamar a União Europeia a agir para a construção de uma Europa melhor para os cães e gatos.

Existem, na União Europeia, cerca de 66 milhões de gatos e cerca de 61 milhões de cães com proprietário. No entanto, a legislação europeia destinada à protecção do seu bem-estar é escassa. Deste modo, a *EU Dog and Cat Alliance* elaborou este relatório para avaliar a legislação relevante relacionada com cães e gatos existente a nível nacional, em cada um dos 28 Estados Membros da UE. O relatório tem como objectivo proporcionar uma visão global da variabilidade existente na legislação nacional e avaliar o risco de distorção da competitividade a nível do mercado interno, bem como o impacto negativo potencial para a saúde humana e animal e para a protecção ao consumidor.

Hoje em dia, o transporte de cães e gatos na UE associada a uma actividade económica é regido pelo Regulamento (EC) 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. Exige que os animais estejam aptos para viajar – gatos e cães com idade inferior a oito semanas só podem ser transportados se forem acompanhados pela progenitora – e proíbe o transporte de uma forma que seja passível de causar-lhes lesão ou sofrimento desnecessário. Neste contexto, os gatos e cães têm de ser alimentados a intervalos regulares não superiores a 24 horas e abeberados a intervalos de tempo inferiores a oito horas. Também é necessária a existência de regras escritas explícitas relativamente ao fornecimento de água e alimento. Os gatos e cães transportados a distâncias inferiores a 50 km não são abrangidos por estas regras.

A Comissão Europeia comprometeu-se a adoptar regras detalhadas para o transporte de cães e gatos após a adopção de uma opinião relativamente a este tópico pela Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar.¹ Apesar de esta opinião ter sido publicada em Maio de 2004², a Comissão Europeia nunca chegou a propor regras adicionais para contemplar as espécies ausentes no Regulamento de 2005 (gatos, cães, aves de capoeira e peixes, entre outros).

Existem, na União Europeia, cerca de 66 milhões de gatos e cerca de 61 milhões de cães com proprietário. No entanto, a legislação europeia destinada à protecção do seu bem-estar é escassa.

¹Preâmbulo 9: “Serão estabelecidas provisões específicas para aves de capoeira, gatos e cães na forma de propostas adequadas, quando forem disponíveis opiniões relevantes da Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA)”

²Opinião do Painel Científico sobre a Sanidade e Bem-Estar Animal após solicitação da Comissão, relativa ao bem-estar de animais durante o transporte (Questão Nº EFSA-Q-2003-094), Adoptada a 30 de Março de 2004: <http://www.efsa.europa.eu/en/efsajournal/doc/44.pdf>

Os gatos e cães também estão incluídos nas regras previstas pelo Regulamento (EU) No 576/2013 relativo ao movimento não comercial de animais de estimação³. Por motivos de sanidade, os cães, gatos e furões que se desloquem através das fronteiras da UE por motivos não comerciais necessitam ser identificados, vacinados contra a Raiva e acompanhados de um Passaporte do Animal de Estimação. Antes de entrar na Finlândia, Irlanda, Malta e Reino Unido, os cães também têm de ser tratados contra o parasita *Echinococcus multilocularis*.

Quando são transportados mais de cinco animais ou se o transporte tiver objectivos comerciais (incluindo o realojamento) aplicam-se as regras adicionais da Directiva do Conselho 92/65/EEC. Esta Directiva exige a realização de um exame físico por um Médico Veterinário, que ateste que os animais estejam em boas condições de saúde. Este exame tem de ser efectuado no máximo 48 horas antes do transporte. Os animais também têm de ser acompanhados por um Certificado de Sanidade.

Como complemento à legislação europeia, o Conselho da Europa adoptou em 1987 a Convenção para a Protecção de Animais de Estimação (ETS 125)⁴, que entrou em vigor em 1992. A Convenção cobre os aspectos gerais do bem-estar dos animais de estimação, como sejam a detenção, criação e mutilações cirúrgicas, e é completada por duas Resoluções, uma relativa a intervenções cirúrgicas e outra relativa à criação, que foram adoptadas em 1995. Apesar de esta Convenção ter sido adoptada há muitos anos, mais de um terço dos Estados Membros da UE não a ratificaram (10 Estados Membros). Uma vez que a Convenção não constitui legislação europeia, e é deixado ao critério de cada país individual a implementação das suas provisões na respectiva Legislação Nacional, não existe nenhum mecanismo de obrigatoriedade que permita uma implementação uniforme e a obrigatoriedade adequada das suas provisões nos países da UE.

Para além da legislação europeia descrita anteriormente, não existe nenhuma legislação adicional que proteja o bem-estar dos cães e gatos a nível da UE. Esta falta de legislação europeia conduz à existência de padrões nacionais que variam de forma marcada no espaço da UE, o que está na origem de problemas de bem-estar. Os animais de estimação, mais especificamente os cães e gatos, podem ser deslocados entre os Estados Membros da UE por diversos motivos, como seja para acompanhar os proprietários durante os períodos de férias, a participação em espectáculos e exposições, ou a emigração com o respectivo proprietário para outro país. Também podem ser transportados para comércio ou por motivos de realojamento. Na Bélgica, por exemplo, 30.209 dos 154.857 cães registados em 2011 (cerca de 20%) vieram de outros Estados Membros da UE, maioritariamente da Eslováquia,

Esta falta de legislação europeia conduz à existência de padrões nacionais que variam de forma marcada no espaço da UE, o que está na origem de problemas de bem-estar.

³http://ec.europa.eu/food/animal/liveanimals/pets/comm_intra_en.htm

⁴<http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.asp?NT=125&CM=1&DF=02/02/2015&CL=ENG> Países que não assinaram: Croácia, Hungria, Irlanda, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Reino Unido (9MS); Assinou, mas não ratificou: Holanda

República Checa, Holanda e Hungria.⁵ Na ausência de legislação europeia que harmonize a legislação nacional existente entre os Estados Membros da UE, estas actividades transfronteiriças que envolvam cães e gatos podem ter um grande impacto na saúde humana e animal (nas situações em que possa ocorrer transferência de doenças entre Estados Membros), na protecção ao consumidor (sempre que os compradores desconheçam onde e como o seu animal de estimação foi criado e cresceu) e no funcionamento do mercado interno (nas situações que a legislação nacional torne mais dispendiosa a criação de cães e gatos nuns países relativamente a outros).

Na Estratégia da União Europeia para a Protecção e Bem-Estar dos Animais 2012-2015, a Comissão Europeia comprometeu-se a financiar um estudo com a duração de um ano acerca do bem-estar de cães e gatos envolvidos em práticas comerciais. Este estudo começou no início de 2014 e apresentará resultados no início de 2015. Os achados obtidos com este trabalho estarão na origem de recomendações para a acção da UE. Parte do estudo envolverá a avaliação da legislação nacional relativa à criação e venda de cães e gatos. No entanto, só foram incluídos no estudo 12 dos 28 Estados Membros.

O presente relatório tem como objectivo a avaliação da legislação relevante existente a nível nacional em cada um dos 28 Estados Membros da UE, relativamente ao bem-estar de cães e gatos envolvidos em práticas comerciais.

Devido às limitações existentes na informação disponível, este relatório não pretende avaliar de que forma as prerrogativas legais foram implementadas e exigidas pelas autoridades nacionais. Não pretende, igualmente, avaliar se o se os recursos alocados são suficientes, seja relativamente a agentes de autoridade, infra-estruturas ou recursos financeiros. Deve, portanto, manter-se em consideração que, apesar de este relatório documentar os requisitos legais existentes em cada Estado Membro da UE, haverá alguma variabilidade na implementação e imposição desta legislação nacional.

Metodologia

Com base numa lista de questões (Anexo 1), a *EU Dog & Cats Alliance* reuniu informação relativa a quatro áreas relacionadas com o bem-estar de cães e gatos envolvidos em práticas comerciais: identificação e registo, criação, comércio e mutilações cirúrgicas.

A metodologia aplicada cumpriu as seguintes etapas:

- Identificação da legislação relevante existente em cada Estado Membro, maioritariamente mediante pesquisa na Internet ou através do contacto directo com ONGs ou as autoridades nacionais competentes;
- Avaliação da legislação e produção de um resumo da informação existente para cada Estado Membro, utilizando a lista de questões apresentada no Anexo 1;

⁵http://ec.europa.eu/dgs/health_food-safety/information_sources/docs/28102013-10-eric_van_tilburgh_en.pdf

- Verificação da informação apresentada no resumo com as autoridades nacionais competentes para identificar quaisquer falhas e garantir uma interpretação correcta. Sempre que não foi possível contactar as autoridades competentes, esta verificação foi efectuada junto de uma ONG nacional com competência reconhecida nesta área.

Esta pesquisa foi efectuada entre Novembro de 2014 e Fevereiro de 2015.

Esta secção contém o sumário da legislação nacional existente em cada um dos 28 Estados Membros da UE. Para que seja possível efectuar uma comparação entre os países, cada resumo segue a mesma estrutura e está dividido em quatro áreas chave relacionadas com o bem-estar de cães e gatos envolvidos em práticas comerciais. São elas:

- Identificação e Registo
- Criação
- Comércio
- Mutilações cirúrgicas

Os resumos individuais de cada país podem ser descarregados em:

www.dogandcatwelfare/national-legislation

Legislação Nacional nos Estados Membros da UE

O presente relatório tem como objectivo a avaliação da legislação relevante existente a nível nacional em cada um dos 28 Estados Membros da UE, relativamente ao bem-estar de cães e gatos envolvidos em práticas comerciais.



Alemanha

Identificação e Registo

Cães

Na Alemanha, não existe nenhuma obrigatoriedade nacional para proceder à identificação e registo permanente dos cães. Os proprietários de cães podem identificar e registar os seus animais caso o desejem. A Alemanha é constituída por 16 Estados Federais e a identificação e registos dos cães é obrigatória em alguns deles.

Gatos

De acordo com a Lei do Bem-Estar Animal, não é, em geral, compulsiva a obrigatoriedade de identificar e registar os gatos. No entanto, o Artigo 13b da Lei do Bem-Estar Animal atribui aos Estados Federais o poder para ordenar a castração dos gatos caso haja problemas de bem-estar em populações de gatos errantes. Neste contexto, os Estados Federais também podem exigir a identificação e registos destes gatos.

As principais bases de dados para animais de estimação na Alemanha são a TASSO (www.tasso.net) e o Registo Alemão dos Animais de Companhia (Deutsches Haustierregister www.registrier-dein-tier.de), geridas por uma organização alemã de bem-estar animal. A TASSO está ligada a uma base de dados com um motor de busca mundial, a petmaxx.com, e à base de dados central da UE Europetnet. Existe outra base de dados activa na Alemanha, à semelhança de outros países: a IFTA (<http://www.tierregistrierung.de>).

Regulamentação de criadores de cães e gatos

É necessário uma autorização das Autoridades Competentes para qualquer pessoa que pretenda criar ou vender gatos e/ou cães comercialmente. Existem requisitos nacionais que os criadores têm de cumprir para ser autorizados, mas são os Estados Federais os responsáveis por emitir a autorização.

Os criadores são, geralmente, considerados comerciais quando:

- Têm 3 ou mais cadelas reprodutoras ou produzem 3 ou mais ninhadas por ano

- Têm 5 ou mais gatas ou produzem 5 ou mais ninhadas por ano.

A candidatura tem de indicar as espécies animais envolvidas, a pessoa responsável pela actividade e informação acerca das instalações e equipamento.

O candidato também tem de proporcionar evidência que ele/ela adquiriu o conhecimento especializado exigido e tem competência prática adquirida através de treino, experiência profissional prévia ou outro tipo de experiência com animais. Antes de emitir a autorização, as Autoridades Competentes têm de ficar satisfeitas que as instalações e equipamento destinado a ser usado na actividade permitem que os animais recebam alimentação, cuidados e alojamento adequados. A autorização pode ser emitida com limites temporais, condições e requisitos exigidos pelo bem-estar animal, como sejam, por exemplo, uma obrigação de identificar os animais, bem como de manter um registo, treino regular e treino adicional.

As autoridades competentes dos Estados Federais são responsáveis por emitir as licenças e podem entrevistar os candidatos para avaliar a sua competência, especialmente se for baseada em experiência prévia e não em treino específico. As autoridades competentes têm de inspecionar as instalações antes de emitir a autorização.

Na Alemanha, é proibido reproduzir vertebrados se for expectável que os seus descendentes, na sequência de factores de hereditariedade, possam ter falta de partes do corpo ou de órgãos, ou que possam sem doentes ou ter mal-formações que lhes causem dor, sofrimento ou lesão. Também é proibido reproduzir vertebrados se se esperar a ocorrência de problemas comportamentais nos descendentes devido a factores de hereditariedade, que possam conduzir a sofrimento ou aumento da agressividade.

Não existe nenhuma base de dados central para o registo de informação dos criadores. Não existem Códigos de Boas Práticas para criadores de cães e gatos publicados pelo Ministério Federal da Alimentação e Agricultura.

Requisitos para a criação de cães

Um Regulamento específico inclui provisões relativas à protecção dos cães. Tanto quanto for possível, os cães devem ser mantidos em grupos e têm de ter acesso a um espaço exterior. Tem de ser respeitada a sua necessidade de contacto social. Os cachorros não podem ser desmamados antes da idade de 8 semanas.

Os criadores comerciais têm de garantir que exista pelo menos uma pessoa, com conhecimentos teóricos e práticos comprovados, responsável por cada dez cães reprodutores e respectivos cachorros.

A legislação inclui requisitos para a manutenção de cães no interior e no exterior, relativamente ao espaço, temperatura, materiais de construção dos abrigos, iluminação, alimentação e cuidados.

Os cães têm de ser inspecionados pelos menos uma vez por dia.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem provisões específicas relativamente à criação de gatos. Aplicam-se as provisões gerais que constam da Lei do Bem-Estar Animal.

Regulamentação de comerciantes de cães e gatos

Os vendedores comerciais têm de se candidatar a uma autorização emitida pelas Autoridades Competentes. A candidatura tem mesmas regras descritas para os criadores.

Os vendedores comerciais têm de garantir que os seus funcionários (com excepção dos formandos) lhes proporcionaram comprovativo da sua competência, baseada em treino, experiência profissional prévia ou outro tipo de manipulação de animais, ou de educação relevante. É proibida a venda de gatos e/ou cães a crianças e adolescentes menores de 16 anos, sem o consentimento de um pai ou guardião legal.

Para além das provisões do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte, os requisitos relativos ao transporte de animais, incluindo cães e gatos, são definidos por legislação nacional relativa à protecção dos animais durante o transporte. Um anexo proporciona requisitos de espaço específicos para cães e gatos, de acordo com a sua altura ao garrote.

É permitida a venda de cães e gatos através da Internet, em lojas de animais e em mercados, mas é necessária uma autorização emitida pela autoridade competente se esta venda for efectuada de forma comercial.

Mutilações cirúrgicas

Na Alemanha, é proibida a amputação de partes do corpo de um vertebrado, com excepção das justificadas por motivos veterinários ou para determinadas raças de cães de trabalho, caso não haja objecção por parte do veterinário. Na prática, isto significa que são proibidas a amputação de orelhas, desvocalização e onicoectomia, e que a amputação de cauda é proibida, excepto em determinadas circunstâncias bem definidas.

Ligações à Legislação

Acto para o Bem-Estar Animal (versão em Inglês):

http://www.cgerli.org/fileadmin/user_upload/interne_Dokumente/Legislation/TierSchG2011.pdf

Regulamentação relativa aos cães (em Alemão):

<http://www.gesetze-im-internet.de/tierschhuv/index.html>

Regulamentação relativa ao treino profissional (em Alemão):

http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/tierpflausbv_2003/gesamt.pdf

Regras para a autorização de criadores (Allgemeine Verwaltungsvorschrift zur Durchführung des Tierschutzgesetzes):

http://www.verwaltungsvorschriften-im-internet.de/bsvwvbund_09022000_32135220006.htm

Regulamentação relativa à Protecção dos Animais durante o Transporte (em Alemão):

http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/tierschtrv_2009/gesamt.pdf

Regulamentação relativa Geral Administrativa para a implementação do Acto para a Protecção Animal (em Alemão):

http://www.verwaltungsvorschriften-im-internet.de/bsvwvbund_09022000_32135220006.htm

Regulamento relativo à Protecção dos Animais durante o Transporte (em Alemão):

http://www.gesetze-im-internet.de/tierschtrv_2009/BJNR037500009.html



Identificação e Registo

Cães

Desde 30 de Junho de 2008, todos os cães têm de ser identificados com microchip antes de completarem três meses de idade. Os dados relativos ao cão, bem como os dados pessoais do detentor e proprietário, também têm de ser registados na base de dados nacional criada pelo Ministério da Saúde, no período máximo de um mês após a identificação electrónica, a entrada no país ou a alteração de proprietário.

Esta base de dados está disponível em:

<https://heimtierdatenbank.ehealth.gv.at/>

As três bases de dados pré-existent para animais de companhia (IFTA, petcard e Datenbank animal data) são compatíveis com a base de dados central. Existe um contrato celebrado com o Ministério da Saúde que exige a transferência da informação existente nestas bases de dados para a Base de Dados Nacional. Está prevista a ligação desta última à base de dados europeia Europetnet.

Gatos

Não é obrigatória a identificação permanente e registo dos gatos. Estes animais podem ser registados numa das bases de dados privadas referidas anteriormente, mas não na base de dados nacional associada ao Ministério da Saúde.

Regulamento de criadores de cães e gatos

A detenção de animais como forma de actividade económica carece de uma autorização. A detenção de animais destinados à reprodução e venda tem de ser autorizada pela autoridade competente antes de poder ser iniciada. Na candidatura a esta autorização deve figurar o

nome e morada do detentor, a espécie e o número máximo de animais detidos, bem como o local onde eles são alojados.

É efectuada uma inspecção ao estabelecimento no espaço de seis meses após o registo.

A Lei para a Protecção Animal prevê a realização de inspecções como forma de verificar o cumprimento dos requisitos propostos. Um regulamento de 2004 relativo ao controlo dos estabelecimentos registados para a detenção de animais exige a realização de uma inspecção anual.

Para obter a aprovação, a detenção de animais com fins comerciais tem de cumprir os requisitos propostos na Lei para a Protecção Animal, bem como nos Regulamentos nela baseados (Regulamento para a Detenção de Animais e Regulamento para os Controlos do Bem-estar Animal) e os conhecimentos científicos relacionados com o bem-estar dos animais detidos. O Regulamento para a Detenção de Animais inclui requisitos que envolvem todos os aspectos da detenção de animais, com sejam:

- Dimensão do alojamento
- Enriquecimento Ambiental
- Alimentação e abeberamento
- Tratamento e inspecção dos animais
- Obrigatoriedade de manter um registo, disponível para consulta pelas autoridades competentes caso seja solicitado
- Obrigatoriedade de fornecer informação aos clientes relativamente às condições de manejo adequadas e às vacinações necessárias efectuar
- Os Anexos constantes do Regulamento, relativos à protecção dos animais detidos com fins comerciais incluem exigências específicas para cães e para gatos.

É necessária a existência regular e permanente de um número suficiente de pessoas com conhecimentos relativos à espécie animal em questão, nos locais onde são detidos animais com fins comerciais. Também tem de estar disponível informação que comprove o grau de educação e treino das pessoas envolvidas na detenção dos animais.

Não existe nenhuma base de dados central de criadores autorizados a nível ministerial. A elaboração de uma lista actualizada de criadores, disponível sempre que necessário, é da responsabilidade das províncias (*Landers*).

Os criadores têm de ser registados no Sindicato de Criadores, que tem de manter o registo actualizados dos criadores e emitir regras de orientação para a criação de diferentes raças.

Os cachorros têm de ser identificados com microchip e registados na Base de Dados Nacional antes de ser vendidos.

A Lei proíbe a criação de animais sempre que se preveja que essa criação cause sofrimento aos animais ou aos seus descendentes, em particular se associado a anomalias genéticas. A criação de animais cujos descendentes manifestem um dos seguintes sinais é formalmente proibida: dispneia, alterações na locomoção, claudicação, inflamação da pele, alopecia, inflamações das pálpebras, conjuntiva e/ou córnea, cegueira, exoftalmia, surdez, sintomatologia neurológica, alterações dentárias, deformação da abóbada craniana, conformação corporal associada a uma elevada probabilidade de que o parto natural não será possível ser completado.

Requisitos para a criação de cães

Os cachorros não devem ser separados das progenitoras antes da idade de oito semanas. Em algumas províncias (*Landers*), os proprietários de cães de raça considerada potencialmente perigosa necessitam completar um curso e obter um certificado.

Um Anexo do Regulamento para a Detenção de Animais inclui requisitos específicos para cães, que se referem às condições de alojamento no interior e no exterior (incluindo a qualidade do ar, temperatura, iluminação, locais de repouso e de refúgio), requisitos de sociabilização, requisitos de alimentação e abeberamento, cuidados relacionados com o exercício e cuidados de assistência médica.

Requisitos para a criação de gatos

Os gatinhos não devem ser separados das progenitoras antes das oito semanas de idade.

Um Anexo do Regulamento para a Detenção de Animais inclui os requisitos específicos para gatos, nomeadamente as necessidades de espaço, interacção social, locais de refúgio, a necessidade de proporcionar um local onde afiar as unhas, requisitos de alimentação e abeberamento, manejo e assistência veterinária.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

À semelhança dos criadores, os comerciantes de cães e gatos têm de ser registados. O processo necessário para a aprovação é o mesmo anteriormente descrito para os criadores. Um Regulamento para a protecção de animais no âmbito de actividades comerciais inclui as lojas de animais e apresenta requisitos específicos para cães e gatos, que não podem ser comercializados antes da idade de desmame de oito semanas. Os cães e gatos não podem ser exibidos nas montras das lojas de animais. Os cachorros destinados a venda têm de ser mantidos numa sala separada. As condições necessárias para obter aprovação para a venda de gatos e cães em lojas de animais incluem a existência de um acordo entre a loja de animais e um médico veterinário responsável.

O Regulamento para o manejo comercial de animais inclui regras relativas à detenção de cães e gatos nas lojas de animais, incluindo provisões relacionadas com os cuidados com os animais, dimensão e tipo de espaço proporcionado.

Não é permitida a venda de cães e gatos na rua. É proibida a oferta e venda de animais em áreas de acesso público, bem como a oferta itinerante de animais para venda, excepto no contexto de um evento no qual exista um controlo veterinário oficial.

Não existe controlo aplicado a comércio de animais através da Internet, mas a oferta de animais para venda só é permitida no contexto da detenção de animais no âmbito de actividades comerciais – por comerciantes ou criadores devidamente licenciados.

O transporte de gatos e cães é abrangido apenas pelo Regulamento EU 1/2005 relativo à protecção de animais durante o transporte.

Os menores de 14 anos não podem comprar um animal sem o consentimento do respectivo tutor legal.

Mutilações cirúrgicas

As amputações de pavilhões auriculares e de cauda, desvocalização e onicoectomia em cães e gatos são proibidas ao abrigo da Lei para a Protecção Animal. Também é proibida a exibição, importação, compra, venda ou transferência de um cão nascido após 1 de Janeiro de 2008 que tenha sido submetido a qualquer mutilação cirúrgica proibida na Áustria.

Ligações à Legislação

Versão consolidada da Lei Federal para a Protecção de Animais (Animal Protection Act – TShG)

<http://www.ris.bka.gv.at/GeltendeFassung.wxe?Abfrage=Bundesnormen&Gesetzesnummer=20003541>

Regulamento para a detenção de animais (Tierhaltungsverordnung)

<https://www.ris.bka.gv.at/GeltendeFassung.wxe?Abfrage=Bundesnormen&Gesetzesnummer=20003860>

Regulamento para os controlos de bem-estar animal (Tierschutz-Kontrollverordnung – TSchKV)

https://www.ris.bka.gv.at/Dokumente/BgblAuth/BGBLA_2004_II_492/BGBLA_2004_II_492.html

Regulamento para a protecção e detenção de animais no âmbito de actividades comerciais (Tierhaltungs-Gewerbeverordnung – TH-GewV):

<https://www.ris.bka.gv.at/GeltendeFassung/Bundesnormen/20003832/TH-GewV%2cFassung%20vom%2015.12.2014.pdf>



Identificação e Registo

Cães

Na Bélgica, todos os cães têm de ser permanentemente identificados com um microchip antes de serem vendidos, cedidos ou em qualquer outra situação antes de atingirem as 8 semanas de idade. Os cães também têm de estar registados numa base de dados central. Os dados registados incluem a raça, género, data de nascimento e a cor. Existe uma base de dados central para cães, gerida por uma entidade privada para os serviços de bem-estar animal das três regiões da Bélgica (Flandres, Wallonia e Bruxelas): www.dogid.be. Esta base de dados é membro da Europetnet.

Gatos

Não existe, actualmente, nenhuma obrigatoriedade para identificar nem registar os gatos na Bélgica, embora tenha sido criado um plano para o gato, que está a ser implementado. Desde 1 de Setembro de 2014 que os gatos têm de ser identificados com um microchip, registados e esterilizados antes de serem vendidos ou cedidos gratuitamente. Esta regra aplica-se tanto a associações como a proprietários individuais. Existem várias bases de dados geridas, simplesmente, pelas associações de protecção a felinos, e também existe uma base de dados comercial (Idchips: www.idchips.com) que é membro da Europetnet. Embora ainda não seja obrigatório para todos os donos individuais de gatos, aqueles que desejarem identificar e registar o seu gato também podem fazê-lo através da Idchips. O Decreto Real que implementa o plano do gato contempla a possibilidade de estender a obrigatoriedade de esterilização, identificação e registo a todos os gatos, com base nas estatísticas reunidas pelas associações, a situação de Saúde Pública e a opinião do Conselho para o Bem-Estar Animal.

Regulamentação de criadores de cães e gatos

A Bélgica adoptou regulamentos detalhados relativos à criação de animais, que abrangem os criadores de cães e de gatos.

Os criadores ocasionais (que produzam um número máximo de 2 ninhadas por ano) não necessitam de ser registados. Todos os outros criadores têm de ser registados e licenciados.

Para o fazerem, têm de se candidatar ao licenciamento, disponibilizando informação pormenorizada relativamente ao local da criação, incluindo uma descrição das instalações, número e grau de educação da equipa, as suas funções e tempo alocado a cada função, um mapa das instalações onde conste o número de salas, a respectiva utilização e dimensões, e garantia de pagamento de uma taxa, que é obrigatória antes do registo, uma cópia do contrato celebrado com um veterinário acreditado que monitorizará a saúde e bem-estar dos animais e vaciná-los-á. Em 2014, a taxa foi de 75€ para os criadores com menos de 10 fêmeas reprodutoras e para estabelecimentos comerciais, e de 250€ para criadores com mais de 10 fêmeas reprodutoras.

Quando o processo é considerado completo pela Autoridade Competente, é providenciada uma licença provisória. De seguida, é efectuada uma inspecção oficial e, se considerada satisfatória, é atribuída uma licença final.

Os controlos dos estabelecimentos de criação efectuados pela Autoridade competente são efectuados de acordo com um plano pré-estabelecido, ou sempre que existam queixas.

Os criadores são divididos em três categorias:

- Criador não profissional: tem pelo menos 2 mas menos de 5 fêmeas reprodutoras e vender menos de 10 ninhadas por ano
- Criador profissional: tem mais de 5 fêmeas reprodutoras
- Criador comercial: vende pelo menos 10 ninhadas por ano, da sua própria “produção” e vende também animais de outros criadores licenciados (bem como de outros países).

Também existem requisitos gerais para os estabelecimentos serem licenciados, que se aplicam a criadores, associações, estabelecimentos de embarque de animais e estabelecimentos comerciais, e envolvem provisões que abrangem as instalações e os cuidados e manejo dos animais.

Os requisitos específicos para os estabelecimentos onde sejam alojados gatos e cães incluem:

- Requisitos mínimos de espaço
- Enriquecimento das instalações
- Iluminação e arejamento
- Alimentação em conformidade com a idade dos animais
- Necessidade de cuidar das unhas e pelagem dos animais
- Se forem detidos mais de 50 animais, tem de haver uma sala especialmente reservada para realizar exame físico, tratamento e pequena cirurgia.

Todos os criadores têm de manter um registo actualizado dos animais. Também têm de criar um ficheiro (modelo padrão disponível em anexo) para cada ninhada, que possa ser consultado por um comprador potencial. Os dados têm de ser arquivados durante dois anos após a saída do animal do estabelecimento de criação e devem estar disponíveis para os controlos efectuados pelas autoridades.

Nenhum animal pode produzir mais de duas ninhadas por ano. Os tratadores têm de ser competentes e em número considerado suficiente e existem padrões fixos relativos ao tempo

que têm de despendar a cuidar dos animais e garantir a sua sociabilização, dependendo do número de animais que são detidos.

Os criadores comerciais também podem vender animais oriundos de outros estabelecimentos licenciados. Têm de manter um registo dedicado a estes animais. Também têm de possuir uma sala de quarentena, isolada das outras salas do estabelecimento. Podem vender animais provenientes de outros países, desde que esteja oficialmente estabelecido que o país de origem aplica regras equivalentes às regras belgas.

É publicada on-line uma lista dos estabelecimentos licenciados, que inclui o número de registo, nome e morada do estabelecimento. Os serviços de inspecção têm de manter a lista actualizada numa base de dados central.

De acordo com o Decreto de 2007 relativo às condições para os estabelecimentos de criação e comerciais, é proibida a criação de animais portadores de uma das doenças hereditárias listadas pelo Ministério. No entanto, ainda não foi estabelecida nenhuma lista oficial.

Não foi adoptado nenhum código de boas práticas para a criação de gatos e cães na Bélgica. No entanto, existe um Conselho para o Bem-Estar Animal que adopta recomendações relativamente a vários tópicos. Uma recomendação recente (Maio de 2014) é relativa à criação e venda de cães (http://www-health.belgium.be/filestore/19096720/FR_AvisCBEA_commercialisationchiens.pdf: disponível apenas em Francês e Flamengo). Estas recomendações são apresentadas para consideração ao Ministro responsável pelo bem-estar animal, para suportar nova legislação potencial.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os criadores podem vender cães e gatos directamente a partir das suas instalações. Os estabelecimentos comerciais que funcionem com intermediários para a venda de gatos e cães de criadores registados também necessitam de se candidatar a uma licença, cumprindo os mesmos procedimentos existentes para os criadores registados. Um estabelecimento comercial não pode ser um criador licenciado, mas pode disponibilizar aos seus clientes informação relativa aos criadores. No entanto, não pode exibir os gatos e cães no espaço comercial nem em áreas anexas ao estabelecimento. Os anúncios para a venda de gatos e cães têm de apresentar o número de identificação de cada animal.

O comércio através da Internet é sujeito aos mesmos procedimentos existentes para os estabelecimentos comerciais.

A venda de gatos e cães nas lojas de animais, em mercados e na rua, feiras e exposições é explicitamente proibida ao abrigo do Artigo 12º da Lei de 1996 relativa à protecção dos animais.

Os gatos e cães não podem ser vendidos antes das 7 semanas de vida (esta regra será alterada em breve para oito semanas). As pessoas que comprem um gato ou um cão, ou que o adquiram gratuitamente, têm de ter pelo menos 16 anos de idade.

Tem de ser atribuída uma garantia por cada cão/gato que seja vendido, que obriga o criador-vendedor a reembolsar o preço do animal em caso de mortalidade associada a doença contagiosa no espaço de determinado período de incubação, ou no caso de algumas doenças

hereditárias. Não existem regras especiais para o transporte comercial de gatos e cães, para além das estipuladas pelo Regulamento UE 1/2005 sobre a protecção dos animais durante o transporte.

Mutilações cirúrgicas

O Artigo 17b da Lei para a Protecção Animal de 1986 proíbe a realização de mutilações em animais vertebrados a qualquer parte sensível do corpo, com excepção das justificadas por motivos de saúde/ veterinários. Os animais que tenham sofrido uma mutilação não podem ser comercializados, nem participar em exposições/ espectáculos nem competições. A amputação de pavilhões auriculares é proibida desde 2001 e a de cauda desde 2006.

Ligações à Legislação

Decreto Real para a identificação e registo de cães:

http://www.health.belgium.be/filestore/777309_FR/KB28-5-2004_cons_0_777309_fr.pdf

Decreto Real relativo ao registo de criadores e comerciantes:

<https://www.health.belgium.be/internet2Prd/groups/public/@public/@dg4/@animalsplants/documents/ie2law/17750538.pdf>

Lei para a Protecção Animal de 1986:

https://www.health.belgium.be/internet2Prd/groups/public/@public/@dg4/@animalsplants/documents/ie2law/17796590_fr.pdf



Bulgária

Identificação e Registo

Cães

Na Bulgária, os cães têm de ser identificados com um microchip a partir da idade de quatro semanas e no máximo até atingirem as seis semanas de idade, ou nos primeiros sete dias após a aquisição. Os cães também têm de ser registados por um veterinário que deverá emitir um Passaporte de Animal de Estimação. O veterinário envia, mensalmente, os dados constantes do Passaporte à Autoridade Competente. A Agência Búlgara de Segurança Alimentar gere a base de dados electrónica nacional de todos os cães registados. Os veterinários licenciados têm de registar na base de dados a informação relativa aos microchips que aplicam. Até à data, a base de dados nacional só pode ser usada para o registo de cães.

Gatos

Antes de ser vendidos, os gatos dos estabelecimentos de criação têm de ser identificados com um microchip e registados numa base de dados. No entanto, actualmente não é obrigatório proceder à identificação permanente de todos os gatos. Está em desenvolvimento uma base de dados para o registo de gatos.

Não existe nenhum elemento búlgaro da Europetnet, mas uma base de dados nacional, a balkanpet.net. está em contacto com e, actualmente, a explorar a possibilidade de se associar à Europetnet.

Os gatos também podem ser registados na base de dados balkanpet.net.

Requisitos para criadores de cães e gatos

Os estabelecimentos de reprodução têm de ser registados de acordo com a legislação nacional e de pagar uma taxa à Agência Búlgara de Segurança Alimentar. O custo dessa taxa é fixado pelo Conselho de Ministros Búlgaro, de acordo com o previsto pela Legislação relativa à actividade veterinária.

A candidatura deve incluir, entre outros requisitos, uma cópia do contrato celebrado com o veterinário, que avaliará, vacinará e tratará dos animais destinados a reprodução no local, e um comprovativo do pagamento da taxa. Num intervalo de sete dias após a recepção da candidatura, o Director dos Serviços Veterinários regionais (RFSD) nomeia uma Comissão para avaliar a conformidade do local relativamente aos requisitos legais para a criação e bem-estar animal. A comissão tem três dias para apresentar uma opinião e propor ou recusar o registo do estabelecimento. Um estabelecimento que não cumpra com os requisitos pode receber um prazo para corrigir os aspectos não conformes. Após a correcção dos problemas detectados, o candidato deve informar os serviços, que têm sete dias para re-inspecionar o estabelecimento e emitir uma nova opinião.

Quando a avaliação é satisfatória, é atribuído um certificado de registo ao proprietário e são registados os dados de registo, incluindo a espécie e utilização dos animais, a capacidade do estabelecimento e os métodos de reprodução utilizados. Também são realizadas inspecções adicionais aos criadores de animais, em conformidade com um plano de inspecção anual, baseado numa análise de risco.

Os estabelecimentos de criação têm de cumprir as regras estabelecidas pela Lei de Protecção Animal, a Lei de Práticas Veterinárias e as Regras relativas à detenção de animais com fins comerciais. Esta legislação exige que os animais sejam alojados de forma adequada à sua fase de desenvolvimento e cumprir as suas necessidades físicas e comportamentais. Os tratadores dos animais, bem como os responsáveis pelas instalações, têm de proporcionar a cada animal, de acordo com a sua espécie, idade e raça, alojamento e condições que respeitem as suas necessidades de espaço e liberdade de movimento, alimento e água em quantidade suficiente, acesso livre aos dispositivos de alimentação e abeberamento, microclima adequado, cuidados de assistência veterinária preventiva regulares e tratamento imediato em caso de doença ou trauma. Os tratadores dos animais têm de inspecioná-los pelo menos uma vez por dia.

Os proprietários dos estabelecimentos de criação têm de assegurar a existência de número suficiente de tratadores devidamente qualificados e experientes para providenciar os cuidados necessários ao número de animais existente, considerando a sua idade e condições de saúde. O proprietário também tem de organizar o treino inicial e continuado dos empregados.

O treino do pessoal tem de incluir um curso graduado em protecção e bem-estar de animais de estimação, e um ou mais cursos que incluam as espécies animais que são reproduzidas. O programa de formação tem de ser aprovado pela Agência Búlgara de Segurança Alimentar. Os indivíduos com um Bacharelato ou Mestrado em biologia, ecologia ou medicina veterinária estão dispensados de completar estes cursos de formação.

A formação em protecção e bem-estar de animais de estimação deve incluir conhecimentos básicos de taxonomia, anatomia, fisiologia, ecologia, comportamento, nutrição e reprodução, doenças e legislação actual (relacionada com a protecção dos animais, doenças, importação de animais e regras de higiene), controlo climático no interior, alimentação e a forma como os animais são afectados pelas modificações ambientais e o stress. A formação especializada deve cobrir as espécies mais frequentemente comercializadas, incluindo o cão e o gato.

Os cursos de formação devem ser completados com a realização de um teste de avaliação de conhecimentos. Quando concluído com sucesso, é atribuído um certificado. A legislação não prevê nenhuma medida para a prevenção da reprodução de cães e/ou gatos que apresentem problemas genéticos, como sejam as doenças hereditárias ou conformações exageradas.

Não existem *Guidelines* nem Códigos de Boas Práticas nacionais para o bem-estar que os criadores licenciados devam cumprir.

Requisitos para a criação de cães

Um proprietário de cães que crie um cão com o objectivo de reproduzi-lo, tem de estar registado como detentor de um animal. Os requisitos são apresentados num Regulamento específico de 2008, corrigido pela última vez em 2013, que inclui especificações relativas às instalações (área interior e exterior disponível, equipamento e enriquecimento ambiental) e exigências de abeberamento, cuidados médico veterinários, identificação e registo.

Requisitos para a criação de gatos

Os criadores de gatos também têm de respeitar requisitos específicos apresentados no Regulamento 41 de 2008, que incluem especificações relativas à alimentação e abeberamento, cuidados médico veterinários, identificação dos gatos com um microchip antes do desmame ou antes de sair do estabelecimento de reprodução, necessidade de exercício e o equipamento das instalações.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os gatos e cães podem ser vendidos em lojas de animais. Os proprietários destas lojas têm de estar registados mediante os mesmos procedimentos descritos anteriormente para os criadores. Como tal, também é efectuada uma inspecção antes de ser emitida autorização para a loja de animais.

As lojas de animais têm de providenciar cuidados médico veterinários aos animais, garantir que os funcionários são qualificados e experientes na manutenção das espécies animais comercializadas, proporcionar condições adequadas para a manutenção dos animais até à venda e proporcionar aos compradores material informativo relativamente ao manejo e tratamento humano dos animais.

Só é autorizado a ser proprietário ou a trabalhar numa loja de animais uma pessoa que tenha cumprido um curso de protecção e tratamento adequado de animais. As regras para a formação dos proprietários e funcionários de lojas de animais são as mesmas que se aplicam aos criadores (ver acima). Só podem ser mantidos e vendidos nas lojas animais que possuam um documento de origem ou aquisição.

Não é permitida a venda de animais de estimação em mercados nem na rua. Só podem ser vendidos animais em lojas devidamente aprovadas e registadas. Não existe nenhum tipo de controlo do comércio através da Internet.

Não é permitida a venda de cães e gatos com idade inferior a 8 semanas. Também não é permitida a venda de animais a menores de 18 anos, sem a autorização dos pais ou outro tutor legal.

Para o transporte de gatos e cães devem ser cumpridas as regras gerais de transporte de animais. Foi emitida uma instrução nacional relativa ao transporte de cães e gatos de acordo com o Regulamento do Concelho (EC) No 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte, que está disponível no site da BFSa.

Quando transporta animais, o proprietário ou a pessoa que efectua o transporte tem de utilizar um veículo que cumpra os requisitos necessários para garantir a protecção dos animais e a segurança de terceiros envolvidos no tráfico, proporcionar alimento, água e possibilidade de repouso aos animais, a intervalos adequados à espécie animal envolvida. Não é permitido impor nenhum atraso aos veículos de transporte de animais, excepto se isso for necessário para garantir o seu bem-estar. No caso de atraso no embarque de animais, as autoridades competentes devem adoptar as medidas necessárias para minimizar o sofrimento dos animais.

Mutilações cirúrgicas

Em conformidade com o Acto de Protecção Animal, a amputação total ou parcial de partes do corpo, ou a remoção de órgãos de animais, corte de orelhas e de caudas por motivos estéticos e a remoção de garras, dentes ou de cordas vocais são considerados actos de crueldade e, como tal, são proibidos.

Esta proibição é confirmada ao abrigo do Acto de Práticas Veterinárias, que proíbe a realização das seguintes intervenções cirúrgicas aos animais de estimação: amputação de cauda, amputação de pavilhões auriculares, desvocalização, onicoectomia e remoção das presas.

Ligações à Legislação

Acto de Protecção Animal:

<http://eea.government.bg/bg/legislation/biodiversity/zzjan.doc>

Acto de Práticas Veterinárias:

www.customs.bg/document/3244

Ordem No.41 de 10 de Dezembro de 2008 relativa à detenção de animais com fins comerciais:

http://babh.government.bg/uploads/File/Dokumenti_naredbi/Nar%2041.pdf

Instrução relativa ao transporte de gatos e cães de acordo com as provisões do Regulamento 1/2005:

http://babh.government.bg/uploads/File/Zdraveopazvane/Humanno_otnoshenie/transpo%20na%20jivotni/instrukcia-%20dogs&cats%20.pdf

Lista de detentores de animais:

http://babh.government.bg/userfiles/files/ZJ/Reg/DOG/Shelters_Dog.doc



Identificação e Registo

Cães

Desde 2004 que os cães do Chipre têm de ser identificados de forma permanente com um microchip. Também têm de ser registados numa base de dados central cipriota, o que tem um custo associado de 8,50€. Para além do registo, os donos de cães têm de obter um certificado de saúde e pagar uma taxa de registo na Junta de Freguesia no valor de 20,50€ de modo a obter uma licença que tem validade para um ano.

Existe uma base de dados central cipriota para cães, que é gerida pela Autoridade Veterinária de Chipre. A autoridade competente também mantém um registo dos proprietários de cães. No entanto, não é membro da Europetnet e, como tal, não está ligada a nenhuma base de dados europeia.

Uma associação (Paphiakos & CCP Animal Welfare: <http://www.cyprusanimalwelfare.com/>) procede à identificação e registo de cães e é membro da Europetnet, mas não é a base de dados oficial.

Gatos

A aplicação de microchip e registo não são obrigatórios para os gatos. No entanto, os proprietários de gatos podem decidir registá-los na base de dados Paphiakos & CCP.

Regulamentação de criadores de cães e gatos

Requisitos para a criação de cães

Os criadores de cães têm de ser registados, à semelhança de qualquer proprietário de cães, com a diferença que os criadores não necessitam de pagar nenhuma taxa. Por outro lado, existe uma taxa a pagar por cada ninhada de cachorros, que é de 85€ por ninhada se a reprodução tiver fins comerciais, e de 34€ por ninhada se for destinada a outros objectivos.

As áreas e instalações onde os cães são mantidos, criados, reproduzidos ou treinados/exercitados têm de ser registadas e é necessário obter uma autorização, baseada na Lei de Regulamento de Estradas e Edifícios, uma vez que não existe mais nenhuma legislação que regule os estabelecimentos de criação.

Nem sempre são realizadas inspecções antes de emitir uma licença ao estabelecimento, nem uma vez iniciada a sua actividade.

Quando este relatório foi redigido, estava a ser avaliada no Parlamento uma proposta de lei sobre criadores de cães e gatos, mas ainda está numa fase inicial do processo e ainda não está prevista nenhuma data para a sua adopção.

Adicionalmente, quando adquirem uma fêmea destinada à reprodução, os proprietários têm de declará-lo à Autoridade Competente num espaço de dez dias a partir da data em que a cadela se torna sua ou é entregue aos seus cuidados. O dono ou detentor de uma cadela tem de declarar à Autoridade Competente o número de cachorros que ela dá à luz, e deve registar os nomes e endereços das pessoas a quem os cachorros foram entregues, bem como a data na qual foram dados.

A Autoridade Competente é responsável por inspeccionar, pelo menos uma vez a cada três meses, as cadelas que são utilizadas para reprodução com fins comerciais ou outros objectivos e, nos casos em que a cadela esteja gestante, deve impor as taxas relevantes.

Requisitos para a reprodução de gatos

Não existem requisitos específicos para a criação de gatos. Não existem aprovisionamentos para prevenir a reprodução de cães e/ou gatos que apresentem problemas genéticos como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas. Não existem *Guidelines* nem Códigos de Boas Práticas nacionais de bem-estar aos quais os criadores devam aderir. Estas *Guidelines* estão incluídas na proposta de lei para os criadores.

Actualmente não há informação relativa a criadores registada numa base de dados, mas esta medida está prevista na proposta de lei relativa a criadores de cães e gatos (ver acima).

Educação de cuidadores de animais

O Acto para o Bem-Estar Animal prevê a adopção de requisitos específicos relativos às competências dos tratadores e treinadores de categorias específicas de animais. Estes requisitos foram adoptados na Ordenação Profissional de Treinadores/Cuidadores de Animais. Actualmente, é proibido que uma pessoa se envolva no tratamento profissional de animais se não possuir uma licença.

Qualquer indivíduo pode obter uma licença como treinador/cuidador profissional de animais se os Serviços Veterinários estiverem satisfeitos que ele/ela tem idade superior a 18 anos, nunca foi condenado por nenhuma infracção a legislação relativa à Protecção e Bem-Estar Animal e ele/ela possui todos os conhecimentos teóricos e práticos relativos aos cuidados com animais. Considera-se que o formando possui os conhecimentos teóricos e práticos se possuir um diploma obtido numa faculdade local ou estrangeira ou numa instituição na qual o componente analítico incluía aulas acerca de treino e tratamento de animais, ou prove (mediante a apresentação de um certificado ou documento semelhante) que ele/ela tem pelo

menos três anos de experiência de trabalho a tempo inteiro na área dos cuidados com animais (ao serviço de um tratador de animais). Ele/ela também tem de completar um exame de conhecimentos e competências emitidos pelos Serviços Veterinários. É necessário ser bem sucedido no exame para obter a primeira licença, bem como para renová-la quando são adicionadas novas espécies à licença original. O candidato é informado acerca da decisão de licenciamento num intervalo de 3 meses após a data de entrega da candidatura e documentos necessários à sua submissão.

Existe uma taxa de 34,17€, paga aos Serviços Veterinários, para a emissão e renovação da licença, que é válida por cinco anos.

O detentor da licença tem de cumprir com o previsto pela Ordenação de Treinadores/Cuidadores Profissionais de Animais e pela Lei de Protecção e Bem-Estar Animal, relativamente à manipulação e tratamento de animais em conformidade com as suas necessidades naturais e comportamentais, proporcionando premissas adequadas e garantindo que o equipamento utilizado não exerce nenhuns efeitos adversos na saúde e bem-estar dos animais.

Regulamentação de comerciantes de cães e gatos

Não existem nenhuns regulamentos específicos para a venda de cães e gatos. O Acto de Protecção Animal inclui aprovisionamentos gerais sobre a necessidade de regulamentar o comércio de animais, mas não foram adoptadas nenhuma medidas específicas.

Não existe, actualmente, uma idade mínima para a venda de cachorros/gatinhos. Este aspecto está previsto na proposta de lei sobre criadores de cães e gatos (ver acima).

Não existe nenhuma regra relativa à idade mínima para uma pessoa adquirir um cão ou gato. No entanto, o Acto dos Cães refere que a autoridade competente pode negar a emissão de licença para a detenção de um cão se o candidato tiver menos de 16 anos de idade.

Não existem nenhuns aprovisionamentos específicos para o transporte comercial de cães e gatos. Aplicam-se as regras previstas no Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte.

Mutilações cirúrgicas

A lei para a protecção, saúde e bem-estar dos animais proíbe a remoção de garras, corte de orelhas e desvocalização. A amputação de cauda foi banida recentemente.

Ligações à Legislação

Acto de Bem-Estar Animal (EN):

http://animalscyprussupport.com/animal_laws

Lei do Cão (EN):

<http://www.cyprusanimalwelfare.com/services/rehoming/dog-law.html>

Licença Profissional para cuidadores de animais:

<http://www.businessincyprus.gov.cy/mcit/psc/psc.nsf/All/1BCB064E339907C5C225786B002F6D6C?OpenDocument>



Identificação e Registo

Cães

Na Croácia, todos os cães têm de ter identificação permanente através da aplicação de um microchip, efectuada até 90 dias após o nascimento. Também têm de estar registados numa base de dados nacional para o registo de cães (Base de dados *Lysacan*), gerida pelos Serviços Veterinários. Esta base de dados não é membro da Europetnet e, como tal, não está ligada a nenhuma base de dados da UE.

Gatos

Não existe obrigatoriedade para a identificação nem o registo dos gatos. No entanto, os proprietários que desejem fazê-lo podem registá-los na Base de dados *Lysacan*.

Regulamentação de criadores de cães e gatos

Na Croácia, os criadores de animais de companhia destinados a venda, que possuam três ou mais fêmeas reprodutoras, têm de ser licenciados pela Autoridade Competente, que é a Direcção de Veterinária e Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura. Para requisitar o registo, os criadores têm de preencher uma candidatura que inclua os contactos do proprietário, do veterinário responsável e uma lista dos animais e respectivos dados. Os criadores também têm de disponibilizar uma planta do estabelecimento, com uma descrição das instalações e um certificado de competência da pessoa responsável pelos cuidados com os animais.

O criador não pode iniciar a actividade sem que tenha obtido uma decisão da autoridade competente que confirme o preenchimento dos requisitos, que cobrem fundamentalmente as instalações e equipamento. É efectuada uma inspecção antes de ser atribuída autorização ao criador.

Os animais devem ser tratados por um número suficiente de funcionários especialmente treinados ou que possuam experiência ou conhecimentos equivalentes.

Os detentores de animais de estimação num estabelecimento de criação têm de receber formação. Esta formação deve ter uma duração mínima de seis horas e cobrir os temas: legislação relativa ao bem-estar animal, cuidados – comportamento – stress, experiência prática, situações de emergência, protecção do pessoal e transporte de animais. Existe um sistema de aprovação para os programas de formação e cada membro do pessoal que complete o curso recebe um certificado. As organizações que leccionem as formações têm de manter um registo das pessoas que completem o curso e enviá-lo anualmente à autoridade competente. O pessoal deve fazer um novo curso de formação de cinco em cinco anos.

As inspecções são efectuadas com base numa análise de risco, selecção aleatória de locais a inspecionar ou sempre que a autoridade competente tenha sido informada de contravenção do Acto de Protecção Animal. A inspecção abrange as instalações, meios de transporte e a documentação.

A Direcção de Veterinária e Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura é a responsável pelo registo dos criadores de animais de estimação.

De acordo com a ordem de 2009 (Art 13), deve ser preparado um Guia de boas práticas para criadores pela autoridade competente ou por indivíduos naturais ou legais que possuam conhecimentos adequados na área da reprodução. No entanto, esta medida ainda não foi adoptada.

Não existem aprovisionamentos que impeçam a reprodução de cães e/ou gatos portadores de problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias nem conformações físicas exageradas.

Requisitos para a reprodução de cães

Os criadores de cães têm de cumprir com requisitos específicos relativamente às instalações, como sejam o espaço disponível, temperatura, iluminação e equipamento.

As cadelas têm de ter no mínimo 15 meses para ser reproduzidas e uma idade máxima de 8 anos para acasalamento.

Os cachorros com idade inferior a 8 semanas têm de permanecer com a progenitora, que deve ser separada dos outros cães. Cada cadela só pode ter uma única ninhada por ano.

Requisitos para a reprodução de gatos

Os criadores de gatos têm de cumprir com requisitos específicos relativamente às instalações, como sejam o espaço disponível, temperatura, iluminação e equipamento.

As gatas têm de ter pelo menos 10 meses antes de ser reproduzidas. Podem acasalar até à idade de 10 anos e não podem ter mais de três ninhadas por ano. Os gatinhos com idade inferior a 12 semanas têm de permanecer com a progenitora e as gatas com ninhadas têm de ser mantidas separadas dos outros gatos.

Regulamentação de comerciantes de cães e gatos

Só podem ser vendidos gatos e cães obtidos em criadores registados. Os criadores só podem vender animais provenientes do seu próprio estabelecimento. Não podem reunir animais vindos de outros criadores.

Não podem ser vendidos gatos e cães em lojas de animais, na rua nem em mercados. Os criadores podem publicitá-los na internet, mas os compradores têm de se deslocar ao estabelecimento de criação para comprá-los.

É proibida a venda de animais de companhia a pessoas com idade inferior a 18 anos.

Durante o transporte, os animais têm de ser protegidos contra condições climáticas adversas e devem ser adoptadas medidas para garantir que não fogem nem caem do veículo. Os animais não podem ser deixados no veículo sem vigilância, excepto se for proporcionada ventilação adequada.

Mutilações cirúrgicas

O Acto de Protecção Animal proíbe o corte de partes sensíveis do corpo de animais vivos, incluindo o corte de orelhas e amputação de cauda em cães, remoção das garras dos gatos, desvocalização e outras intervenções que visem alterar o aspecto fenotípico do animal. No entanto, é permitida a remoção total ou parcial de partes sensíveis dos cães de caça em conformidade com padrões especificados pelo Clube de Canicultura, mediante o recurso a analgesia.

Ligações à Legislação

Acto de Protecção Animal:

<http://animal-friends-croatia.org/index.en.php?id=470>

Emenda de 2013 ao Acto de Protecção Animal:

<http://www.veterinarstvo.hr/UserDocsImages/dobrobitZivotinja/Zakon%20o%20izmjenama%20i%20dopunama%20Zakona%20o%20za%C5%A1titi%20%C5%BEivotinja.docx>

Ordenação 56/2009 relativa à reprodução e venda de animais de companhia:

<http://www.veterinarstvo.hr/UserDiocsimages//dobrobitZivontinja/Pravilnik%20o%20uvjetima%20koje%20moraju%20ispunjavati%20uzgoji%20ku%C4%87nih%20jubimaca%20namijenjenih%20prodaji%20NN%2056.doc>

Página relativa ao bem-estar de animais de companhia no site da Direcção de Veterinária e Segurança Alimentar:

<http://www.veterinarstvo.hr/default.aspx?id=54>



Identificação e Registo

Cães

Na Dinamarca, é obrigatório identificar os cães com um microchip e registá-los na base de dados nacional: *Danish Dog Register* www.hunderegister.dk, que é membro da Europetnet, a base de dados central da UE.

Os cães têm de ser identificados e registados antes da idade de 8 semanas. A partir dos 4 meses, os cães têm de usar uma coleira com identificação, que inclua o nome e morada do proprietário.

Gatos

Não é obrigatório identificar e registar os gatos.

No entanto, os donos podem decidir identificar e registar os seus gatos numa base de dados.

Existem duas bases de dados nacionais para gatos: www.katteregister.dk e www.danskkatteregister.dk, ambas ligadas à base de dados europeia Europetnet.

Regulamentação de criadores de cães e gatos

Requisitos para criação de cães

De acordo com a Ordem para a criação comercial e venda de cães, os criadores comerciais de cães que possuam no mínimo três fêmeas reprodutoras, que tenham três ou mais ninhadas por ano, têm de candidatar-se a uma autorização.

A candidatura deve incluir o número máximo de cães que podem ser mantidos no estabelecimento, uma descrição das instalações com um mapa que indique a localização e modo de utilização das salas. Tem de ser efectuada uma inspecção pela Administração Dinamarquesa de Veterinária e Alimentação antes de ser atribuída a autorização. Os criadores têm de notificar quaisquer alterações à informação que proporcionaram quando se candidataram à autorização.

Os requisitos para criadores comerciais de cães cobrem:

- As necessidades biológicas, fisiológicas e sanitárias dos cães
- As necessidades vacinais e medidas a adoptar em caso de doença
- As necessidades mínimas de espaço de acordo com o porte dos cães
- Enriquecimento, equipamento de jogo e esconderijos, bem como áreas de repouso
- A necessidade de proporcionar iluminação natural e um ambiente seguro e adequado (temperatura e ventilação)
- Alimento e água adequados.

Se os cães forem mantidos no interior, têm de ter acesso a uma área exterior, munida de equipamento de jogo e esconderijos adequados.

Relativamente à sociabilização, a partir das 4 semanas todos os cachorros têm de ter contacto com humanos durante pelo menos 15 minutos por dia, para além do contacto habitual necessário para alimentar e proporcionar os cuidados básicos.

Os cães têm de ser observados pelo menos uma vez por dia e o criador tem de ter contrato com um veterinário, que deverá efectuar uma avaliação dos cães pelos menos quatro vezes por ano.

Para além a inspecção inicial, são efectuadas inspecções regulares pela Administração Dinamarquesa de Veterinária e Alimentação.

A autorização não contempla um prazo de validade máximo, mas qualquer acrescento ou remodelação importante só pode ser efectuada após aprovação pela Administração Dinamarquesa de Veterinária e Alimentação. A autorização pode ser retirada sob determinadas circunstâncias.

É obrigatório que o criador e respectivos trabalhadores possuam conhecimentos adequados em várias áreas, incluindo a legislação, comportamento e bem-estar, cuidados e transporte, higiene, nutrição, doenças e stress. Também é obrigatório fornecer protocolos escritos aos compradores de cães, relativamente aos cuidados a ter com os animais.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem regras específicas para criadores de gatos para além das incluídas na legislação geral relativa à detenção de animais.

Não existe nenhuma base de dados electrónica central para criadores. Um grupo de trabalho dedicado à criação de animais terminou, recentemente, a sua avaliação e emitiu recomendações, ex. relativamente à conformação exagerada. Estas recomendações estão a ser analisadas quando da escrita deste relatório.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Cães

A Ordem sobre a criação comercial e venda de cães também inclui a necessidade de os comerciantes de cães se candidatarem a uma autorização (ver acima para maiores detalhes). Não é permitido vender, doar nem comprar cachorros com idade inferior a 8 semanas.

Gatos

O decreto geral relativo ao comércio associado a uma actividade económica para animais de companhia abrange os gatos, mas não os cães uma vez que há legislação específica para estes animais. As regras gerais incluem a obrigatoriedade de os comerciantes se candidatarem a uma autorização. Quando se candidatam à autorização, os comerciantes têm de proporcionar informação relativa ao número máximo de animais por espécie, a localização e descrição dos edifícios e um mapa das instalações. É efectuada uma inspecção pela Administração Dinamarquesa de Veterinária e Alimentação antes da atribuição da autorização.

A idade mínima para um gatinho poder ser vendido, doado ou comprado é de 12 semanas.

A expansão, incluindo relativamente às espécies vendidas e modificações marcadas nas instalações, tem de ser aprovada pelas Autoridades Competentes.

Os trabalhadores que manipulem ou forneçam informação relativa aos cuidados a ter com os animais, têm de receber formação/ treino na área dos cuidados com animais, nos 6 meses anteriores a iniciar o trabalho na loja de animais (§29). Aqueles que possuam uma responsabilidade diária pelo negócio têm de completar um curso especial de manejo animal ou semelhante.

De acordo com o Acto para o Bem-Estar Animal, não é permitido expor animais na montra duma loja e os animais não podem ser vendidos/ doados a menores de 16 anos, sem o consentimento de um familiar. Não existe proibição de vender gatos e cães em nenhum local, desde que sejam cumpridos os requisitos legais descritos anteriormente.

O transporte associado a uma actividade económica é efectuado ao abrigo das recomendações do Regulamento UE 1/2005. Outros tipos de transporte são abrangidos pelas recomendações gerais constantes do Acto para o Bem-Estar Animal.

Mutilações cirúrgicas

São proibidas intervenções cirúrgicas que visem modificar o aspecto do animal. As amputações de cauda e orelhas são proibidas. No entanto, o Ministério adoptou excepções para cinco raças de cães de caça.

Ligações à Legislação

Acto para o Bem-Estar Animal:

<https://www.retsinformation.dk/forms/R0710.aspx?id=162911>

Acto do Cão:

<https://www.retsinformation.dk/forms/R0710.aspx?id=145381> conforme corrigido em

<https://www.retsinformation.dk/forms/R0710.aspx?id=163848>

Venda e criação comercial de cães, canis e abrigos para cães:

<https://www.retsinformation.dk/Forms/R0710.aspx?id=2680> (e correcções posteriores: coluna à direita)

Marcação e registo de cães:

<https://www.retsinformation.dk/Forms/R0710.aspx?id=1937> (e correcções posteriores: coluna à direita)

Ordem para a transacção comercial de animais (210/2014):

<https://www.retsinformation.dk/forms/R0710.aspx?id=162057>

Comércio, doação, etc de cachorros:

<https://www.retsinformation.dk/Forms/R0710.aspx?id=1847>

Comércio, doação, etc de gatinhos:

<https://www.retsinformation.dk/Forms/R0710.aspx?id=127877>



Identificação e Registo

Na Eslováquia, aplicam-se as mesmas regras para cães e gatos. Desde 1 de Janeiro de 2014 que tanto os cães como os gatos têm de ser permanentemente identificados com um microchip, ou com uma tatuagem, caso a identificação tenha sido efectuada antes de 3 de Julho de 2011. No entanto, uma emenda à lei para os cuidados veterinários aboliu esta obrigação para os cães e gatos que não sejam transportados comercialmente através das fronteiras.

Os proprietários dos outros gatos e cães podem optar por identificar e registar voluntariamente os seus animais de estimação no registo central para animais de companhia.

A Administração Estatal de Veterinária e Alimentação estabeleceu uma base de dados computadorizada para animais de companhia ao abrigo da Lei no. 39/2007, relativa aos cuidados veterinários: o registo central de animais de estimação www.crsz.sk é gerido pela Câmara de Veterinários da República Eslovaca. Esta base de dados não está ligada a nenhuma base de dados europeia, mas é membro da PETMAXX.com.

Regulamentação de criadores de cães e gatos

Ao abrigo da lei relativa aos cuidados veterinários, os criadores de cães e gatos têm de notificar as autoridades veterinárias da sua actividade de reprodução, à semelhança dos criadores de outros animais. Os criadores de animais têm de notificar o início, suspensão e término das suas actividades às autoridades veterinárias, e têm de garantir que as autoridades veterinárias competentes tenham sempre informação actualizada relativamente ao seu estabelecimento, incluindo qualquer tipo de modificação significativa nas suas actividades.

No entanto, os criadores de cães e gatos não têm de ser autorizados antes de iniciar a sua actividade de reprodução. Quando os criadores notificam os serviços veterinários da sua actividade de criação, não são efectuadas inspecções para confirmar que o estabelecimento respeita os requisitos de bem-estar animal.

Não existem critérios para determinar quando os criadores têm de anunciar a sua actividade, com respeito ao número mínimo de animais de reprodução detidos ou o número mínimo de ninhadas produzidas por ano.

O Decreto 123/2008 requer que os animais de estimação utilizados em reprodução não manifestem alterações genéticas graves, comportamentos problemáticos como seja agressividade ou timidez exagerada. Os metidos de criação selectiva não devem estar na origem de deficiência permanente.

Os requisitos gerais do Decreto 123/2008, que se aplicam a todos os detentores de animais de companhia, cobrem:

- A necessidade de inspecionar os animais regularmente, pelo menos uma vez por dia
- A necessidade de providenciar tratamento veterinário quando necessário
- O alojamento tem de permitir uma boa saúde e de satisfazer as necessidades fisiológicas, comportamentais e sociais
- Deve ser proporcionado alimento e bebida a intervalos adequados
- Tem de haver espaço suficiente para permitir que os animais se movam livremente
- A provisão de equipamento adequado para permitir que os animais expressem o seu comportamento natural, por exemplo facilitando a acção de arranhar e esconder
- O desmame deve ser efectuado no momento mais adequado, para garantir o bem-estar tanto das crias como dos respectivos progenitores.

Para além destes requisitos gerais, o decreto inclui um conjunto de requisitos específicos para estabelecimentos de criação, que cobrem os seguintes aspectos:

- Os materiais utilizados para a construção das instalações de criação, das vedações e outras instalações que possam vir a estar em contacto com os animais de estimação não podem ter arestas aguçadas que possam lesar os animais. As instalações têm de ter dimensão adequada e de ser confortáveis
- Todo o equipamento e materiais que venham a contactar com os animais têm de ser limpos e desinfectados
- Condições de microclima adequadas: arejamento, pó, temperatura, humidade e iluminação adequada para satisfazer as necessidades fisiológicas e comportamentais dos animais
- Protecção contra o clima adverso e os predadores, quando os animais de estimação são alojados no exterior
- Para evitar problemas, o comportamento social dos animais tem de ser levado em consideração quando são estabelecidos grupos ou é adicionado um animal a um grupo pré-existente.

Os animais mantidos em grupo têm de ser capazes de se esconder dos outros indivíduos do grupo. Os animais de estimação que tenham comportamento agressivo ou possam representar perigo para outros animais devem ser reparados dos outros animais.

Apesar de existirem *guidelines* internas emitidas pela Secretaria de Estado de Veterinária para a inspecção de centros de quarentena e abrigo, que devem ser avaliados duas vezes por ano, não existem *guidelines* de inspecção semelhantes para estabelecimentos de criação. As inspecções são, maioritariamente, efectuadas pelos Serviços Veterinários após a recepção de queixas dos cidadãos.

Não existe nenhuma base de dados para criadores de cães e gatos. A Administração Veterinária mantém uma lista de estabelecimentos autorizados, como sejam abrigos, centros de quarentena e criadores de animais perigosos, mas não de criadores de cães e gatos.

O Decreto 123/2008 exige que os animais de estimação utilizados em reprodução não apresentem alterações genéticas graves, problemas comportamentais como seja agressividade nem timidez exagerada. Os métodos de criação selectiva não devem causar deficiência permanente.

Não existe obrigatoriedade de treino nem educação para criadores de cães e gatos, nem para indivíduos que manipulem animais em estabelecimentos de criação de cães/gatos.

Não existem *guidelines* nem códigos de boas práticas nacionais de bem-estar aos quais os criadores registados devam aderir.

Requisitos para a criação de cães

O Decreto 123/2008 cobre requisitos específicos para cães. Incluindo os seguintes:

- Os cães devem ser capazes de ver e ouvir o que se passa no estabelecimento de criação e no seu ambiente e devem ser capazes de comunicar
- Os cães devem ser capazes de se mover de acordo com as suas necessidades, tendo em consideração o seu tamanho e temperamento
- Os cães podem ser acorrentados e mantidos no exterior, mas nesse caso a corrente deve ser suficientemente comprida para permitir que o cão se mova, pelo menos 2 m, e deve ser proporcionado um abrigo
- Existe uma altura mínima para canis no exterior, de 2m para cães com peso inferior a 50kg e 2,5m para cães com 50 kg e mais. Um anexo providencia para requisitos mínimos de espaço disponível em canis, de acordo com o peso dos cães e o número de cães mantidos juntos numa divisão
- Os cães mantidos em canis no exterior têm de ser passeados todos os dias
- As fêmeas no último terço da gestação, cadelas lactantes, cães doentes e cachorros com idade inferior a seis meses têm de ser capazes de se mover livremente e de satisfazer as suas necessidades fisiológicas e comportamentais.

No entanto, é permitido o confinamento a curto prazo, em particular durante a refeição, limpeza, inspecção e tratamento dos animais para garantia do seu bem-estar.

Requisitos para a criação de gatos

O Decreto 123/2008 cobre requisitos específicos para gatos, incluindo os seguintes:

- Os gatos devem ser capazes de ver e ouvir o que se passa no estabelecimento de criação e devem ser capazes de comunicar
- Os gatos devem ter acesso a equipamento e material adequado para lhes permitir arranhar com as garras e trepar, e com liteiras que sejam mantidas de forma adequada
- Os gatos podem ser confinados por um período de tempo limitado, necessário para garantir o seu bem-estar, durante a alimentação, limpeza, inspecção e tratamento para assegurar o seu bem-estar. O animal deve ser controlado durante este período.
- Os gatos necessitam de liberdade de movimento suficiente. Se forem mantidos em jaulas, o alojamento devem permitir protecção dos gatos contra o clima inclemente, especialmente da chuva, gelo e radiação solar directa. Deve ter drenagem adequada e protecção contra os predadores. O tamanho mínimo permitido para a jaula é de 2m de altura. Os requisitos mínimos de espaço para gatos são de 2m² por gato mantido

individualmente, com 1m² adicional por cada gato adicional e um número máximo de 2 gatos por grupo. Uma mãe com uma ninhada de gatinho é considerada um único animal.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes de gatos e cães têm de cumprir com os mesmos requisitos descritos no Decreto relativo aos cuidados veterinários (123/2008) para criadores. Têm de notificar as autoridades veterinárias da mesma forma.

Não existe uma idade mínima a partir da qual os gatinhos e cachorros possam ser vendidos na Eslováquia. Também não existe nenhuma idade mínima a partir da qual alguém possa comprar um gato ou um cão.

Não existem regras específicas para a venda de gatos e cães em lojas de animais, em mercados nem na internet.

O transporte para fins comerciais de gatos e cães é regulado pelo Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. Não existem regulamentações específicas adicionais que cubram o transporte de gatos e cães na Eslováquia.

Não existem obrigatoriedade de treino/educação para comerciantes de gatos e cães na Eslováquia.

Não existem inspecções obrigatórias específicas para comerciantes de gatos e cães.

Mutilações cirúrgicas

É proibida a remoção de partes do corpo, com excepção da amputação de cauda nos cães de acordo com as características reconhecidas para a raça, efectuada até à idade de 14 dias após o nascimento, e a remoção de pesunhos nos cães.

Ligações à Legislação

Lei 39/2007 relativa aos cuidados veterinários (também cobre o bem-estar dos animais):
http://www.svssr.sk/legislativa/zakon_39_2007.asp

Lei 342/2011 que emenda e suplementa a Lei no. 39/2007 Coll. relativa aos cuidados veterinários:
http://www.svps.sk/dokumenty/legislativa/zk_342_2011.pdf

Decreto 123/2008 Coll. relativo às regras detalhadas para a protecção dos animais de estimação e requisitos para centros de quarentena e abrigos:
http://www.svssr.sk/dokumenty/legislativa/v123_2008.pdf

Decreto Ministerial No. 19/2012 relativo à identificação e registo de animais de companhia:
<http://www.mpsr.sk/download.php?fID=5495>



Identificação e Registo

Cães

Os cães têm de ser identificados com um microchip antes de atingirem a idade de três meses. Também têm de ser registados no registo central de cães ao mesmo tempo. São introduzidos no registo os dados relativos à origem do cão, estatuto vacinal do cão e informação relativa ao proprietário. Quando compra um cão, o proprietário tem 7 dias para registá-lo após a compra. Os donos de cães têm de ter pelo menos 18 anos para poder efectuar o registo. De outro modo, têm de ser representados pelo seu tutor legal.

Gatos

Não existe obrigatoriedade na Eslovénia para a identificação permanente e registo dos gatos. Quando os gatos errantes são libertados após a esterilização, são marcados mediante o corte de parte de um pavilhão auricular para que não sejam capturados novamente.

Quando os gatos abandonados alojados em abrigos são adoptados por um novo dono, são esterilizados e identificados com um microchip antes da adopção.

Foi criado um registo central para cães pela Administração para a Segurança Alimentar, Sector Veterinário e Protecção das Plantas.

A lei para a protecção animal inclui as bases legais para a criação de registos para outras categorias de animais. No entanto, não existe actualmente nenhum registo central para gatos. Os donos de gatos têm a possibilidade de registar os seus animais numa base de dados. No entanto, não existe nenhum membro da Europetnet na Eslovénia.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Os criadores comerciais de gatos e cães têm de ser registados, com a realização de uma inspecção veterinária.

Os criadores que tenham mais de 5 cães ou gatos necessitam estar registados, mas não existem requisitos pormenorizados aplicáveis, para além dos que constam da lei para o bem-estar animal.

Se os criadores possuírem mais de 10 cães ou 10 gatos têm de cumprir com requisitos específicos, incluindo ter uma educação adequada e a garantia que existe um número suficiente de pessoal treinado disponível para proporcionar os cuidados necessários aos animais. Os requisitos de treino são os mesmos necessários para comerciantes (ver abaixo na secção de comerciantes). É efectuada uma inspecção antes de atribuir a autorização.

Os veterinários oficiais efectuam inspecções regulares a todos os estabelecimentos onde sejam criados, expostos ou trocados animais comercialmente. As instalações de criação são inspeccionadas pelo menos uma vez por ano, com a possibilidade de realizar inspecções adicionais após a emissão de relatórios de negligência relativamente ao inspetor veterinário.

Os criadores não estão registados numa base de dados central. Os cães e gatos não podem acasalar antes dos 14 meses de idade, nem antes de se completarem 290 dias após a fêmea ter dado à luz.

A lei para o bem-estar animal proíbe a reprodução de vertebrados se eles ou os seus descendentes possuírem defeitos hereditários que tenham impacto negativo no bem-estar dos animais. Os criadores também têm de garantir que a criação de animais não conduza ao desenvolvimento de problemas comportamentais nos seus descendentes.

Requisitos para a criação de cães

Para os criadores que possuam até 10 cães, os requisitos são os mesmos descritos para os donos de cães. Estes requisitos incluem:

- Os cães têm de receber alimento adequado. Até aos seis meses de idade os cães devem ser alimentados pelo menos três vezes por dia, dos seis meses ao ano de idade, pelo menos duas vezes ao dia e os animais adultos devem ser alimentados pelo menos uma vez por dia. Deve haver água disponível permanentemente
- Os cachorros não podem ser separados da mãe antes das oito semanas de idade
- Deve ser proporcionado abrigo adequado para proteger os cães contra o clima adverso, e espaço suficiente para permitir a possibilidade de movimento adequado
- Iluminação natural, ventilação adequada e possibilidade de ver o ambiente envolvente
- As cadelas com crias e os cães doentes devem ser colocados num local onde a temperatura não desça abaixo dos 20°C.
- Limpeza regular
- Especificações para cães acorrentados, relativamente ao comprimento mínimo permitido para a corrente. Os cães com menos de seis meses, cadelas gestantes perto do final da gestação e as cadelas com cachorros não podem ser acorrentados
- Especificações relativas à dimensão do canil em conformidade com o peso do cão e o número de cães alojados por canil.

Para criadores que detenham mais de 10 cães, têm de ser cumpridos requisitos adicionais, incluindo os aplicáveis a abrigos, e os seguintes:

- Deve ser reservada uma sala específica para a preparação e armazenamento dos alimentos
- Deve ser proporcionado espaço suficiente para limpeza, banho e escovagem dos animais, e para armazenamento do equipamento utilizado nos cuidados com os animais
- Deve haver uma sala separada, aquecida, para animais doentes e feridos
- Devem ser mantidos registos para cada cão, que incluam dados relativos a identificação, registo e vacinação, bem como informação sanitária incluindo tratamento veterinário, a lista das pessoas que cuidam dos animais e o registo dos cuidados com o cão
- O espaço disponível para o alojamento de cães, incluindo a habitação no exterior, tem de ser limpo regularmente e desinfectado de modo a prevenir a transmissão de doenças.

Requisitos para a criação de gatos

Para os criadores que tenham até 10 gatos, aplicam-se os mesmos requisitos existentes para os donos de gatos. Esses requisitos incluem:

- Alimentação adequada. A frequência das refeições deve ser: para gatos jovens até seis meses de idade, pelo menos quatro vezes ao dia; para gatos com idade compreendida entre os seis meses e um ano, pelo menos três vezes ao dia; e para gatos adultos, pelo menos duas vezes ao dia. A água de bebida deve estar sempre disponível
- Os gatinhos não podem ser separados da progenitora antes da idade de doze semanas
- O alojamento dos gatos deve proporcionar protecção contra condições climáticas adversas
- Os gatos mantidos no interior devem ter acesso a espaço suficiente com iluminação natural e equipamento para trepar e brincar
- Os gatos têm de ser inspeccionados pelo menos uma vez por dia
- Os gatos podem ser mantidos em jaulas durante um período máximo de 30 dias, em abrigos e lojas de animais. Os requisitos de espaço são descritos num anexo. Em eventos, os gatos podem ser mantidos em jaulas menores durante um período máximo de 10 horas por dia e um máximo de três dias consecutivos.

Os criadores que detenham mais de 10 gatos também têm de cumprir com os requisitos que se aplicam aos abrigos, e com requisitos adicionais, incluindo:

- Deve haver uma sala específica, reservada para a preparação e armazenamento do alimento
- Tem de ser proporcionada uma área específica com dimensão suficiente para realizar a limpeza, banho e escovagem dos animais, e para armazenamento do equipamento usado nos cuidados com os animais
- Deve haver uma sala aquecida separada, reservada para animais doentes ou feridos
- Têm de ser mantidos registos para cada gato, incluindo informação sanitária e tratamentos veterinários
- Os espaços usados para o alojamento de gatos, incluindo das instalações no exterior, têm de ser limpas e desinfectadas regularmente, para prevenir a transmissão de doenças.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

É proibida a venda de cães e gatos na rua e em mercados. Os gatos podem ser vendidos em lojas de animais, mas não os cães, que têm de ser vendidos directamente a partir do criador. É ilegal revender um cachorro e, consecutivamente, os cachorros não podem ser importados para venda. A venda de gatos e cães através da internet não está regulamentada, mas os vendedores têm de respeitar a lei para a protecção animal. É permitida a venda de animais de estimação em eventos especiais, caso tenha sido solicitada uma autorização antecipadamente e o evento tenha sido aprovado por um inspetor veterinário.

Os gestores das lojas de animais têm de ter um certificado de treino válido relativo à nutrição, cuidados, comportamento e saúde dos animais de estimação. O treino tem de ter a duração mínima de seis horas e deve incluir: aspectos técnicos e administrativos da legislação relativa ao bem-estar animal, necessidades fisiológicas dos animais, especialmente a necessidade de acesso a água e alimento; comportamento animal e o conceito de stress; aspectos práticos de contenção de animais; cuidados com animais em situações de emergência e segurança dos funcionários que lidam com animais. O programa de formação deve ser certificado pela administração veterinária. É emitido um certificado após a realização de um exame que tem a duração mínima de uma hora e é válido durante cinco anos.

A legislação inclui requisitos específicos para o alojamento de animais em lojas de animais, incluindo requisitos para iluminação e ventilação, limpeza, alarmes de incêndio e materiais de construção que não causem lesões aos animais. Os comerciantes de lojas de animais também necessitam de assinar um contrato com um veterinário, que monitorizará a saúde dos animais e tratará deles sempre que seja necessário.

Os comerciantes de animais de estimação têm de manter registos detalhados, incluindo informação relativa à origem de cada animal (nome e morada do criador), número de animais vendidos e comprados, número de animais que morreram durante o transporte ou após a chegada e número de animais doentes, bem como registos dos tratamentos veterinários.

Os cães não podem ser vendidos antes das 8 semanas de idade e os gatinhos antes das 12 semanas de idade.

As pessoas menores de 18 anos não podem comprar um cão nem um gato se não estiverem acompanhados do respectivo representante legal.

Os comerciantes têm o dever de informar o cliente relativamente aos cuidados, nutrição e saúde do animal que compraram.

O transporte de animais de estimação com fins comerciais tem de ser efectuado em conformidade com o Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. Não existem regras adicionais a nível nacional.

Mutilações cirúrgicas

São proibidas mutilações, em particular a amputação de cauda, corte de orelhas, onicoectomia e desvocalização, excepto se houver indicação médica. Existe uma excepção, que é o corte de um quarto do pavilhão auricular de gatos sob anestesia geral, para garantir a identificação de gatos errantes esterilizados.



Ligações à Legislação

Lei para a protecção animal:

<http://www.pisrs.si/Pis.web/pregledPredpisa?id=ZAKO1353>

Lei relativa aos abrigos:

<http://www.pisrs.si/Pis.web/pregledPredpisa?id=PRAV2861>

Regras para a protecção dos animais de estimação:

<http://www.pisrs.si/Pis.web/pregledPredpisa?id=PRAV9190>

Página Web da Administração para a Segurança Alimentar, Sector Veterinário e Protecção das Plantas relativa ao registo de cães:

http://www.uvhvvr.gov.si/si/delovna_podrocja/identifikacija_in_registracija_zivali/psi/

Lei para os Critérios de Compliance Veterinária:

<http://www.uradni-list.si/1/content?id=58300>

Regras para a identificação e registo de animais de companhia:

<http://pisrs.si/Pis.web/pregledPredpisa?id=PRAV12107>



Em Espanha, a protecção dos animais de companhia está sob a alçada dos governos regionais das Comunidades Autónomas (AC). Existem 17 Comunidades Autónomas⁶, e cada uma delas tem a sua própria lei para o bem-estar animal. Apesar de estas leis não serem idênticas, são baseadas em princípios comuns e, como tal, são muito semelhantes. As leis são, frequentemente, complementadas com ordens ou decretos que cobrem um tópico com maior detalhe, como seja a identificação e registo.

Como seria demasiado extenso apresentar uma análise detalhada dos 17 conjuntos de legislação, este resumo proporciona uma visão global das provisões principais e das diferentes opções adoptadas pelos AC para os tópicos de interesse.

Identificação e Registo

Cães

Em todas as comunidades autónomas, os cães têm de ser identificados de forma permanente com um microchip. Em todas as AC, os cães têm de ser identificados até aos três meses de idade, excepto em Navarra e no País Basco, nos quais os proprietários de cães têm de identificá-los até à idade de quatro meses e um mês, respectivamente. Quando é comprado um cão que ainda não esteja identificado, os novos proprietários têm, geralmente, um mês para proceder à sua identificação e registo. No entanto, em Aragão só têm 10 dias para fazê-lo, enquanto nas Astúrias, Baleares e Catalunha, os cães têm de estar identificados antes de ser vendidos ou trocados gratuitamente. Na Cantábria, Galiza e La Rioja, a lei não especifica nenhum período de tempo adicional para a identificação dos cães que sejam adquiridos pelo proprietário, pelo que os cães também têm de estar identificados antes de ser vendidos.

Em todas as AC, os cães têm de estar registados numa base de dados central, pertencente à comunidade autónoma. O registo é, geralmente, efectuado ao mesmo tempo que a identificação, ou imediatamente a seguir. Todas estas bases de dados são membros da Europetnet e, com tal, estão ligadas a uma base de dados da UE.

⁶ Andaluzia, Aragão, Astúrias, Baleares, Canárias, Cantábria, Castela e Leão, Castilla la Mancha, Catalunha, Estremadura, Galiza, La Rioja, Madrid, Múrcia, Navarra, País Basco e Valência

Gatos

Em sete das Comunidades Autónomas (Andaluzia, Astúrias, Canárias, Cantábria, Catalunha, La Rioja e Madrid) é obrigatório identificar os gatos através da aplicação de um microchip (excepto na Cantábria, onde a identificação pode ser efectuada com um microchip ou uma tatuagem) e registá-los na base de dados central para animais de companhia.

Para as comunidades autónomas onde não é obrigatório identificar e registar os gatos, os proprietários podem decidir fazê-lo e os gatos podem ser registados na base de dados central para animais de companhia da comunidade autónoma onde o dono vive.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Os estabelecimentos de criação têm de ser licenciados de acordo com um Decreto Nacional Espanhol relativo à autorização e registo de estabelecimentos animais e centros de referência. Cada comunidade autónoma criou um registo, que é gerido pelo Ministro da Agricultura da AC. Para serem autorizados e registados, os estabelecimentos têm de cumprir com requisitos sanitários e com as medidas relacionadas de bem-estar animal como são providenciadas na respectiva Lei regional para o bem-estar animal.

Para serem registados, os estabelecimentos têm de se candidatar, mediante a apresentação de:

- Contactos detalhados
- Mapa do interior, localização e acessos ao estabelecimento
- Um relatório preparado por um veterinário autorizado, que descreva os requisitos sanitários.

Após a emissão da autorização e início das actividades do estabelecimento, a autoridade competente tem de inspecionar o estabelecimento mediante uma visita às instalações, para verificar a concordância. Uma vez efectuada a inspecção, o estabelecimento é registado no registo oficial.

As leis das comunidades autónomas incluem provisões específicas para criadores de animais de companhia em geral, mas não existem requisitos específicos para criadores de cães nem de gatos.

As autoridades competentes têm de manter ficheiros dos estabelecimentos autorizados e registados (incluindo criadores e comerciantes). Têm de garantir que os requisitos gerais da lei para o bem-estar animal são cumpridos. Estes requisitos são especificados pelas leis das AC e, regra geral, incluem as seguintes provisões, que transpõem para nível regional a lei nacional de sanidade animal, e vão mais longe em algumas AC:

- Os estabelecimentos têm de garantir boas condições de higiene e sanidade e salas adaptadas às condições fisiológicas dos animais que albergam
- Os estabelecimentos têm de garantir um suporte adequado de serviços veterinários, que são responsáveis pela saúde e bem-estar dos animais
- Quando vendem animais, os estabelecimentos têm de providenciar toda a documentação legal, incluindo certificados veterinários

- Os proprietários de animais têm de tratá-los de forma humana e de mantê-los em boas condições de saúde e higiene, em conformidade com as especificidades da espécie animal
- Os estabelecimentos têm de manter registos dos animais que reproduzem e que vendem, em conformidade com a legislação, que geralmente incluem como mínimo informação relativa à origem, identificação e destino dos animais.

Não existem provisões específicas para prevenir a reprodução de cães e/ou gatos portadores de problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias, com excepção da legislação da Catalunha. A Lei 22/2003 relativa à protecção dos animais inclui a obrigatoriedade, para os estabelecimentos animais, de vender animais que não apresentem sinais visíveis de patologia psicológica ou física e que não sofram, eles próprios ou os seus descendentes, de doenças hereditárias que possam ser diagnosticadas.

Não existem *guidelines* nem códigos de boas práticas aos quais os criadores devam aderir.

Não existe, de modo geral, obrigatoriedade para treino nem educação específica para proprietários ou funcionários de estabelecimentos de criação/ comércio. A Catalunha é a única comunidade autónoma que impõe requisitos de formação para tratadores de animais em estabelecimentos de criação/ comércio. O pessoal tem de completar um curso reconhecido oficialmente pelas autoridades, mas que não carece de exame.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes de cães e gatos têm de estar autorizados e registados, mediante um procedimento semelhante ao existente para criadores de gatos e cães (ver acima).

Não existem provisões relativas à venda de gatos e cães através da internet, com excepção da lei da Catalunha, que impõe, para qualquer transacção de animais através de publicações ou outros meios de comunicação, a inclusão no anúncio do número de registo do estabelecimento de comércio ou de criação.

É permitida a venda de gatos e cães em lojas de animais e em mercados, desde que estejam autorizados e registados como estabelecimentos animais. Na Catalunha, não é permitida a exposição de gatos e cães nas prateleiras das lojas de animais com o objectivo de atrair clientes. Na Cantábria e na Estremadura, não é permitida a exposição de animais na montra das lojas de animais, e os animais não podem ser mantidos na loja. Não existem provisões semelhantes na legislação das outras AC.

Na maioria das leis regionais, há provisões relativas à venda itinerante de animais. No entanto, apenas na Catalunha é especificamente proibida a venda na rua e em lojas itinerantes.

A lei da Catalunha proíbe a separação das crias da respectiva progenitora, para venda como animais de companhia, antes da idade recomendada para o desmame de cada espécie. Na Andaluzia, os mamíferos não podem ser separados da progenitora antes dos 40 dias após o nascimento. Nas Astúrias, os gatos e cães não podem ser vendidos antes das 8 semanas de idade, ou das 6 semanas se saírem directamente do criador para a casa do comprador. Não há menção de idade mínima para a venda de gatos e cães nas restantes leis.

Na maioria das leis das AC, existe uma idade mínima para uma pessoa comprar um animal sem necessitar de consentimento dos pais ou um representante legal. Esta idade varia entre 14 e 18 anos. Algumas leis referem apenas que os animais não podem ser vendidos a menores de idade.

As leis das AC também incluem provisões gerais relativas ao transporte de animais de companhia, que fazem referência ao Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. Por exemplo, uma das leis refere que os animais têm de ter espaço suficiente para poderem permanecer em estação e deitar-se. Os meios de transporte ou caixas transportadoras têm de proteger os animais de condições climáticas extremas. Os animais têm de receber água e alimento a intervalos adequados, como providenciado na lei. Durante a carga e descarga dos animais, tem de ser utilizado equipamento adequado para não causar lesão nem sofrimento aos animais.

Mutilações cirúrgicas

Em geral, as leis das Comunidades Autónomas proíbem a mutilação cirúrgica se o objectivo for estético. No entanto, muitas leis permitem as mutilações cirúrgicas como excepção, quando se pretende “dar aos animais o aspecto habitual para a raça”. Esta situação é especificamente permitida em 9 das 17 ACs. Apenas numa (Catalunha) é especificamente proibida a realização de desvocalização e onicoectomia, enquanto nas Astúrias não existe menção às mutilações.

Ligações à Legislação

Decreto 1119/1975, de 24 de abril, sobre autorización y registro de núcleos zoológicos, establecimientos para la práctica de la equitación, centros para el fomento y cuidado de animales de compañía y similares (Decreto relatoco à autorização e registo de estabelecimentos animais):

<http://www.boe.es/boe/dias/1975/05/29/pdfs/A11416-11417.pdf>

Orden de 28 de julio de 1980 por la que se dan normas sobre núcleos zoológicos, establecimientos para la equitación, centros para el fomento y cuidado de animales de compañía y similares (Ordem que fixa as regras para os estabelecimentos animais):

<http://www.boe.es/boe/dias/1980/09/11/pdfs/A20396-20397.pdf>

Ligações para a legislação nacional e das comunidades autónomas:

<http://www.derechoanimal.info/esp/basededatos/index>



Identificação e Registo

Cães

Na Estónia, os cães têm de ser identificados de forma permanente mediante a aplicação de um microchip. Também têm de ser registados na base de dados ou registo nacional para animais de companhia: <http://www.lemmikloomaregister.ee/>, que é membro da Europetnet e, como tal, está ligada à base de dados da UE.

Gatos

Os donos de gatos não têm obrigação de identificá-los nem registá-los. No entanto, os proprietários também podem optar por fazê-lo e registar os gatos na base nacional Estonian Pet Register. Adicionalmente, a nível regional, o governo local pode decidir tornar a identificação e registo dos gatos obrigatório. Este facto já se verifica em algumas regiões.

Regulamentação de criadores de cães e gatos

As regras para a detenção de animais de estimação constam do Acto para a Protecção Animal, mas não existem requisitos para o registo de criadores de gatos e cães.

Um regulamento relativo à detenção de animais de companhia inclui requisitos específicos para cães e gatos, dedicados principalmente à área destinada, instalações em conformidade com o porte e idade dos animais, alimentação e abeberamento e requisitos especiais para animais gestantes.

De acordo com o Acto para a Protecção Animal, os proprietários têm de possuir os conhecimentos necessários sobre anatomia e fisiologia do animal, características comportamentais da espécie animal e os requisitos para a protecção dos animais. O Ministério da Agricultura pode impor a obrigatoriedade de treino para a detenção de determinadas espécies de animais, mas até à data este não é o caso para os detentores de cães e gatos.

O Acto para a Protecção Animal refere que são proibidas as “actividades de criação que causem sofrimento aos animais” (§4).

Requisitos para a criação de cães

Estes requisitos aplicam-se a qualquer dono de cães. Os detentores de cães têm de respeitar uma série de regras relativas à limpeza, espaço disponível em conformidade com o porte do cão, habitação e abrigo, caso o cão seja mantido no exterior. A disponibilidade de espaço também leva em consideração o número de cães, ponderando o seu peso.

As especificações para cadelas reprodutoras e cachorros são muito generalistas: o ambiente tem de ser tranquilo e a área desimpedida, as cadelas não devem dar à luz com frequência excessiva; esta frequência deve levar em consideração a saúde, idade e raça, entre outros factores.

Não existe idade mínima para o desmame dos cachorros, mas de acordo com §8 do Acto para a Protecção Animal, o desmame deve ser efectuada com a idade adequada, considerando o bem-estar da progenitora e com a concordância de um médico veterinário.

Requisitos para a criação de gatos

Os regulamentos para a detenção de gatos também são bastante generalistas. As salas têm de estar equipadas com arranhadores e um caixote de areia. Os principais requisitos referem-se à área disponível, que é definida em conformidade com o número de gatos e o sistema de alojamento: sala ou jaula.

A idade de desmame dos gatinhos é definida da mesma forma que para os cachorros.

As inspecções são efectuadas, sobretudo, com base em denúncias, embora também sejam realizadas inspecções em determinadas situações consideradas de risco.

Não é necessária nenhuma inspecção regular para os criadores manterem a sua actividade, mas pode ser proibida a criação e detenção de animais com base em processos criminais ou de crueldade para os animais.

Não está prevista na legislação a proibição específica de reproduzir cães e/ou gatos portadores de problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas, mas a proibição constante do Acto para a Protecção Animal (§4) de “actividades de reprodução que causem sofrimentos ao animal” tem de ser interpretada como abrangendo estes problemas.

Não foram adoptadas nenhuma *Guidelines* nem Códigos de Boas Práticas nacionais aos quais os criadores registados devam aderir.

Regulamentação de comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes não têm de ser registados e não existem requisitos específicos para inspecção de comerciantes, para além dos que constam do Acto para a Protecção Animal.

Podem ser vendidos cães e gatos em lojas, mercados e em eventos.

Quando são vendidos em lojas de animais, não é permitido expor os gatos e cães (nem outras espécies) na montra.

Podem ser vendidos gatos e cães através da Internet. Não existem regras específicas relativamente à idade mínima para a venda de cachorros nem de gatinhos.

Não é permitida a venda de animais, com ou sem custo económico, a menores de 16 anos sem o consentimento de um dos pais ou outro representante legal.

Não existem regras específicas relativamente aos requisitos para educação/ treino de comerciantes, para além dos requisitos gerais para todos os detentores de animais, de terem conhecimentos sobre anatomia e fisiologia do animal, características comportamentais da espécie e requisitos para a protecção animal.

As provisões para o transporte de animais estão incluídas no Acto para a Protecção Animal e implementam o Regulamento UE 1/2005 sobre a protecção dos animais durante o transporte. Estas regras também se aplicam ao transporte de gatos e cães para fins comerciais.

Mutilações cirúrgicas

De acordo com o Acto para a Protecção Animal, são proibidas cirurgias e outros procedimentos veterinários que visem alterar a aparência de um animal e não sejam efectuadas com fins terapêuticos. Deste modo, são proibidas as amputações de orelhas e cauda, desvocalização e onicoectomia. As amputações de orelhas e cauda só são permitidas sob indicação médica.

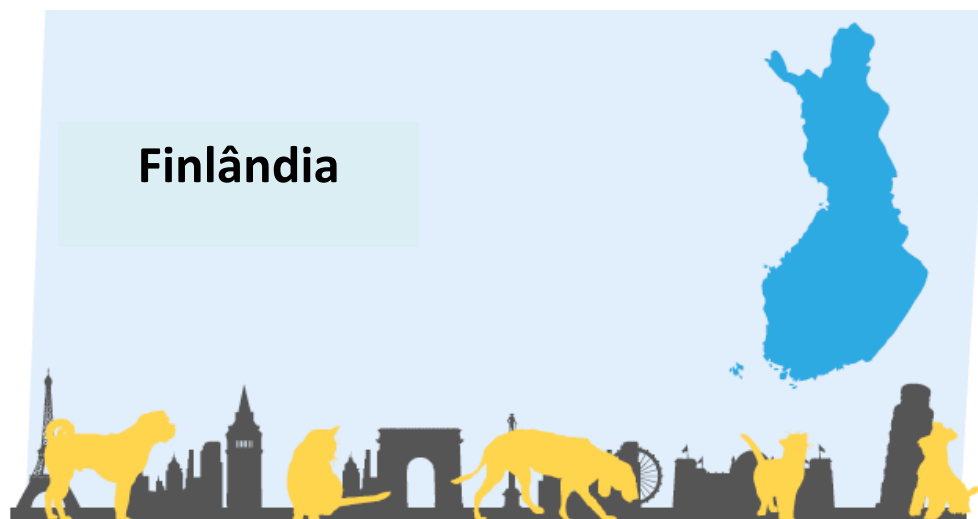
Ligações à Legislação

Acto de Protecção Animal:

<https://www.riigiteataja.ee/en/eli/ee/Riigikogu/act/505092014002/consolide>

Regulamento para a detenção de animais de companhia:

<https://www.riigiteataja.ee/akt/13199887>



Identificação e Registo

Na Finlândia, a Identificação e Registo de animais é regulada pelo Acto para o Sistema de Identificação Animal. No entanto, este Acto só inclui os animais de produção e tem como objectivo principal implementar os requisitos da UE para a identificação e registo. Existe uma base de dados geral para todos os animais e bases de dados específicas para cães de raça pura, mas não existe nenhuma base de dados finlandesa que seja membro da Europetnet.

Cães

Não existe obrigatoriedade de proceder à identificação permanente nem registo dos cães na Finlândia. É deixado ao critério do proprietário a decisão de aplicar microchip e registar o seu cão. Se o cão for identificado, pode ser registado na base de dados nacional turvasiru (www.turvasiru.fi) que é a maior base de dados finlandesa.

Gatos

Na Finlândia, não existe obrigatoriedade de identificar e registar os gatos. É deixado ao critério dos proprietários a decisão de aplicar um microchip e registar o seu gato. Se o gato receber um microchip, também pode ser registado na base de dados nacional turvasiru (www.turvasiru.fi).

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Ao abrigo do Acto para o Bem-Estar Animal, os criadores profissionais ou a larga escala de cães e gatos têm de notificar o Organismo Estatal Provincial num prazo mínimo de 30 dias antes de iniciar actividade e de 14 dias antes de modificá-la ou encerrá-la. Para ser considerado um criador profissional ou em larga escala, os criadores têm de manter pelo menos seis fêmeas reprodutoras que tenham tido pelo menos uma ninhada.

A notificação deve conter detalhes completos relativos aos contactos do gestor, descrição da competência da pessoa responsável por tratar dos animais (comprovativo de treino, experiência), uma descrição do tipo de actividades desenvolvidas, onde e quando terão início,

informação relativa à espécie e número de animais, descrição das instalações, equipamento e a forma como serão organizados os cuidados com os animais.

Os gestores têm de manter registos actualizados relativos à espécie animal e aos animais que criam e/ou vendem. Estes registos devem ser disponibilizados às autoridades sempre que forem solicitados.

Não existem requisitos legais para a inspecção dos criadores de cães e gatos antes de iniciarem a sua actividade.

Podem ser efectuadas inspecções caso haja motivo para suspeitar que os animais são tratados em inconformidade com o Acto para o Bem-Estar Animal, mas também quando não houver suspeita de violação, segundo uma amostragem aleatória. Há um objectivo nacional de inspecionar regularmente os criadores profissionais ou a larga escala de cães e gatos. Em 2013 foram efectuadas 3200 inspecções baseadas em suspeitas relativamente a animais de companhia, de um número total de 6400 inspecções realizadas. O Acto para o Bem-Estar Animal inclui várias regras relativas às inspecções.

A Autoridade Finlandesa de Segurança Alimentar (Evira) tem uma base de dados (Elite) na qual as Agências Estatais de Administração Regional registam informação relativa aos criadores que emitiram a respectiva notificação.

O Acto para o Bem-Estar Animal inclui provisões relativas à saúde e protecção animal no âmbito da criação. É proibido o uso de métodos de reprodução que possam causar stress ou lesar de forma significativa a saúde ou o bem-estar dos animais. Para além disso, não é permitido manter um animal com o objectivo de reproduzi-lo se não puder assumir-se que, com base no seu fenótipo e genótipo, ele possa ser mantido de modo a não lesar a sua saúde e bem-estar.

Esta descrição é muito generalista e pode ser alvo de diversas interpretações. No entanto, a questão dos processos hereditários parece ser levada seriamente em consideração pela Autoridade Finlandesa de Segurança Alimentar (EVIRA). Estão, actualmente, a conduzir um projecto para identificar novas doenças hereditárias que afectem o bem-estar dos cães e gatos. Este projecto de investigação teve início em 2013 e decorrerá até 2018⁷. O projecto já descobriu duas novas doenças hereditárias o Finnish Lapphund que causam *osteogenesis imperfecta*⁸. Adicionalmente, o Ministério da Agricultura e Florestas está, actualmente, a preparar um novo Acto para o Bem-Estar Animal no qual esta provisão deverá estar esclarecida.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Ao abrigo do Acto para o Bem-Estar Animal, os comerciantes profissionais ou a larga escala de cães e gatos têm de notificar o Organismo Estatal Provincial antes de iniciar a actividade e

⁷<http://www.evira.fi/portal/en/about+evira/about+us/operation+areas/scientific+research/projects/kaynnissa+/new+hereditary+diseases+affecting+the+welfare+of+animals/>

⁸Poster abstract 2013 <http://www.acvp.org/meeting/2013/abstract/detail.cfm?id=287>

quando pretendem alterá-la ou terminá-la. As regras são as mesmas que foram descritas para os criadores profissionais.

Para ser considerado um comerciante profissional ou em larga escala, é necessário vender ou disponibilizar no mercado cães e/ou gatos de forma regular.

A legislação não estipula uma idade mínima a partir da qual os cães/gatos podem ser vendidos, mas está incluída uma provisão geral na qual se refere que os cachorros/gatinhos não devem ser separados da progenitora demasiado cedo e que essa separação deve ser efectuada na melhor altura, tanto para os cachorros/gatinhos como para as respectivas mães.

Os requisitos para inspecção são idênticos aos descritos para os criadores profissionais e em larga escala de cães e gatos (ver acima).

Não existem requisitos específicos relativos à educação/ treino, embora na notificação deva constar uma descrição da competência da pessoa responsável pelos cuidados com os animais.

Na Finlândia, é proibido vender cachorros e gatinhos em lojas de animais. Também é proibida a venda ambulante. Os gatos e cães têm de ser comprados directamente aos criadores ou a comerciantes registados. É permitido anunciar cães e gatos para venda na Internet.

O transporte de gatos e cães é regulado pelo acto geral para o transporte de animais, que implementa o Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. Não estão incluídas provisões específicas para gatos nem cães.

Mutilações cirúrgicas

Só podem ser efectuadas operações cirúrgicas ou procedimentos semelhantes que causem dor se forem justificadas por doença do animal ou outro motivo semelhante.

Na prática, é proibida a amputação de cauda e orelhas e a desvocalização. A onicoectomia ainda é autorizada em cachorros de caça, para prevenir a ocorrência de lesões potenciais durante a actividade de caça nos bosques.

Ligações à Legislação

Acto de Protecção Animal:

<http://www.finlex.fi/en/laki/kaannokset/1996/en19960247.pdf>

Decreto para o Bem-Estar Animal:

<http://www.finlex.fi/en/laki/kaannokset/1996/en19960396.pdf>

Acto para o Transporte Animal:

<http://www.finlex.fi/en/laki/kaannokset/2006/en20061429.pdf>



Identificação e Registo

Cães

Desde 1999 que todos os cães com idade superior a 4 meses têm de ser permanentemente identificados mediante a aplicação de um microchip ou tatuagem. Os cães com idade superior a 8 semanas também têm de ser identificados antes de ser vendidos ou cedidos.

Os cães têm de ser registados na base de dados nacional designada pelo Ministério da Agricultura, que é o ficheiro central para a identificação de carnívoros domésticos, gerido pelo I-CAD SAS (www.i-cad.fr).

Gatos

Desde 1 de Janeiro de 2002 que todos os gatos com idade superior a sete meses também têm de ser identificados e registados na base de dados I-CAD. Se forem vendidos antes dessa idade, têm de ser previamente identificados.

A I-CAD é membro da Europetnet e, como tal, está ligada a uma base de dados europeia.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Em França, uma pessoa é considerada criadora quando é proprietária de fêmeas reprodutoras e vende pelo menos duas ninhadas por ano. Os criadores têm de declarar a sua actividade à Autoridade Competente (a Direcção para a Protecção da População ou a Direcção de Coesão Social e Protecção da População (DD(SC)PP) do Departamento onde estão sediados).

Para além disso, os criadores têm de obter um “certificado de capacidade”, que garanta que têm competência para proporcionar os cuidados necessários aos animais e têm conhecimentos adequados relativamente à biologia, fisiologia e necessidades de comportamento dos animais de companhia. Para obter o certificado, têm de escrever uma carta à Autoridade Competente, na qual apresentem as suas motivações e informação relativa às suas actividades no estabelecimento, incluindo dados pessoais e detalhes acerca da sua educação/experiência, espécies abrangidas, morada do estabelecimento, cópia da declaração da actividade, declarações de bons padrões morais relativamente à protecção animal e

compromisso de respeitar as regras de protecção animal. Os criadores têm, ou de ter um diploma numa área de conhecimento relevante, ou de cumprir um programa de treino e passar uma avaliação que ateste que possuem experiência profissional equivalente. Também têm de cumprir um programa de treino a cada dez anos, para actualizar os seus conhecimentos.

Os criadores têm de respeitar as regras de sanidade e protecção animal, que envolvem o equipamento e funcionamento do estabelecimento, as condições nas quais os animais são mantidos (qualidade do ar, iluminação, espaço disponível), necessidades sociais, alimentação e abeberamento. Têm de manter um registo das entradas e saídas, bem como um registo sanitário e de saúde dos animais. Têm de adoptar um conjunto de regras sanitárias, com objectivos relativos aos cuidados com os animais e auto-avaliações obrigatórias, em concordância com um veterinário designado, que deve efectuar duas visitas anuais ao estabelecimento.

Se os criadores comprarem e venderem animais para além da sua actividade de criação, esta actividade deve ser separada. Os criadores não podem simular que criam animais que compraram e estão a revender.

É proibido seleccionar animais de companhia com base em critérios que possam comprometer a sua saúde e bem-estar, bem como o dos seus descendentes. O criador deve ter como objectivo a produção de animais em bom estado de saúde, com bom temperamento, sem defeitos nem características que possam comprometer o seu bem-estar. Estas provisões pretendem prevenir a selecção de cães e gatos com conformações exageradas, que tenham um impacto negativo na saúde e bem-estar dos animais.

Só podem ser utilizados para efeitos de reprodução animais em bom estado de saúde e totalmente desenvolvidos e, no caso das fêmeas, a partir do seu segundo ciclo de actividade sexual, tomando em consideração a sua idade relativamente à raça. As fêmeas não podem ter mais de três ninhadas no espaço de dois anos. Durante os primeiros meses, os cachorros e gatinhos têm de ter contacto social diário com os outros cachorros/ gatinhos da mesma ninhada, com cães/gatos adultos e com seres humanos. Os cachorros e gatinhos devem ser separados progressivamente da progenitora e não devem ser totalmente afastados desta antes das 6 semanas de idade. Serão emitidos códigos de boas práticas em 2015, para ajudar os criadores a atingir as obrigações exigidas pela legislação.

Requisitos para criadores de cães

Estabelecimentos onde sejam mantidos mais de nove cães com idade superior a 4 meses devem cumprir os regulamentos para estabelecimentos classificados (aqueles cuja actividade possa apresentar riscos ou causem poluição ou perigo para a segurança e saúde dos residentes). Têm de ser declarados nestes termos se o número total de cães com idade superior a 4 meses estiver entre 10 e 50. Se o número total de cães com idade superior a 4 meses for superior a 50, também têm de obter uma autorização de exploração. O Ministério da ecologia, desenvolvimento sustentável e energia gere a base de dados dos estabelecimentos classificados.

São efectuados dois tipos de inspecção aos estabelecimentos de criação classificados: inspecções relativas à protecção do ambiente e inspecções de bem-estar animal. Os outros

estabelecimentos (não classificados) só são submetidos a inspecções relativas às regras de protecção animal.

Requisitos para criadores de gatos

No caso dos gatos, os estabelecimentos não são classificados. De outro modo, são aplicadas as mesmas regras descritas para criadores de cães.

Os estabelecimentos de criação de cães e gatos não são inspeccionados antes de iniciar a sua actividade. Uma vez iniciada, são inspeccionados de forma regular, com uma frequência baseada numa análise de risco.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes são sujeitos às mesmas regras descritas para os criadores (ver acima) para declarar a sua actividade.

Os gatos e cães têm de ter pelo menos 8 semanas de idade para ser vendidos. Os comerciantes têm de proporcionar ao comprador um certificado de compra e um documento que contenha informação relativa às necessidades do animal e recomendações acerca do treino deste. No caso dos cães, os comerciantes também têm de providenciar um certificado veterinário.

Os gatos e cães podem ser vendidos em lojas de animais. É proibida a venda de animais de companhia na rua e em mercados. Existem excepções para exposições especialmente organizadas com animais, se tiver sido obtida uma autorização prévia.

Quando é publicado um anúncio para a venda de gatos e/ou cães, tem de estar referido o número de registo profissional (número SIRET) ou, caso não se trate de um criador profissional, o anúncio tem de mencionar “privado” e o número de identificação (do microchip ou tatuagem) de cada animal ou da fêmea reprodutora que é mãe dos animais em venda, bem como o número de animais que constituíram a ninhada. O anúncio também tem de incluir a idade dos animais e se estão registados num livro de genealogia reconhecido pelo Ministério da Agricultura. O termo “raça pura” só pode ser aplicado a gatos e cães registados num livro de origens reconhecido pelo Ministério da Agricultura. Nos outros casos, o anúncio deve mencionar “não pertencente a nenhuma raça”.

São permitidas as vendas através da Internet e os anúncios devem conter a informação tal como descrita acima.

A legislação inclui provisões específicas para estabelecimentos comerciais. Os animais errantes, perdidos e abandonados ou os animais desmamados muito precocemente não podem ser vendidos. Os animais têm de manter contacto social com humanos e com outros animais, de acordo com as suas necessidades. É preciso tomar atenção especial à sociabilização de cachorros e gatinhos. A loja tem de dispor de pessoal devidamente competente para proporcionar aconselhamento aos compradores. Os menores de 16 anos têm de ter consentimento dos pais ou representantes legais para poder comprar um cão ou gato.

Aplicam-se as provisões do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte para o transporte de cães e gatos.

A Autoridade Competente do local onde o criador/ comerciante está sediado é responsável por inspeccionar os estabelecimentos. É avaliado, especificamente, o estado dos animais, os cuidados que recebem e as condições de acondicionamento.

Mutilações cirúrgicas

Com excepção da amputação de cauda, são proibidas intervenções cirúrgicas efectuadas em animais de companhia que não tenham um objectivo curativo. Como tal, são proibidas a desvocalização, onicoectomia e amputação de pavilhões auriculares.

É proibida a venda e a apresentação em eventos de animais que tenham sido submetidos a intervenções cirúrgicas que vão contra estas provisões. É autorizada a apresentação em eventos de animais com as orelhas amputadas, se vierem dos Estados Unidos, onde a intervenção é legalmente autorizada.

Ligações à Legislação

Decreto de 3 de Abril de 2014 que fixa as regras sanitárias e de protecção animal que se aplicam a actividades que envolvam animais de companhia de espécies domésticas:

<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000028856756&dateTexte=&categorieLien=id>

Anexos ao Decreto de 3 de Abril de 2014:

http://www.mesdemarches.agriculture.gouv.fr/spip.php?action=accéder_document&arg=153&cle=f57a4143949f9cd6f1ef585d026af0e23de28b85&file=pdf%2FAnnexes_arrete_animaux_de_compagnie-03042014.pdf

Código Rural – protecção animal – animais de companhia em estabelecimentos de criação:

http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?sessionId=DC2FA3E6A14AA36FE5144C1496E55F56.tpdjo04v_2?idSectionTA=LEGISCTA000019414434&cidTexte=LEGITEXT000006071367&dateTexte=20141209

Lista de estabelecimentos classificados autorizados:

<http://www.installationsclassees.developpement-durable.gouv.fr/rechercheICForm.php>



Identificação e Registo

Cães

Desde 1 de Janeiro de 2004 que é obrigatória a identificação permanente dos cães mediante a aplicação de um microchip, o mais cedo possível após o nascimento.

Os cães têm de ser registados na base de dados central. A gestão e actualização da base de dados são da responsabilidade da *Hellenic Veterinary Association*. No entanto, deve registar-se que na altura em que foi redigido este relatório, a base de dados não estava a funcionar correctamente.

Não existe nenhum membro grego da Europetnet, pelo que a base de dados central não está ligada a uma base de dados europeia.

Gatos

Ao abrigo da Lei 4039/2012 é, actualmente, obrigatório proceder à identificação permanente dos gatos mediante a aplicação de um microchip, bem como de proceder ao registo na base de dados central.

Regulamentação de criadores de cães e gatos

Os criadores de cães e gatos têm de obter uma licença, emitida pela autoridade competente (a Direcção Geral de Agricultura e Prática Veterinária) da região onde estão sediados. O estabelecimento de criação tem de ser submetido a uma inspecção realizada por esta autoridade.

É necessária uma licença se houver mais de duas fêmeas reprodutoras ou se forem produzidas mais de duas ninhadas por ano no estabelecimento de criação. Também é necessário manter um registo por cada fêmea reprodutora.

Os estabelecimentos de criação têm de cumprir com as regras de bem-estar animal, regras de segurança e proporcionar cuidados médico veterinários adequados. Os cães e gatos

reprodutores têm de ter um passaporte sanitário, possuir microchip e estar registados na base de dados central referida acima. Os criadores devem ser inspeccionados antes da atribuição da licença.

Devem ser efectuadas inspecções regulares. No entanto, na altura em que foi redigido este relatório, a tarefa de inspeccionar os estabelecimentos de criação não tinha sido atribuída a nenhuma autoridade competente.

Animais cujas características anatómicas e fisiológicas e cujos atributos comportamentais possam, dependendo da espécie e raça, ser considerados prejudiciais para a saúde e bem-estar da fêmeas reprodutora ou os seus descendentes, não devem ser seleccionados para fins reprodutivos. De acordo com a legislação, a determinação das características prejudiciais é efectuada por decisão do Ministério do Desenvolvimento Rural e Alimentação. No entanto, esta determinação ainda não foi levada a cabo.

As autoridades competentes têm de organizar seminários de treino e programas de informação e educativos para proprietários de animais de companhia e pessoas envolvidas na criação, educação, comércio e detenção destes animais, bem como devem proporcionar informação às comunidades e grupos locais acerca das provisões relacionadas com a protecção dos animais.

Não existe nenhuma base de dados para registo dos criadores licenciados.

Requisitos para a criação de cães

As cadelas não podem ser utilizadas para reprodução antes do segundo ciclo reprodutivo. Deve passar um período mínimo de 9 meses entre o nascimento de uma ninhada e a gestação seguinte. Também é proibida a reprodução de animais com idade superior a 9 anos.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem requisitos específicos para os gatos. Os criadores de gatos devem cumprir com as regras gerais disponíveis para os estabelecimentos de reprodução.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

É necessária uma licença para a venda comercial de animais de companhia. As condições para obtenção da licença são as mesmas que existem para os criadores comerciais (ver acima). No entanto, não tinha sido designada nenhuma autoridade competente responsável na altura em que foi redigido este relatório.

É permitida a venda de cães e gatos através da internet. Quando os animais são anunciados na internet, o anúncio deve incluir o número de microchip dos animais.

Não é permitida a venda de cachorros e gatinhos com idade inferior a 8 semanas.

A idade mínima para uma pessoa comprar um gato ou um cão é de 18 anos.

A Lei 4039/2012 inclui algumas provisões relativas ao transporte de animais de companhia com os seus proprietários: os animais devem ser colocados em caixas de transporte seguras e acompanhados do proprietário. Os cães guia podem ser transportados sem caixa de transporte, independentemente do seu tamanho, desde que usem açaime e trela. Os navios de passageiros devem dispor de caixas limpas, abrigadas das condições climatéricas adversas, para o transporte de animais de companhia de grande porte.

O transporte comercial deve ser efectuado em cumprimento das regras constantes do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte e das regras da UE relativas à deslocação de animais de estimação.

No que diz respeito à educação e treino dos comerciantes, à semelhança dos criadores, devem ser organizadas sessões de formação pelas autoridades competentes. No entanto, não é obrigatório que os comerciantes possuam determinado nível de educação especial para obter uma licença. Para além disso, não é efectuado nenhum tipo de inspecção aos comerciantes antes de obter a respectiva autorização.

Mutilações cirúrgicas

A Lei Grega proíbe, especificamente, as mutilações cirúrgicas em geral, o que torna ilegais as amputações de cauda e orelhas, desvocalização e onicoectomia.

Ligações à Legislação

Lei 4039/2012:

http://www.et.gr/ids-nph/search/pdfViewerForm.html?args=5C7QrtC22wEbA_BZxkczbHdtvSoClrL8suaQnuDva5rtIl9LGdkF53UIxsx942CdyqxSQYNuqAGCF0IfB9HI6hq6ZkZV96FI9xO8ZeZP5drT6s6lp3RoXpz7gnZXzX6x-h0e3ioZEs.

Emenda de 2014 à lei 4039/2012 (lei 4235/2014):

http://www.et.gr/ids-nph/pdfimageSummaryviewer.html?args=sppFfdN7IQP5_cc--m0e1y6LMLuijLT1mxP6vVD5VzW8rzSZFxgk-VB8R6Mtn1LDkAYi3ORfmaqS1aSSEa7ywXkxcPQvNBMTy9T3lvMHxXpABIQE1JCW9FiNMrQQT-Ek_FKlm_8xYoyk3o71APArH_XAzPhn8pPXisiltSKHvMRmiMLmd8ytuw.



Identificação e Registo

Cães

Qualquer pessoa que detenha, transporte, compre ou venda um cão nascido depois de 1 de Abril de 2013 tem de garantir que ele esteja identificado com um microchip a partir das sete semanas de idade. O proprietário do cão tem de registá-lo numa base de dados num intervalo de 8 semanas após o nascimento do cão. O dono actual de um cão tem de identificá-lo e registá-lo antes de poder vendê-lo, dá-lo ou transferi-lo.

Esta regra não se aplica a cães acolhidos em abrigos, os quais têm de ser identificados no espaço de duas semanas após a entrada no abrigo e registados em 4 semanas, nem a cães pertencentes a cidadãos de outros Estados Membros da UE ou de países terceiros que prevejam permanecer na Holanda durante um período inferior a 3 meses.

O registo tem de ser efectuado numa base de dados designada pelo Ministério. Existem várias bases de dados para o registo de cães na Holanda. Todas elas têm de transferir os seus dados para o Ministério dos Assuntos Económicos, que mantém a base de dados central para uso interno exclusivo das autoridades policiais.

Existem, actualmente, na Holanda, três bases de dados que são membros da Europetnet: Stichting Chip (www.stichtingchip.nl), NDS – Stichting Databank Gezelschapsdieren Nederland (<http://www.databankgezelschapsdieren.nl>) e Petbase (www.petbase.eu).

Gatos

Não existe, actualmente, nenhuma obrigatoriedade para proceder à identificação permanente e registo dos gatos na Holanda.

Os proprietários de gatos e de cães mais velhos (para os quais ainda não é obrigatório proceder à identificação e registo) podem decidir identificar permanentemente os seus animais e também podem registá-los numa das bases de dados existentes.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Antes de iniciar as suas actividades, os estabelecimentos de criação comercial de animais de estimação têm de ser registados. No entanto, não é necessário registo para pessoas que criem gatos e cães, mas consigam comprovar que não o façam como actividade económica. Não existe número mínimo de animais necessário existir num estabelecimento, sendo a actividade comercial que determina a necessidade de proceder ao registo.

A pessoa responsável pelas actividades de criação tem de registar o estabelecimento, providenciando a seguinte informação:

- Contactos detalhados, número de cidadão ou de registo na Câmara dos Comerciantes da pessoa responsável pelas actividades, ou o nome e registo oficial da entidade legal e número de registo do comerciante
- Morada do estabelecimento
- Descrição das instalações e equipamento destinado a ser utilizado para o alojamento dos animais de estimação
- Data prevista para o início das actividades
- Contactos detalhados do gestor e cópia do seu certificado de competência
- Espécie ou conjunto de espécies animais.

Uma vez registado o estabelecimento, é-lhe atribuído um número exclusivo.

O registo dos estabelecimentos de criação está centralizado através de um serviço governamental e respectiva base de dados (<https://mijn.rvo.nl/bedrijfsmatig-huisdieren-houden>)

Qualquer alteração nos dados providenciados quando do registo tem de ser reportada ao Ministério no espaço de quatro semanas a partir da data de alteração.

Os criadores têm de respeitar as provisões da Lei de 2011 relativa aos animais e da Decisão de 2014 relativa à detenção de animais, que incluem requisitos direccionados ao alojamento, cuidados e condições ambientais para a detenção de animais. Incluem as seguintes provisões:

- Instalações adequadas, com espaço suficiente para os animais se moverem e materiais adaptados às necessidades fisiológicas e comportamentais dos animais;
- Protecção contra condições climáticas adversas, predadores e riscos de saúde;
- Espaço suficiente e adequado para ninho, no caso de animais gestantes ou com crias;
- Prevenção do medo ou stress associados à forma como os animais estão alojados;
- Número e composição adequada dos grupos de animais em cada instalação;
- Salas separadas para animais doentes;
- Os animais têm de ser inspeccionados diariamente e tem de haver um procedimento instituído para o registo das avaliações e dos tratamentos veterinários.

Os criadores têm de manter registos adequados, em formato escrito ou digital, dos animais de estimação que são detidos nas instalações, contendo como mínimo informação de contacto da pessoa que forneceu os animais e o certificado de vacinação dos cães e gatos. Estes registos têm de ser armazenados durante pelo menos dois anos a partir da saída do animal das instalações.

Qualquer detentor de animais de companhia pode ser inspecionado pela Autoridade para a Segurança dos Produtos Consumidos, ou pelos serviços de inspecção do “Dierenbescherming”, mas as inspecções são maioritariamente dirigidas aos criadores e comerciantes que venderam ou detenham mais de 20 cães e/ou gatos num período de 12 meses. As autoridades fiscalizadoras planeiam as suas actividades anualmente, mas os estabelecimentos de criação não são inspecionados antes de iniciar as suas actividades.

A Lei relativa aos animais proíbe o uso para fins reprodutivos de animais cujas características físicas possam afectar a sua saúde ou bem-estar, bem como a saúde e bem-estar dos seus descendentes. O Decreto relativo à detenção de animais também proíbe a reprodução de animais de estimação de forma que prejudique o bem-estar e a saúde dos progenitores ou dos descendentes. A criação deve impedir a transferência para os descendentes, ou a ocorrência nestes de:

- Defeitos ou doenças hereditárias graves
- Características externas que tenham consequências adversas no bem-estar ou na saúde dos animais
- Alterações comportamentais graves.

Os criadores têm de garantir que os animais são sociabilizados através do contacto com pessoas e outros animais da mesma espécie e são habituados ao meio envolvente da habitação.

O gestor de um estabelecimento de criação tem de obter um certificado de competência aprovado pelo Ministério para a espécie animal criada nas instalações. A decisão ministerial especifica o tipo de certificados e diplomas que são aprovados como certificado de competência. Deve ser disponibilizada uma cópia do certificado de competência para as autoridades durante as inspecções. É possível a atribuição de derrogações em casos específicos, por um período máximo de 12 meses, caso a pessoa responsável pelo manuseio diário das instalações possua experiência profissional suficiente.

Requisitos para a criação de cães

Um cão não pode produzir mais de uma ninhada num período de doze meses consecutivos. Tem de ser permitido o acesso diário dos cães ao exterior das instalações onde são detidos, em conformidade com as suas necessidades físicas e comportamentais.

Os cachorros não podem ser separados das mães antes das sete semanas de idade.

Requisitos para a criação de gatos

Um gato pode produzir, no máximo, duas ninhadas num período de doze meses consecutivos, ou um máximo de três ninhadas num período de vinte e quatro meses consecutivos.

Os gatinhos não podem ser separados das mães antes das sete semanas de idade.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os vendedores comerciais de animais de estimação têm de registar os seus estabelecimentos mediante o mesmo procedimento descrito para os criadores.

É permitida a venda de gatos e cães em lojas de animais, em mercados e em exposições, desde que sejam cumpridos os critérios relacionados com as lojas de animais ou mercados/exposições. Como tal, não é proibida a venda de gatos e cães na rua, mas têm de ser cumpridos os critérios definidos para lojas de animais ou de mercados/ exposições, o que é extremamente improvável.

Não existem regras específicas relativas à venda de cães e gatos através da Internet.

A idade mínima a partir da qual é permitida a venda de gatos e cães é de sete semanas, a mesma idade a partir da qual podem ser separados das progenitoras.

Não é permitida a venda de animais de estimação a menores de 16 anos. Os animais de estimação não podem ser alojados nem expostos na montra de um estabelecimento comercial.

O transporte de cães e gatos é regulamentado de acordo com o Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. Não existem outras provisões específicas para o transporte de gatos e cães.

Mutilações cirúrgicas

São proibidas todas as intervenções físicas efectuadas em animais, caso não sejam especificamente permitidas ao abrigo do Decreto relativo a intervenções. No que diz respeito aos gatos e cães, são proibidas as amputações de cauda e orelhas, desvocalização e onicoectomia.

Também é proibida a venda, oferta para venda ou compra de animais aos quais tenha sido efectuada uma intervenção cirúrgica proibida.



Ligações à Legislação

Lei de 19 de Maio de 2011 que providencia uma rede integrada, envolvendo os detentores de animais e tópicos relacionados (Lei sobre os animais):

<https://zoek.officielebekendmakingen.nl/stb-2011-345.html>

Decisão de 25 de Janeiro de 1996 relativa às intervenções permitidas nos animais:

http://wetten.overheid.nl/BWBR0007864/geldigheidsdatum_09-12-2011

Decisão relativa à detenção de animais de 2014:

<https://zoek.officielebekendmakingen.nl/stb-2014-210.html>

Emenda à Decisão relativa à detenção de animais, relacionada com a criação e comercialização de animais de companhia (17 de Junho de 2014):

<https://zoek.officielebekendmakingen.nl/stb-2014-232.html>

Decisão relativa à identificação e registo de animais:

http://wetten.overheid.nl/BWBR0009019/geldigheidsdatum_26-12-2014

Decisão relativa ao reconhecimento dos certificados de competência:

<https://zoek.officielebekendmakingen.nl/stcrt-2014-18358.html>

Informação adicional:

<http://www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/dieren/dierenwelzijn/huisdieren>



Identificação e Registo

Cães

Na Hungria, todos os cães têm de ser microchipados e registados por um médico veterinário em uma das bases de dados nacionais para animais de estimação até à idade de 3 meses.

Gatos

Os gatos não têm de ser identificados mediante a aplicação de um microchip. Se o gato estiver identificado com um microchip, não é obrigatório o seu registo numa base de dados.

Existe uma “base de dados para animais de estimação”, www.petvetdata.hu, que só está acessível a veterinários. Esta base de dados é gerida pela Câmara Húngara de Veterinários. É membro da Europetnet e, como tal, está ligada à base de dados da UE. Também existe uma “base de dados nacional do cão”, que é gerida pela Secretaria Nacional da Cadeia de Segurança Alimentar e está acessível a veterinários oficiais e municípios. Esta base de dados nacional do cão está sincronizada com a petvetdata, pelo que os cães com microchip só necessitam de ser registados uma vez.

Os proprietários podem registar os gatos na base de dados petvetdata através de um médico veterinário privado.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Na Hungria, existem regulamentos para a detenção e comércio de animais de companhia, que também se aplicam aos criadores.

Os criadores de cães e gatos têm de respeitar as provisões do Acto XXVIII de 1998 relativo à protecção dos animais, corrigido pela última vez em 2014, que se aplica a detentores de animais, bem como a animais criados e utilizados com fins económicos, e que inclui as seguintes obrigações:

- Inspeção regular dos animais, pelo menos diariamente

- Providenciar condições de alojamento essenciais, adaptadas à espécie e satisfazendo as necessidades fisiológicas dos animais, tomando em consideração a idade, género e a condição fisiológica dos animais
- Proporcionar espaço suficiente aos animais que são mantidos acorrentados, de modo que possam deslocar-se e descansar
- Proporcionar abrigo das condições climatéricas adversas e dos predadores, e espaço suficiente para satisfazer as necessidades de movimento dos animais que são mantidos no exterior
- Providenciar cuidados adequados aos animais.

A reprodução de qualquer animal que sofra de doença hereditária é considerada crueldade para os animais e está proibida. Uma pessoa que tenha animais para venda também deve prevenir a reprodução de animais com conformações anormais ou comportamentos que causem sofrimento à descendência ou possam ter efeitos negativos na sua saúde.

Os gatos e cães não podem ser separados das progenitoras antes das 8 semanas de idade.

O Acto XXVIII também prevê a obrigatoriedade geral de educar os cidadãos a comportar-se de forma adequada com os animais e a cuidar deles, como parte do currículo escolar geral.

Não existem provisões específicas para o controlo de criadores de cães e gatos.

Regulamentação de comerciantes de cães e gatos

Na Hungria, é permitida a venda de cães e gatos em lojas de animais. Têm de ter idade superior a 8 semanas e estar identificados com um microchip. As instalações e o funcionamento das lojas de animais exigem uma licença, que é emitida pela Direcção de Sanidade Animal e Alimentação do distrito onde a loja está localizada.

Para se candidatar à licença, o proprietário da loja de animais tem de apresentar:

- Uma cópia do contrato celebrado com um veterinário responsável por monitorizar a saúde dos animais
- Descrição das regras de funcionamento da loja, incluindo provisões para o fornecimento de alimento e cuidados com os animais, supervisão sanitária por um veterinário, o protocolo para a eliminação dos resíduos, armazenamento e eliminação das carcaças, limpeza, desinfecção e cumprimento das regras de saúde pública, provisões veterinárias e de bem-estar animal e provisões para o fornecimento de informação aos clientes.

A autoridade competente tem 21 dias para processar a candidatura, com possibilidade de extensão por 21 dias adicionais⁹. Se a candidatura, o candidato, a lojas e as respectivas de regras de funcionamento estiverem em conformidade com as condições estatutárias, a autoridade emite uma licença para a actividade e regista a loja de animais.

Aplicam-se, entre outros, os seguintes requisitos para as lojas de animais:

⁹Ao abrigo do Acto CXL de 2004

- O alojamento tem de proporcionar um ambiente tranquilo, mesmo na área de vendas
- Os animais têm de ser mantidos de forma que lhes permita expressar o seu comportamento natural e cumprir as suas necessidades de exercício. Os cães podem ser deslocados ao exterior da loja para ser exercitados, mas o seu alojamento na loja tem de permitir-lhe moverem-se tanto quanto for possível
- Tem de ser providenciada alimentação adequada, nos intervalos indicados para as necessidades da espécie
- Os animais de estimação, e o local onde estão alojados, têm de ser inspeccionados pelo menos uma vez por dia
- O tratador dos animais deve garantir que as condições ambientais do local onde os animais estão alojados satisfazem as suas necessidades
- Os animais não podem ser mantidos com iluminação permanente, na escuridão permanente nem com ruído permanente
- Os animais de estimação devem ser tratados com cuidado e não podem ser submetidos a dor, sofrimento nem medo desnecessários. Devem ser consideradas as suas necessidades sociais.

Os detentores de lojas de animais têm de manter registos dos animais adquiridos, vendidos e que estão em stock. Também têm de manter um registo dos animais que morrem e a causa da morte.

A legislação prevê a realização de inspecções regulares às lojas de animais, pelo menos uma vez por ano.

Não é permitida a venda de animais através de encomenda postal, em lojas móveis nem em locais públicos. Não é proibido publicitar a venda de animais na Internet. É permitida a venda de animais de estimação em mercados – desde que sejam cumpridos os requisitos relevantes para as lojas de animais.

Os animais não podem ser comercializados como animais de estimação se forem incapazes de permanecer vivos na ausência de cuidados parentais. Não é permitida a venda de cães e gatos com idade inferior a oito semanas.

Os cães têm de ser identificados com um microchip antes de ser comercializados nas lojas de animais. Se houver um plano de vacinação obrigatória previsto pela legislação para determinada espécie animal, os animais que pertençam a essa espécie só podem ser comercializados se possuírem um certificado de vacinação em conformidade com a respectiva idade.

Não existe uma idade mínima a partir da qual uma pessoa possa comprar um gato ou um cão na Hungria.

Não existem regras específicas para o transporte comercial de gatos e cães. Aplicam-se as provisões constantes do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. O Acto para a Protecção dos Animais inclui provisões gerais aplicáveis a qualquer transporte de animais, incluindo:

- A obrigatoriedade de evitar sofrimento ou lesão desnecessárias durante o transporte, carga e descarga de animais vivos, e a necessidade de descarregar os animais sem demora uma vez chegados ao destino

- A obrigatoriedade de garantir condições de transporte que permitam a satisfação das necessidades fisiológicas e comportamentais dos animais
- O veículo tem de garantir a protecção dos animais contra as condições climatéricas adversas
- Os animais devem ser acompanhados por pessoal experiente, que lhes proporcione os cuidados que possam ser necessários.

Mutilações cirúrgicas

São proibidas as amputações de orelhas, onicoectomia e desvocalização na Hungria. Ainda é permitida a amputação de cauda, se realizada antes dos 7 dias de idade.

Ligações à Legislação

Acto XXVIII de 1998 relativo à protecção dos animais (em húngaro):

http://njt.hu/cgi_bin/njt_doc.cgi?docid=34584.235020

Regulamentações Governamentais 41/2010 relativas à detenção e comércio de animais de companhia:

http://njt.hu/cgi_bin/njt_doc.cgi?docid=131539.255331



Identificação e Registo

Cães

Na Irlanda, ainda não é obrigatória a identificação permanente dos cães, mas a obrigatoriedade de aplicar um microchip e efectuar o registo dos cães será introduzida em 2016. Os cães têm de usar uma coleira com o nome e morada do proprietário inscrito, gravado numa placa, etiqueta ou disco presos à coleira.

Presentemente, não é obrigatório o registo dos cães numa base de dados. No entanto, os detentores de cães necessitam de uma licença, que é válida por um período de 12 meses.

Os proprietários de um estabelecimento de reprodução de cães com seis ou mais cadelas reprodutoras são legalmente obrigados a aplicar um microchip nos cachorros.

Desde Janeiro de 2013 que todos os cães com idade superior a oito semanas, que estejam nas instalações de criação, têm de ter um microchip e os seus dados devem ser registados numa base de dados adequada. Todos os cães têm de ter um microchip antes de ser deslocados para fora das instalações. Têm de ser mantidos registos de todos os cães com microchip; os registos devem estar disponíveis para inspecção por um agente autorizado.

Gatos

Os gatos não necessitam de ser identificados permanentemente nem de ser registados numa base de dados. Os detentores de gatos não precisam de obter nenhuma licença.

Actualmente, os donos Irlandeses de cães e gatos podem aplicar-lhe um microchip e, caso desejem, registá-los numa base de dados. A obrigatoriedade de aplicação de microchip e registo serão introduzidos em 2016.

Não existe uma base de dados central única na Irlanda para o registo dos dados dos gatos e cães, mas existem quatro bases de dados irlandesas que são membros da base de dados

central europeia Europetnet: Animark.ie, Fido.ie, petTrace (DSPCA) e IKC-PetData (disponível apenas para cães registados no Kennel Club Irlandês).

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Requisitos para a criação de cães

Qualquer pessoa que tenha seis ou mais cadelas, com idade superior a seis meses e capazes de se reproduzir, tem de submeter uma candidatura à autoridade local para registo como estabelecimento de criação de cães e tem de pagar uma taxa, que varia de 400€ para estabelecimentos com menos de 18 cadelas, até 3000€ para estabelecimentos com 100 a 201 cadelas, e um valor adicional de 1600€ por cada 100 cadelas adicionais. A autoridade local pode visitar as instalações antes de atribuir o registo. Embora não seja um pré-requisito para a atribuição de um certificado, a realização de inspecções físicas é a norma. Um estabelecimento registado recebe um certificado de registo, que inclui informação relativa ao candidato, morada do estabelecimento de criação de cães, número máximo de cadelas que podem ser detidas num período de seis meses e quaisquer condicionantes anexas ao registo.

As autoridades locais mantêm um registo dos estabelecimentos de criação de cães e têm de disponibilizá-lo ao público para inspecção. Os estabelecimentos de criação de cães têm de pagar uma taxa anual, equivalente à exigida para o registo, em cada aniversário de registo do estabelecimento. O responsável pelo estabelecimento de criação de cães tem de manter um registo da actividade e disponibilizá-lo para inspecção pela autoridade competente.

As cadelas não podem ter mais de seis ninhadas de cachorros, não sendo permitido um número superior a 3 ninhadas por cadela ao longo de um período de 3 anos.

Foram emitidas *guidelines* pelo Ministério em Dezembro de 2011. Estão divididas em duas partes: construção e manutenção, e funcionamento e maneio. Estas *guidelines* cobrem todos os aspectos da detenção e reprodução de cães.

Os criadores de cães têm de proporcionar instalações e equipamentos adequados às necessidades físicas, comportamentais e sociais dos cães, como sejam espaço suficiente para exercício, locais de repouso, alimento e água adequados, ventilação adequada e limpeza. Os cães têm de ser inspecionados a intervalos adequados, sendo uma vez por dia a frequência mínima recomendada. Devem ser providenciados cuidados veterinários apropriados por meio de um veterinário do qual o estabelecimento seja cliente. A protecção contra a lesão, medo e dor estão entre os requisitos, bem como um número adequado de tratadores competentes, em conformidade com o tamanho do estabelecimento e o número de cães detidos. O pessoal deve ter experiência na manipulação de cães e recomenda-se uma formação regular.

As inspecções aos estabelecimentos de criação de cães são organizadas pelas autoridades competentes. Podem ser realizadas inspecções a qualquer momento. As inspecções regulares são efectuadas após notificação prévia.

Requisitos para a criação de gatos

Não foram adoptadas regras específicas relativamente à criação de gatos. Aplicam-se as regras gerais do Acto para a Saúde e Bem-Estar Animal relativo ao dever de proteger o bem-estar dos

animais, proibição da crueldade, alimentação e inspecção dos animais protegidos e equipamento.

Os criadores não têm de ter nenhum tipo de educação nem formação comprovada.

Não existem provisões que proíbam a reprodução de cães e/ou gatos com problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os estabelecimentos que pratiquem o comércio de animais têm de estar licenciados. Uma pessoa que planeie abrir um estabelecimento comercial tem de se candidatar a uma licença, providenciando uma descrição das actividades previstas e das instalações. O Ministério pode impor condicionantes específicos e emitir uma licença com uma duração específica.

As pessoas que vendam animais têm de garantir que eles são mantidos em alojamentos adequados relativamente ao tamanho, temperatura, iluminação, ventilação e higiene. Têm de proporcionar alimento e água adequados. É proibida a venda de animais cuja idade não seja adequada, de acordo com a espécie, raça, grau de desenvolvimento, adaptação e domesticação, necessidades fisiológicas e comportamentais.

Os animais têm de ser protegidos contra o fogo, o clima e outros perigos.

Os estabelecimentos de criação de cães podem vender cães directamente a particulares.

É permitida a venda de gatos e cães em lojas de animais e em mercados. A venda na rua está sujeita a uma “licença de comerciante casual”. É permitido o anúncio online para venda.

Para além das provisões gerais do Acto para a Saúde e Bem-Estar Animal relativamente à idade para a venda dos animais, não existem provisões pormenorizadas relativamente à idade a partir da qual é permitida a venda de cães e gatos.

É proibida a venda de um gato ou cão a menores de 16 anos.

O Departamento de Agricultura emitiu *guidelines* para o transporte de “outros” animais, que cobrem os gatos e cães e complementam as provisões do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte. As *guidelines* resumem as regras europeias e proporcionam pormenores relativamente a aspectos, tais como:

- Aptidão para o transporte: não é permitido o transporte de cães nem gatos com idade inferior a 8 semanas, se não forem acompanhados da progenitora
- Intervalos para o fornecimento de alimento e água: durante o transporte, os cães e gatos devem ser alimentados a intervalos que não excedam as 24 horas e deve ser fornecida água a intervalos de até oito horas
- Transporte em clima quente: as *guidelines* explicam como reconhecer os sinais de stress pelo calor em cães e a forma de tratá-lo.

Os comerciantes de gatos e cães não têm obrigação de ter determinado nível de educação nem de cumprir nenhuma formação especial.

Não é necessário realizar nenhuma inspecção física aos estabelecimentos que intencionem vender animais antes de ser emitida uma licença.

Mutilações cirúrgicas

O Acto para a Saúde e Bem-Estar Animal proíbe a remoção de tecido sensitivo e de estruturas ósseas dos animais por motivos estéticos. No entanto, é permitida a remoção de parte ou a totalidade da cauda e pesunhos de determinadas raças de Spaniel, Pointer e Terrier, se for realizada antes dos 8 dias de idade e apenas para cães destinados a actividade de controlo de pestes ou caça. Em quaisquer outras situações, é proibida a amputação de cauda e pavilhões auriculares, desvocalização e onicoectomia. Apesar de a legislação só prever a proibição nos cães, este tipo de mutilação cirúrgica é extremamente rara nos gatos.

Ligações à Legislação

Acto para a Saúde e Bem-Estar Animal 2013:

www.irishstatutebook.ie/pdf/2013/en.act.2013.0015.pdf

Acto para Estabelecimentos de Criação de Cães 2010:

www.irishstatutebook.ie/pdf/2010/en.act.2010.0029.pdf

Regulamento de 2014 relativo à Proibição de Amputação de Cauda e Remoção de garras (Cães):

<http://www.irishstatutebook.ie/pdf/2014/en.si.2014.0128.pdf>

Guidelines para estabelecimentos de criação de cães:

www.environ.ie/en/Publications/LocalGovernment/DogControl/FileDownload,29096,en.doc

Guidelines para o transporte de “outros” animais vivos:

www.agriculture.gov.ie/media/migration/animalhealthwelfare/transportofliveanimals/Guidelineswelfareotherspeciesduringtransport270913.doc



Identificação e Registo

Cães

Em Itália, é obrigatório proceder à identificação permanente dos cães, através da aplicação de um microchip durante o segundo mês de vida, e de registá-los junto das autoridades regionais. Cada uma das 20 Regiões Italianas tem uma base de dados canina regional bem estabelecida, ligada ao registo nacional para animais de companhia, que foi estabelecida em Março de 2013 pelo Ministério da Saúde.

Gatos

Os gatos que forem vendidos ou que pertençam a uma colónia de gatos errantes de vida livre têm de ser identificados mediante a aplicação de um microchip e têm de ser registados no registo nacional para animais de companhia.

Não é obrigatório que os outros gatos seja identificados e registados, mas os proprietários podem decidir, voluntariamente, identificar e registar os seus gatos no registo do animal de companhia.

Actualmente, o registo nacional do animal de companhia não é membro da Europetnet.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Um Acordo de 2003 relativo ao bem-estar dos animais de companhia, celebrado entre o Estado Italiano e as Regiões inclui as regras para as actividades comerciais com animais de companhia que necessitam ser implementadas pelas 20 Regiões Italianas. Dada a sua implementação regional, as regras nacionais são bastante generalistas e o nível de implementação da rede padronizada nacional é diferente em cada região.

Os criadores têm de estar autorizados. Para se candidatarem à autorização, os criadores precisam de providenciar informação relativa à pessoa responsável pela actividade e à espécie que pretendem criar. Também necessitam cumprir com requisitos específicos relativos às

instalações, equipamento e competência do pessoal, e têm de ser inspeccionados pelas autoridades de saúde locais, que têm de ficar satisfeitos com o estabelecimento.

O acordo de 2003 inclui provisões para o Ministério da Saúde e as Regiões organizarem cursos de formação e programas educacionais para criadores. No entanto, os cursos de formação não são obrigatórios em todas as regiões e cada uma possui requisitos diferentes.

Não existem *guidelines* nacionais nem Códigos de Boas Práticas aos quais os criadores devam aderir.

Não existe legislação que impeça a reprodução de cães e/ou gatos que possuam problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas.

Os serviços veterinários locais são os responsáveis pela inspecção das instalações usadas em actividades de criação, no entanto, não existem regras estritas nesta área nem intervalos definidos para inspecções obrigatórias.

Requisitos para a criação de cães

Os criadores de cães também têm de cumprir com requisitos específicos para espaços interiores e exteriores, ao abrigo do anexo ao Acordo de 2003 relativo ao bem-estar dos animais de companhia. O espaço exigido depende do tamanho (peso) dos cães.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem requisitos específicos para a criação de gatos, para além das providências gerais descritas anteriormente.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes de animais têm de estar autorizados pelas Autoridades Regionais. O procedimento e os requisitos são os mesmos definidos para a autorização de criadores, incluindo os relativos à formação e treino e devem ser implementados a nível Regional.

É proibida a venda de cães e gatos com idade inferior a dois meses. Antes de ser vendidos, os cães têm de ser identificados e registados no registo regional de cães.

É permitida a venda de cães e gatos em lojas de animais. A venda de cães e gatos em mercados e na rua também é permitida, estando submetida a regras regionais.

Não existe controlo na venda de cães e gatos através da Internet nem limite mínimo de idade para uma pessoa poder comprar um cão ou gato.

Não existem regras de bem-estar para cães e gatos durante o transporte, para além do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte.

Mutilações cirúrgicas

São proibidas intervenções cirúrgicas que visem modificar a morfologia dos cães e gatos e sejam efectuadas sem objectivos curativos. Esta proibição inclui amputação de orelhas, desvocalização e onicoectomia. No entanto, um documento de posição oficial emitido pelo *Consiglio Superiore di Sanità* (Conselho Superior de Saúde) lista determinadas raças de cães para as quais a amputação de cauda é permitida, se acompanhada de um certificado veterinário.

Ligações à Legislação

Registo nacional de animais de companhia (*Banca dati dell'Anagrafe Animali d'Affezione*):
http://www.salute.gov.it/anagcaninapublic_new/home.jsp

Ordinanza 6 agosto 2008 contingibile ed urgente concernente misure per l'identificazione e la registrazione della popolazione canina: (G.U. Serie Generale , n. 194 del 20/08/2008):
<http://www.trovanorme.salute.gov.it/norme/dettaglioAtto?id=26145&completo=true>

Accordo 6 february 2003 trail Ministro della salute, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano in matéria di benessere degli animali da compagnia e pet-therapy (G.U. Serie Generale , n. 51 del 03 marzo 2003):
<http://www.trovanorme.salute.gov.it/norme/dettaglioAtto?id=21760&completo=true>

Legge 04 novembre 2010 , n. 201. Ratifica ed esecuzione della Convenzione europea per la protezione degli animali da compagnia, fatta a Strasburgo il 13 novembre 1987, nonché norme di adeguamento dell'ordinamento interno:
<http://www.trovanorme.salute.gov.it/norme/dettaglioAtto?id=45366>

Accordo 24 gennaio 2013. Accordo, ai sensi dell'articolo 9, comma 2, lettera c), del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, trail Governo, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, le province, i comuni e le comunità montane in matéria di identificazione e registrazione degli animali da affezione:
<http://www.trovanorme.salute.gov.it/norme/dettaglioAtto?id=49421>

Corpo de linhas de orientação estatutárias relativas às mutilações cirúrgicas emitido pelos profissionais veterinários italianos:

Line guida per l'applicazione dell'art. 10 della Convenzione europea per la protezione degli animali da compagnia, Elenco razze, Facsimile documenti:
<http://www.fnovi.it/index.php?pagina=dossier-fnovi>



Identificação e Registo

Cães

Os cães têm de ser identificados permanentemente com um microchip antes dos seis meses de idade. Para além disso, a partir de 1 de Janeiro de 2016, todos os cães terão de ser registados na base de dados do Centro de Dados da Agricultura Letã. Actualmente, só necessitam estar registados na base de dados os cães que participem em exposições ou que tenham sido importados. Para proceder ao registo de um cão, é necessário pagar uma taxa. Os donos de cães têm de notificar o Centro de Dados da Agricultura de qualquer alteração ocorrida na situação do cão: mudança de morada, morte, se o cão se perdeu ou foi encontrado, mudança de proprietário. O veterinário clínico pode registar a informação com a base de dados relativamente à alteração dos proprietários, mudança de habitação, esterilização, eutanásia ou morte.

Gatos

No caso dos gatos, não é obrigatória a identificação mediante a colocação de um microchip nem o registo. No entanto, os gatos esterilizados que vivam numa cidade, ou em zonas rurais próximo de habitações, devem ser marcados. As regras emitidas pelos governos locais podem permitir a existência de colónias de gatos errantes, esterilizados, a viver em zonas urbanas ou rurais residenciais, se for possível garantir o bem-estar e identificação dos animais. Deve proceder-se ao corte da ponta de um dos pavilhões auriculares para permitir a distinção dos gatos errantes esterilizados dos que não o estão.

Os proprietários de gatos podem decidir aplicar um microchip aos seus animais e registá-los na base de dados, mediante o pagamento da respectiva taxa.

Existe uma base de dados Central letã, que faz parte de um sistema de informação estatal e é membro da Europetnet: o registo dos animais de companhia, sob a alçada do Centro de Dados da Agricultura Letã: www ldc.gov.lv

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Não existe legislação letã específica relativamente à criação de cães e gatos. No entanto, existem regulamentos relativos à detenção de animais de companhia, para a venda e transporte, que também são aplicáveis aos estabelecimentos de criação.

As organizações de criadores e membros dos clubes de raças têm de estar registados no Centro de Dados da Agricultura.

Os criadores que possuam vários animais têm de garantir que eles estão registados no livro de origens para as raças de animais de companhia registadas a Letónia, que é gerido pelas organizações de criadores. Os animais têm de ser identificados e registados e os registos têm de ser mantidos actualizados.

Os proprietários de um estabelecimento de criação têm de receber formação prévia formal ou de ter um grau de ensino adequado em medicina veterinária, biologia ou manejo de cães. Se o proprietário for uma entidade legal, pelo menos um dos elementos do pessoal deve ter formação ou educação adequada.

O Serviço de Alimentação e Veterinária é o responsável pela supervisão dos estabelecimentos comerciais de criação. Os seus inspectores e autoridades locais têm o direito de inspecionar os estabelecimentos para garantir o cumprimento das regras de bem-estar, no caso de suspeita de violação ou queixa relativa a esses requisitos.

A legislação proíbe a venda de cães com defeitos genéticos (portadores de doenças hereditárias ou mal-formações).

Requisitos para a criação de cães

O Regulamento No 266 enuncia as condições para a detenção de cães, que também se aplicam aos criadores. Estão incluídos requisitos para a detenção de cães no interior e no exterior, como sejam:

- Deve ser providenciado aos cães alimento e água adequados
- Necessidade de passear os cães durante pelo menos 30 minutos, no mínimo duas vezes ao dia para os cães mantidos no interior, e uma vez ao dia para os cães mantidos permanentemente acorrentados no exterior
- Abrigo adequado
- Camas e equipamento adicional
- Os cães com idade inferior a 10 meses não podem ser mantidos permanentemente acorrentados.

As cadelas não podem dar à luz mais de uma ninhada por ano. Os cachorros devem ser mantidos de acordo com as regras de bem-estar.

Requisitos para a criação de gatos

O Regulamento No 266 providencia condições para a detenção de gatos, que também são aplicáveis aos criadores:

- Deve ser fornecido aos gatos alimento e água adequados
- Se forem mantidos no interior, devem estar disponíveis pelo menos 5 metros quadrados por gato com idade superior a seis meses, com áreas separadas para alimentação e liteira
- Os gatos devem ter contacto com pessoas pelo menos uma vez a cada dois dias.

As gatas não podem dar à luz mais de uma ninhada por ano. Os gatinhos devem ser mantidos de acordo com as regras de bem-estar.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

É permitido o comércio de gatos e cães a partir das instalações do criador/ proprietário, desde que o Serviço de Alimentação e Veterinária tenha sido informado. Também é permitida a venda de gatos e cães em mercados, em áreas especificamente designadas na rua e em exposições de animais de companhia.

As lojas de animais não podem comprar nem vender cães e gatos. A legislação proíbe o comércio de cães com defeitos genéticos (doenças hereditárias ou malformações).

Não é permitido o comércio de cães e gatos na ausência do proprietário dos animais.

É proibida a venda de cadelas e de gatas que estejam gestantes há mais de 30 dias.

A idade mínima para a venda de cachorros é de 8 semanas. Para os gatinhos é de 10 semanas.

Não é permitido um menor de 18 anos comprar um gato nem um cão.

Os mercados, áreas especificamente designadas da rua e exposições de animais têm de ter infra-estruturas adequadas, que satisfaçam as necessidades físicas e comportamentais dos animais. Os alojamentos devem permitir que os animais se escondam dos visitantes, caso isso seja considerado necessário de acordo com as necessidades comportamentais do animal.

O regulamento inclui regras relativas à limpeza e requisitos ambientais dos animais (ventilação, temperatura, humidade e enriquecimento ambiental).

Os cães e gatos podem ser mantidos em jaulas metálicas, desde que não haja limitação das suas necessidades fisiológicas e apenas se isso não lhes causar stress, sofrimento nem lesão.

É necessário garantir as necessidades de actividade física dos gatos e cães. Se forem mantidos permanentemente numa jaula, esta deverá ter espaço suficiente para o animal se deslocar de acordo com as suas necessidades fisiológicas.

Mutilações cirúrgicas

Ao abrigo da Lei para a Protecção Animal, é proibido o tratamento cruel dos animais, o que inclui a mutilação. A modificação do aspecto exterior de um animal, ou quaisquer outros procedimentos de carácter não curativo, são abrangidos pela definição de crueldade se não houver necessidade médica para a sua realização e se não forem efectuadas por um profissional veterinário.

Estas regras tornam ilegal a amputação de cauda e orelhas, desvocalização e onicoectomia em gatos e cães. No entanto, existe uma excepção para a amputação de cauda em cães, que é permitida se realizada por um médico veterinário nas seguintes raças: Fox Terrier de Pêlo Cerdoso, Fox Terrier de Pêlo Liso, Spaniel Russo, Braco Alemão de pêlo Cerdoso, Braco Alemão de Pêlo Liso, Terrier de Caça Alemão e Welsh Terrier.

Ligações à Legislação

Lei para a Protecção Animal:

http://www.vvc.gov.lv/export/sites/default/docs/LRTA/Likumi/Animal_Protection.doc

Regulamento No 266 relativo aos requisitos de Bem-Estar para a detenção, comercialização e demonstração em exposições públicas de animais domésticos (de estimação), bem como para o treino de cães:

<http://m.likumi.lv/doc.php?id=132534>

Procedimento para o Registo de Animais de Estimação (Regulamento No 491):

[http://www.vvc.gov.lv/export/sites/default/docs/LRTA/MK_Noteikumi/Cab_Reg_No_27_7 - Procedures for Registration of Pet Animals.doc](http://www.vvc.gov.lv/export/sites/default/docs/LRTA/MK_Noteikumi/Cab_Reg_No_27_7_-_Procedures_for_Registration_of_Pet_Animals.doc) (EN)

Regulamento No 322 relativo ao transporte de animais:

[http://www.vvc.gov.lv/export/sites/default/docs/LRTA/MK_Noteikumi/Cab_Reg_No_32_2 - Animal Transport Regulations.doc](http://www.vvc.gov.lv/export/sites/default/docs/LRTA/MK_Noteikumi/Cab_Reg_No_32_2_-_Animal_Transport_Regulations.doc)



Identificação e Registo

Cães

De acordo com a nova lei relativa ao bem-estar animal, a partir de 1 de Janeiro de 2016 os cães terão de ser identificados permanentemente mediante a aplicação de um microchip. Os cães também terão de ser registados numa base de dados central, que será administrada pelo Ministério da Agricultura e gerida pela empresa Estatal Centro de Informação Agrícola e de Negócios Rurais e os Serviços Estatais de Alimentação e Veterinária.

Gatos

De acordo com a nova lei relativa ao bem-estar animal, a partir de 1 de Janeiro de 2016 os gatos terão de receber identificação permanente mediante a aplicação de um microchip. Também será obrigatório o registo dos gatos na base de dados oficial.

Presentemente, os animais de estimação são registados em várias bases de dados existentes na Lituânia, ex. o Centro de Registo Animal (www.registracija.lt), que é membro da Europetnet e, como tal, está ligado à base de dados da UE. A Associação Lituana de Veterinários de Pequenos Animais (LSAVA – Lithuanian Small Animal Veterinary Association) também é membro da Europetnet e gere outra base de dados: <http://regivet.betaintelligence.lt/>

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Na Lituânia, os criadores de animais de estimação têm de ter uma licença, emitida pelo Serviço de Estado de Alimentação e Veterinária. É necessária uma autorização assim que se inicie a criação de gatos e/ou cães com fins comerciais.

Para obter a licença, os criadores têm de se candidatar ao registo do estabelecimento, proporcionando informação relativa à espécie e raças dos animais de estimação, número de animais que pretende deter em simultâneo, número de ninhadas produzidas por ano e morada do local onde a actividade decorrerá. O local de criação e as condições propostas têm de ser aprovados pelo veterinário oficial, após a realização de uma inspecção.

O Serviço de Estado de Alimentação e Veterinária é responsável pelo controlo e implementação destas regras. É este serviço que gere a base de dados de criadores, que está disponível para o público. As inspecções são efectuadas com base numa análise de risco: criadores de alto risco: uma vez por ano; risco médio: ano sim, ano não; risco mínimo: uma vez a cada quatro anos (é o caso dos criadores que têm uma fêmea, que produza uma ninhada por ano e seja mantida na casa de habitação dos proprietários).

A ordem dos requisitos veterinários para aprovação de criadores de animais de estimação inclui requisitos detalhados que os criadores devem cumprir, relativamente às instalações, à detenção e criação dos animais de estimação, da seguinte forma:

- Os criadores têm de contratar um número suficiente de funcionários competentes e planear as actividades de criação ao longo do tempo, garantindo que o cruzamento não tenha impacto negativo na saúde e bem-estar dos animais. Também têm de providenciar tempo suficiente para as fêmeas reprodutoras recuperarem entre duas ninhadas,
- Têm de garantir que não são reproduzidos animais com doenças genéticas, más-formações congénitas ou doenças,
- Têm de manter registos pormenorizados relativamente às actividades de criação e à venda dos animais de estimação, incluindo informação acerca do comprador,
- Relativamente às instalações de reprodução, há requisitos detalhados que envolvem os edifícios e o equipamento, incluindo a área e manutenção, microclima (temperatura, humidade, etc), segurança e desinfecção, entre outros aspectos,
- Os animais têm de ter espaço suficiente para poder mover-se livremente e esconder-se se necessário. Tem de estar disponível um local específico para repouso. Também tem de estar disponível equipamento adequado para os animais satisfazerem as suas necessidades comportamentais e fisiológicas. Os animais têm de ser inspecionados duas vezes ao dia,
- Os animais doentes ou magoados têm de ser mantidos separados dos outros animais,
- As fêmeas que deram à luz têm de ser separadas dos outros animais, na mesma sala ou numa sala distinta,
- É necessária atenção especial para o ambiente satisfazer as necessidades comportamentais do animal e garantir a sua sociabilização mediante o contacto diário com pessoas, desde o nascimento até à sua transferência para outro proprietário. O regulamento de procedimentos para criadores inclui testes para avaliar se os cães e gatos estão sociabilizados (não manifestam medo nem agressividade).

A lei geral de protecção dos animais proíbe, especificamente, a reprodução de animais de estimação geneticamente inferiores, com evidência de doença genética, más-formações ou outros processos. O Artigo 7 (5) do regulamento para criadores de animais de estimação também menciona a proibição de reproduzir animais portadores de doenças genéticas.

Requisitos para a criação de cães

Os cães não devem ser mantidos permanentemente no interior, salvo se forem cumpridos requisitos específicos de espaço disponível e se os cães forem levados a passear regularmente. Neste caso, os cães têm de ser passeados pelo menos uma vez ao dia, durante pelo menos uma hora, ou duas vezes ao dia durante pelo menos trinta minutos. Os cães têm de ser

mantidos em grupos adequados. Os cachorros não podem ser separados das progenitoras antes dos dois meses de idade.

Requisitos para a criação de gatos

Os gatos devem ser mantidos em grupos. O alojamento dos gatos deve estar equipado de modo a permitir-lhes afiar as garras e trepar. Os gatinhos não podem ser separados das progenitoras antes dos três meses de idade.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Não existem regras específicas para comerciantes de animais de estimação. É permitida a venda de gatos e cães em lojas de animais, para as quais existem regras pormenorizadas. Os comerciantes de gatos e cães e as respectivas instalações têm de estar licenciados para poder vender animais. A licença é emitida pelo Serviço de Estado de Alimentação e Veterinária. Para se candidatar, os comerciantes têm de proporcionar informação relativa a: espécies que pretendem comercializar, procedimentos necessários para a aquisição, manutenção e cuidados com os animais, registo dos animais detidos, programa de controlo de pestes, programa de limpeza e desinfecção das instalações.

Estas regras incluem:

- Requisitos detalhados relativamente às instalações da loja de animais, equipamento e manutenção.
- Requisitos relativos às condições para detenção dos animais, que devem corresponder às necessidades físicas e comportamentais dos animais, como sejam temperatura, iluminação e enriquecimento.
- Um anexo inclui os requisitos mínimos de espaço e intervalos de temperatura para diferentes espécies, incluindo gatos e cães.
- Os animais têm de ser inspecionados pelo menos duas vezes por dia. Devem ser mantidos registos destas inspecções. Os comerciantes têm de manter registos electrónicos pormenorizados das espécies e raças de animais vendidos, número, género, fornecedor dos animais de estimação, contactos detalhados dos compradores, data da venda, tratamentos veterinários, entre outros.
- A partir de 1 de Janeiro de 2016, os gatos e cães têm de ser identificados com um microchip e registados antes de ser vendidos.

É permitida a venda de gatos e cães em mercados aprovados, mas não da rua. A venda de gatos e cães através da Internet não está regulamentada.

Não é permitida a venda de cães nem gatos com idade inferior a oito semanas. Os animais não podem ser vendidos a menores de 16 anos sem o consentimento dos pais. Não existem regras específicas relativamente ao transporte comercial de gatos e cães para além das provisões constantes do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte e uma provisão geral da lei para a protecção animal. Os transportadores comerciais têm de estar autorizados e são controlados por veterinários oficiais. Não existem provisões específicas relativamente à educação e formação, nem relativamente à inspecção dos comerciantes, embora necessitem de aprovação por um veterinário oficial.

Estão aprovados procedimentos de operação padronizados para criadores de animais de estimação, bem como para comerciantes destes animais.

Mutilações cirúrgicas

São proibidos procedimentos veterinários que visem modificar a aparência ou funções fisiológicas dos animais, incluindo gatos e cães, como sejam a amputação de orelhas e cauda, mutilação ou remoção das cordas vocais e garras.

Ligações à Legislação

Lei para o bem-estar e a protecção dos animais:

http://www3.lrs.lt/pls/inter3/dokpaieska.showdoc_e?p_id=455524&p_tr2=2

Ordem relativa aos requisitos sanitários para criadores de animais de estimação:

http://www3.lrs.lt/pls/inter3/dokpaieska.showdoc_l?p_id=454514&p_query=&p_tr2=2

Regulamentações para comerciantes de animais de estimação:

http://www3.lrs.lt/pls/inter3/dokpaieska.showdoc_l?p_id=378586&p_query=&p_tr2=



Identificação e Registo

Cães

No Luxemburgo, é obrigatório identificar os cães com um microchip antes de completarem quatro meses de idade. Também é obrigatório registá-los numa base de dados para animais de estimação e declará-los ao município, com um certificado veterinário que comprove a raça, estado vacinal contra a raiva e se o cão é potencialmente perigoso ou não, com base na raça. As bases de dados existentes para animais de estimação são www.idchips.com e www.tasso.net

Gatos

Não existe obrigatoriedade de identificar e registar os gatos no Luxemburgo.

Os donos de gatos que desejem identificar os seus animais de estimação com um microchip e registá-los podem fazê-lo na ID Chips ou na Tasso. Ambas as bases de dados ID Chips (sob a designação LAK) e Tasso são membros da Europetnet e, como tal, estão ligadas a uma base de dados da UE.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Ao abrigo da lei para o bem-estar animal (Art 5), os criadores comerciais de cães e gatos têm de ser autorizados pelo Ministro, que pode impor condições específicas de bem-estar animal. Os estabelecimentos de criação que possuam mais de 10 animais necessitam de uma autorização do Presidente da Câmara Municipal, uma vez que são considerados estabelecimentos classificados (classe 2) segundo o código ambiental.

À semelhança de qualquer proprietário de um cão ou gato, os criadores têm de respeitar as regras da Convenção do Conselho Europeu relativa à protecção dos animais de estimação, que é aplicada directamente no Luxemburgo segundo a lei de 31 de Julho de 1991 que a implementa.

Os criadores têm de declarar a sua actividade às autoridades, indicando as espécies e raças envolvidas, a pessoa responsável e respectiva competência, uma descrição das instalações e

equipamento. A pessoa responsável tem de ter cumprido uma formação profissional ou de ter experiência considerada suficiente com animais de companhia.

A Autoridade Competente tem de garantir o cumprimento destes requisitos, mas não existem provisões específicas para o controlo de criadores.

Os criadores têm de garantir que as instalações e os cuidados com os gatos e cães têm em consideração as necessidades comportamentais da espécie e raça, proporcionando alimento e água adequados, espaço suficiente para o exercício e garantindo que não fogem.

Qualquer pessoa que selecione um animal de companhia para reprodução é responsável por atender às características anatómicas, fisiológicas e comportamentais que são passíveis de colocar em risco a saúde e bem-estar de quaisquer descendentes ou da progenitora.

A informação relativa aos criadores não está registada em nenhuma base de dados.

Não existem *guidelines* nacionais nem códigos de boas práticas aos quais os criadores devam aderir no Luxemburgo.

Requisitos para a criação de cães

Os criadores de cães têm de declarar a sua actividade ao município. As regras para autorização das actividades de criação de cães são estabelecidas a nível municipal. Em conformidade com as regras municipais, o Presidente da Câmara decide se atribui, ou não, a autorização.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem regras específicas para criadores de gatos, aplicando-se as regras gerais definidas pelo Conselho Europeu.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes de cães e gatos têm de estar autorizados pelo Ministro, mediante o mesmo procedimento descrito para criadores de cães e gatos.

A lei para a protecção animal inclui provisões gerais relativas ao transporte animal. Especifica que se aplicam directamente as provisões definidas pela Convenção do Conselho Europeu relativa à protecção dos animais durante o transporte, como foram implementadas pela lei de 15 de Dezembro de 1971. A Convenção inclui provisões específicas relativas ao transporte comercial de gatos e cães, que se referem especialmente à necessidade de alimentar os gatos e cães a intervalos que não excedam as 24 horas e a permitir que bebam a intervalos mínimos de 12 horas.

Não é permitida a venda de animais de companhia a menores de 16 anos sem o consentimento dos seus pais ou representantes legais.

Não existe idade mínima a partir da qual seja permitida a venda de cães nem de gatos.

É ilegal a venda de gatos e cães em lojas de animais, em mercados, na rua e através da Internet, embora os vendedores particulares possam oferecer animais para venda em determinados sites da Internet.

Não existem provisões específicas na legislação relativamente à realização de inspecções a comerciantes de animais de estimação.

Mutilações cirúrgicas

Ao abrigo da lei para o bem-estar animal de 1983, um animal não pode ser mutilado, excepto se houver motivos veterinários ou sob condições específicas que estão regulamentadas.

O Luxemburgo ratificou e implementou a Convenção do Conselho Europeu relativa à protecção dos animais de estimação, que estipula que as intervenções cirúrgicas destinadas a modificar a aparência dos animais de companhia devem ser proibidas. Em particular, são proibidas nos cães e gatos, as seguintes mutilações: amputação de cauda e orelhas, desvocalização e onicoectomia.

Ligações à Legislação

Lei relativa à protecção da vida e do bem-estar dos animais:

<http://www.legilux.public.lu/leg/a/archives/1983/0015/a015.pdf#page=2>

Lei relativa aos cães:

<http://www.legilux.public.lu/leg/a/archives/2008/0062/a062.pdf>

Emenda de 2011 à lei relativa aos cães:

<http://www.legilux.public.lu/leg/a/archives/2011/0233/a233.pdf#page=2>

Exemplo de um regulamento municipal relativo ao controlo de cães (ver artigo 8 acerca da reprodução):

http://www.schifflange.lu/pdf/reglement_tenue_des_chiens_2014.pdf

Lei relativa a estabelecimentos classificados:

<http://www.legilux.public.lu/leg/a/archives/2012/0105/a105.pdf#page=2>

Ratificação da Convenção do Conselho Europeu relativa à protecção dos animais de estimação:

<http://www.legilux.public.lu/leg/a/archives/1991/0061/a061.pdf#page=2>



Identificação e Registo

Cães

Desde Abril de 2012 que todos os cães com idade superior a quatro meses têm de ter um microchip. Para além disso, os cães têm de usar uma etiqueta ou coleira, que inclua informação relativa aos contactos do proprietário.

Todos os veterinários em exercício estão autorizados a proceder à aplicação do microchip e ao registo dos cães.

Uma vez identificados, os cães são registados na base de dados Governamental e é emitida uma licença vitalícia.

Existe uma base de dados nacional para cães, o Registo Nacional de Cães com Microchip, que não é membro da Europetnet. No entanto, a legislação prevê a troca de informação entre o registo nacional de cães e outras entidades governamentais e internacionais se tal for necessário para a identificação dos proprietários. Os veterinários podem contactar a base de dados, usando o número de microchip dos animais, de modo a receber os contactos pormenorizados do proprietário.

Gatos

Não é necessário identificar nem registar os gatos, excepto se forem entregues para venda em lojas de animais. Os proprietários também podem decidir identificar e registar os seus gatos. Os veterinários utilizam a base de dados PetNet, gerida pela Associação Maltesa de Veterinários (MVA – *Malta Veterinary Association*) para o registo dos gatos. A informação constante do microchip pode ser pesquisada no site da MVA (<http://www.mva.org.mt/mva-chip/search.php>). A base de dados PetNet também era utilizada para os cães antes da entrada em funcionamento do novo regulamento para identificação de cães. Os dados relativos aos cães foram transferidos para a nova base de dados e já não é controlada pela MVA.

Ao abrigo do Regulamento para lojas de animais, pode ser publicada periodicamente uma lista de animais e meios adequados de identificação pelo Director dos serviços veterinários. No entanto, não foi publicada nenhuma lista até à data.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

O Acto para o Bem-Estar Animal inclui provisões muito gerais para animais de reprodução. Todas as pessoas envolvidas na criação de animais são responsáveis por assegurar que as características anatómicas, fisiológicas e comportamentais dos animais são mantidas em consideração, de modo a não colocar em risco a saúde e bem-estar dos descendentes nem dos progenitores. O Acto providencia regulamentos para a criação de determinadas espécies e categorias de animais, que devem ser adoptadas pelo Ministério se necessário. Estes regulamentos devem incluir a idade mínima para as crias serem separadas das progenitoras.

A Direcção para o bem-estar animal mantém o registo dos criadores.

As inspecções são efectuadas sobretudo após a ocorrência de denúncias.

Não existem requisitos específicos de formação para criadores.

Não existem *guidelines* nem códigos de conduta nacionais aos quais os criadores devam aderir, com excepção do código de conduta adoptado pela sociedade canina maltesa, que consiste num conjunto privado de *guidelines* e está acessível em: http://www.maltacaninesociety.org/uploads/1/0/0/2/10027043/code_of_ethics.pdf

Requisitos para a criação de cães

Os criadores de cães que pretendam produzir mais de quatro ninhadas por ano necessitam de registar-se na Direcção de Serviços Veterinários e candidatar-se a uma licença. Têm de pagar uma licença anual no valor de 50 euro.

A candidatura tem de incluir pormenores acerca dos contactos e qualificações do criador, morada do estabelecimento de criação, raças e número de cães e cadelas destinados a ser usados como reprodutores, bem como uma descrição das estruturas, equipamento e procedimentos de emergência.

Os criadores têm de manter um registo, que inclua as datas de nascimento, nome do progenitor, sexos dos cachorros que nasceram, número de cachorros que nasceram e mortes eventuais.

As cadelas têm de ter uma idade mínima de 12 meses para ser cobertas. O número máximo de ninhadas que cada cadela reprodutora pode ter é de seis e nenhuma cadela pode ter mais de uma ninhada a cada 12 meses.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem regras específicas para criadores de gatos, para além das regras gerais relativas à criação de animais, que estão incluídas no Acto para o Bem-Estar Animal.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os vendedores comerciais de gatos e cães têm de se candidatar a uma licença pelo menos 2 meses antes da data prevista para início da actividade. Pode ser efectuada uma inspecção

antes da emissão da licença. É necessário existir um veterinário associado à loja de animais, que deve carimbar a candidatura da loja antes do envio às autoridades. As licenças especificam as espécies de animais autorizadas para venda e são renovadas anualmente após uma inspecção, efectuada pelos serviços veterinários.

É permitida a venda de gatos e cães em lojas de animais, mas não podem ser expostos no exterior da loja. É proibida a venda de animais em mercados e na rua. A venda de animais através da Internet não está regulada.

Os cachorros e gatinhos têm de ter pelo menos 8 semanas para poder ser vendidos e não podem ser adquiridos por menores de 16 anos sem o consentimento dos pais ou um representante legal. No entanto, ao abrigo do Acto do Cão e do Regulamento para a Identificação Electrónica de Cães, não é possível obter uma licença para detenção de um cão se a pessoa for menor de 18 anos.

Qualquer pessoa responsável pela gestão de uma loja de animais tem de ter uma idade mínima de 18 anos, ter uma boa conduta e qualificações relevantes. Todos os funcionários da loja devem ter um nível de conhecimento e experiência adequados relativamente às espécies comercializadas, de modo a garantir a saúde e bem-estar dos animais.

Os vendedores das lojas de animais têm de garantir que os animais são transportados de e para a loja de forma adequada, em conformidade com as características de saúde, bem-estar e da espécie. Não existem regras específicas para o transporte comercial de gatos e cães, para além das constantes do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte, que prevêem um intervalo máximo de 24 horas para o fornecimento de alimento e de 12 horas para fornecimento de água a gatos e cães.

Os regulamentos para lojas de animais incluem requisitos gerais e requisitos detalhados em função da espécie. As instalações têm de ser adequadas para a espécie animal, tomando em consideração as necessidades específicas de espaço para exercício, temperatura, iluminação, ventilação, humidade e limpeza. Os animais têm de ser inspeccionados regularmente, pelo menos duas vezes ao dia. Deve ser proporcionado aos gatos e cães um período de duas semanas para aclimatização ao espaço antes de serem postos à venda, período durante o qual devem ser mantidos em isolamento.

As regulamentações incluem requisitos distintos para cães e para gatos, de acordo com a sua idade, dividindo-os em três classes etárias: até às 12 semanas, entre as 12 semanas e os 6 meses e superior a 6 meses. Os requisitos incluem a área de solo disponível e a altura, intervalo de temperatura, camas e, para os cães, a necessidade de proporcionar uma socialização e contacto humano adequados de modo a estabelecer um carácter equilibrado. Para cães com idade superior a 6 meses, deve ser proporcionada uma corrida de exercício. Os alojamentos para gatos têm de estar equipados com arranhadores e liteiras, que têm de ser limpos duas vezes ao dia. Para gatos com idade superior a 6 meses, tem de ser providenciada uma área de exercício com uma altura mínima de 2 metros, que é exclusiva para cada alojamento.

Mutilações cirúrgicas

São proibidas operações cirúrgicas que visem modificar a aparência de um animal, mediante a remoção ou lesão de qualquer parte do corpo, se não tiverem um objectivo curativo. Os

animais aos quais tenha sido efectuada uma intervenção proibida não podem participar em exposições nem em competições, e não podem ser mantidos em stock para venda, oferecidos para venda, vendidos nem comprados.

Ligações à Legislação

Acto de 2001 para o bem-estar animal:

http://www.um.edu.mt/_data/assets/pdf_file/0004/53581/AnimalWelfareAct.pdf

Acto do Cão:

<http://www.justiceservices.gov.mt/DownloadDocument.aspx?app=lom&itemid=8788&l=1>

Regulamento para a Identificação Electrónica de cães:

<http://www.justiceservices.gov.mt/DownloadDocument.aspx?app=lom&itemid=11664&l=1>

Regulamento para o controlo de cães:

<http://www.justiceservices.gov.mt/DownloadDocument.aspx?app=lom&itemid=9752&l=1>

Protecção de animais oferecidos em lojas de animais:

<http://www.justiceservices.gov.mt/DownloadDocument.aspx?app=lom&itemid=12084&l=1>

Regulamentos para o transporte de animais:

<http://www.justiceservices.gov.mt/DownloadDocument.aspx?app=lom&itemid=11049&l=1>



Identificação e Registo

Cães

Na Polónia, os cães não têm de ser permanentemente identificados e registados. No entanto, os donos de cães têm de pagar uma taxa ao Município. Para além disso, os cães não podem deambular sem controlo e sem ter uma placa com a identificação do proprietário, em conformidade com o artigo 10º do Acto para a Protecção Animal.

Gatos

Os gatos não necessitam ser permanentemente identificados nem registados numa base de dados.

No entanto, os cães e gatos podem ser identificados voluntariamente, mediante a aplicação de um microchip e registados numa base de dados, caso o proprietário deseje fazê-lo.

Existem três organizações que gerem bases de dados, que são membros da Europetnet:

- Animal ID www.animalid.eu
- Polskie Towarzystwo Rejestracji i Identyfikacji Zwierząt: www.identyfikacja.pl
- SAFE-ANIMAL www.safe-animal.eu – esta é a maior base de dados, que colabora com a maioria das organizações e abrigos.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Só é permitida a criação para fins comerciais de cães e gatos de raça pura aos criadores que estejam registados com organizações nacionais, os quais têm a missão estatutária de criá-los. Para além destes, os outros criadores não têm de estar registados nem licenciados.

Requisitos para a criação de cães

Não existem regras específicas para a criação de cães.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem regras específicas para a criação de gatos.

Também não existe nenhum código de boas práticas nem *guidelines* aos quais os criadores devam aderir.

Não existem provisões específicas para prevenir a criação de cães e/ou gatos que possuam problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas, mas o Artigo 6 (12) do Acto para a protecção dos animais proíbe a aplicação de métodos cruéis para a criação e produção de animais.

Não existem regras específicas para inspecção de criadores comerciais nem vendedores de gatos e cães, para além da afirmação muito generalista do Artigo 3 do Acto para a Protecção Animal, que providencia colaboração entre as autoridades competentes do governo e a nível local e a associação de veterinários, a Inspeção Veterinária e outras instituições, para a implementação do Acto.

Não existe nenhuma base de dados nacional para criadores de gatos e/ou de cães.

Não existem regras específicas relativas à educação/ treino de criadores de gatos e/ou cães.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes de gatos e cães não necessitam estar registados.

Na Polónia, é proibida a venda ou a compra de gatos e cães em lojas de animais, em mercados e na rua.

Só é permitida a venda ou compra de cães e gatos a partir de casas particulares ou das instalações dos criadores. Os criadores podem colocar anúncios na Internet, mas os gatos e cães só podem ser comprados no local de criação.

A legislação polaca não especifica a idade mínima a partir da qual os cachorros e gatinhos podem ser vendidos. Do mesmo modo, não está especificada uma idade mínima no Acto para a Protecção Animal a partir da qual uma pessoa possa comprar um gato ou um cão. No entanto, de acordo com outras regulamentações, só os adultos (maiores de 18 anos) é que estão autorizados a comprar um gato ou um cão.

O transporte comercial de gatos e cães está regulado pelo Regulamento UE 1/2005 relativo à Protecção dos Animais durante o transporte. O Ministro do Transporte e Economia Marítima, em concordância com o Ministro da Agricultura e Economia Alimentar e o Ministro da Protecção Ambiental, Recursos Naturais e Florestais podem determinar, mediante a emissão de uma resolução, princípios e condições detalhadas para o transporte de animais, a duração máxima para o transporte de determinada espécie, idade e o método de manuseio de animais doentes e mortos. No entanto, não foram adoptadas nenhuma regras para o transporte de

gatos e cães. Não existem regras específicas relativas à formação/ treino de comerciantes de gatos e/ou cães.

Mutilações cirúrgicas

É proibido mutilar um animal deliberadamente. São proibidos todos os procedimentos que visem modificar o aspecto de um animal e que sejam realizados por motivos que não sejam a protecção da sua saúde e bem-estar, em particular o corte de orelhas e cauda nos cães. A desvocalização e onicoectomia também são proibidas, excepto por motivos médicos.

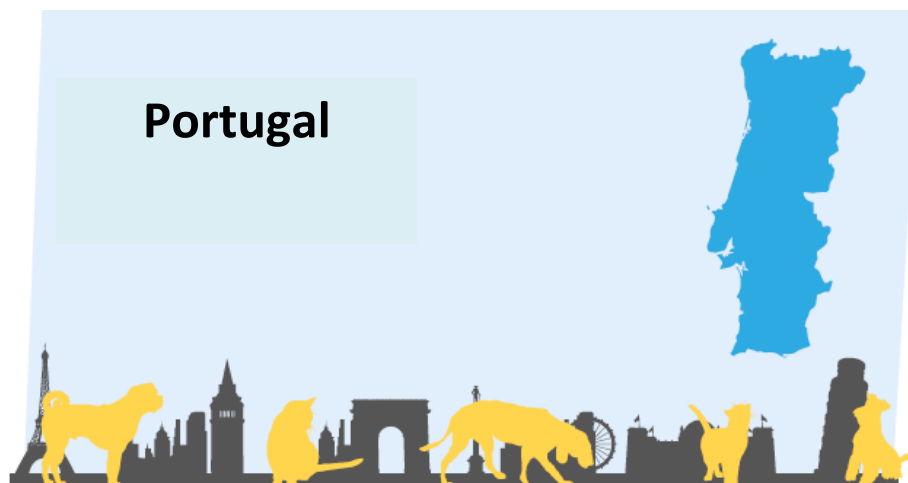
Ligações à Legislação

Acto Consolidado para a Protecção Animal (em Polaco):

<http://isap.sejm.gov.pl/Download?id=WDU19971110724&type=3>

Acto para a protecção animal (tradução não oficial para Inglês):

<http://lawyersforanimalprotection.eu/wp-content/uploads/2012/10/Poland-Animal-Welfare-Law.pdf>



Identificação e Registo

Cães

Em Portugal, é obrigatória a identificação permanente com um microchip para todos os cães nascidos a partir de 1 de Julho de 2008. Os cães pertencentes a algumas categorias, nascidos a partir de 1 de Julho de 2004 também têm de possuir microchip. Incluem-se os cães perigosos e potencialmente perigosos, cães de caça, cães que tenham sido criados comercialmente e comprados em exposições, lojas de animais, estabelecimentos de criação e feiras, e cães utilizados em experimentação.

Todos os cães, mesmo que não estejam identificados, têm de estar registados na Junta de Freguesia da área de residência do proprietário ou no local onde esteja situado o estabelecimento comercial.

Os cães para os quais a identificação permanente for obrigatória têm de ser registados no espaço de 30 dias após a aplicação do microchip. O registo é efectuado mediante a apresentação do boletim sanitário do cão e de um comprovativo do registo no sistema de identificação oficial para cães e gatos, aprovado por um veterinário. A Câmara Municipal guarda uma lista dos cães registados e envia a informação para a base de dados nacional SICAFE (Sistema para a Identificação de CAnídeos e FELídeos), que é gerida pelo Ministério da Agricultura.

Os cães para os quais não seja obrigatória a identificação permanente têm de ser registados mediante a apresentação do boletim sanitário. Uma vez que a identificação electrónica desses cães se torne obrigatória, os proprietários têm 30 dias para actualizar o registo no sistema de identificação.

Os cães que já sejam portadores de identificação electrónica e estejam registados noutra base de dados não necessitam efectuar noutro registo, desde que os proprietários solicitem a transferência dos dados existentes na outra base de dados para a base de dados nacional SICAFE.

Os proprietários de cães também têm de adquirir uma licença na Junta de Freguesia, que é renovada anualmente. Para obter a licença, os donos têm de apresentar o boletim sanitário, o comprovativo de identificação electrónica (para os animais cuja aplicação de microchip seja obrigatória) e comprovativo de realização de acções profiláticas obrigatórias para esse ano. No caso dos cães de caça, também têm de possuir a carta de caçador actualizada e, para os cães de guarda, é necessária uma declaração dos bens que são guardados.

Para registar e licenciar os cães, os proprietários têm de pagar uma taxa, que é calculada anualmente pelo conselho municipal com base no custo das acções profiláticas, não podendo exceder 3 vezes o valor destas acções.

Gatos

Actualmente, não há obrigatoriedade de proceder à identificação e registo dos gatos, excepto se forem destinados a viajar entre Estados Membros da UE. Os gatos que possuam microchip têm de estar registados na base de dados nacional.

No entanto, o Decreto nº313/2003 prevê uma data, a afixar futuramente pelo Ministério, para a introdução da identificação permanente e registo dos gatos. Aparentemente, até à data, não foi tomada nenhuma decisão pelo Ministério. Quando essa data for afixada, aplicar-se-ão aos gatos as mesmas regras que existem actualmente para a identificação e registo dos cães.

Os donos de gatos e dos cães que ainda não necessitem de identificação permanente podem decidir aplicar um microchip e registar os seus animais na base de dados nacional SICAFE.

Actualmente, a SICAFE ainda não é membro da Europetnet. Existe uma base de dados portuguesa que é membro da Europetnet, que é o Sistema de Identificação e Recuperação Animal (SIRA): www.sira.com.pt

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Os estabelecimentos de criação têm de estar licenciados de acordo com o Decreto nº 276/2001. Para se candidatar a uma licença, têm de apresentar à Direcção Regional de Alimentação e Serviços Veterinários o seu nome, propósito do estabelecimento, espécies animais detidas e o nome do veterinário que será responsável pelos cuidados com os animais.

Não existe número mínimo de animais que os criadores tenham de possuir para ser necessário o licenciamento, que é obrigatório para todos os criadores. Têm de apresentar as plantas do estabelecimento, com uma descrição das salas e respectivo uso. Também têm de providenciar a sua licença comercial e uma declaração carimbada do veterinário municipal. Depois de examinar a documentação, a Direcção Geral de Alimentação e Veterinária decide se concorda ou não com o licenciamento do estabelecimento e, caso afirmativo, atribui-lhe um número de autorização. A licença tem a validade de 5 anos e a sua renovação tem de ser solicitada no mínimo 60 dias antes de terminarem os 5 anos.

Existem inspecções regulares, efectuadas anualmente pela Direcção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). As Autoridades Competentes têm de estabelecer um plano de controlo anual (Art 67 do Decreto 260-12) e tem de ser produzido um relatório anual.

Não existe nenhuma inspecção obrigatória antes da atribuição da licença.

Os estabelecimentos de criação têm de cumprir com requisitos específicos para garantir que o bem-estar dos animais é respeitado, incluindo:

- Espaço suficiente
- Equipamento adequado às necessidades comportamentais dos animais, incluindo a possibilidade de se esconderem
- Iluminação e temperatura adequadas
- Provisionamento de um abrigo
- Água e alimento adequados
- Requisitos de higiene
- Os animais têm de ser inspeccionados todos os dias.

Não existem *Guidelines* nem Códigos de Boas Práticas nacionais de bem-estar aos quais os criadores devam aderir.

Existe uma base de dados nacional para estabelecimentos autorizados a manter animais de companhia para fins comerciais, a qual inclui os criadores. A Direcção Geral de Alimentação e Veterinária gere e actualiza regularmente essa base de dados.

Requisitos para a criação de cães

O espaço disponível (em termos de área de solo e altura do alojamento) é definido para os cães em conformidade com o peso dos animais e o sistema de alojamento, individualmente ou em grupos, no interior ou no exterior. Estão definidos, separadamente, requisitos de espaço específicos para fêmeas com ninhadas.

Requisitos para a criação de gatos

O espaço disponível (em termos de área de solo e altura do alojamento) é definido para os gatos em conformidade com o peso dos animais e o sistema de alojamento, individualmente ou em grupos, no interior ou no exterior. Estão definidos, separadamente, requisitos de espaço específicos para fêmeas com ninhadas.

Os alojamentos dos gatos têm de incluir liteiras, um local para repouso e estruturas e objectos que lhes permitam trepar, afiar as garras e outros itens de enriquecimento.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os estabelecimentos onde sejam detidos animais de estimação que estejam envolvidos no trajecto comercial têm de estar licenciados. O procedimento é idêntico ao descrito para os estabelecimentos de criação. Não são efectuadas inspecções antes da atribuição da licença. São efectuadas inspecções regulares pela DGAV de acordo com o plano anual.

É permitida a venda de cães e gatos em lojas de animais, mas só podem ser expostos nas lojas a partir das 8 semanas de idade. Também necessitam ter pelo menos 8 semanas de idade para poderem ser vendidos.

Ocasionalmente, é permitida a venda de gatos e cães em mercados e feiras, mediante a requisição de uma autorização pelo menos 30 dias antes da realização do mercado ou feira. Os

gatos e cães não podem permanecer durante mais de 15 dias no local de venda. A venda através da Internet não está regulamentada.

Os requisitos para comerciantes são idênticos aos dos criadores comerciais, com excepção de algumas especificações para o alojamento em jaula nas lojas de animais.

Estão estabelecidos requisitos de espaço separados para o alojamento de cães e gatos em jaulas, nas lojas de animais, nas quais podem permanecer por um período máximo de 15 dias.

Quando os cães são alojados em jaulas, têm de poder exercitar-se pelo menos uma vez por dia, em áreas exteriores com dimensão suficiente para se moverem livremente e equipados com materiais que visem entreter os animais.

Os estabelecimentos de venda comercial têm de possuir pessoal suficiente com conhecimentos e competência para cuidar dos animais, sob a orientação de um veterinário responsável.

Estão incluídas provisões gerais relativas ao transporte, carga e descarga de animais de companhia na legislação, mas não entram em detalhes maiores que os apresentados no Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais de companhia durante o transporte. Cobrem aspectos tais como a necessidade de utilizar veículos adequados para a espécie e o número de animais a ser transportados, ventilação adequada, temperatura adequada, fornecimento de água e segurança, de forma a não colocar em risco pessoas ou outros animais. Os estabelecimentos têm de estar equipados com estruturas adequadas para permitir a carga e descarga de e para os meios de transporte e para garantir que os animais são bem tratados e não sofrem stress desnecessário. Os gatos e cães podem ser deslocados utilizando transportes públicos, desde que sejam colocados em caixas de transporte adequadas, de modo a poderem ser contidos e não possam morder nem lesar pessoas ou outros animais, nem estragar objectos.

Mutilações cirúrgicas

A amputação de cauda está autorizada e tem de ser efectuada por um veterinário.

Todas as outras mutilações que alterem o aspecto dos animais só podem ser efectuadas se estiverem indicadas por motivos de saúde e o proprietário tem de possuir um certificado de um veterinário que ateste essa necessidade.

Deste modo, são proibidas as amputações de orelhas, onicoectomia e desvocalização.

Ligações à Legislação

Lei nº 92/95 – Protecção dos animais:

<https://dre.pt/application/file/562301>

Decreto-Lei nº 313/2003 de 17 de Dezembro 2003 relativo à identificação electrónica:

http://www.dgv.min-agricultura.pt/xeov21/attachfileu.jsp?look_parentBoui=122956&att_display=n&att_download=y

Portaria nº 421/2004 de 24 de Abril relativo ao registo e licenciamento de gatos e cães:

http://www.dgv.min-agricultura.pt/xeov21/attachfileu.jsp?look_parentBoui=199288&att_display=n&att_download=y

Decreto nº 13/93 de 13 de Maio (DR I Série A, Nº 86) (Conselho da Convenção Europeia relativo à protecção dos animais de companhia):

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1993/04/086A00/18201829.pdf>

Decreto-Lei nº 276/2001 que complementa as provisões do Conselho da Convenção Europeia relativo à protecção dos animais de companhia e inclui provisões especiais para cães e gatos:

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2001/10/241A00/65726589.pdf>

Foi corrigido várias vezes, primeiro pelo Decreto nº 315/2003 e ultimamente pelo Decreto-Lei nº 260/2012:

http://www.dgv.min-agricultura.pt/xeov21/attachfileu.jsp?look_parentBoui=115700&att_display=n&att_download=y

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/12/24000/0697006994.pdf>

Lista de estabelecimentos que detêm animais de companhia para fins comerciais:

http://www.dgv.min-agricultura.pt/xeov21/attachfileu.jsp?look_parentBoui=300628&att_display=n&att_download=y



Identificação e Registo

Cães

Na Roménia, os cães têm de estar identificados com um microchip e registados na base de dados central de cães com dono até aos 90 dias de idade, e antes de serem vendidos, oferecidos gratuitamente ou adoptados a partir de abrigos. A gestão dos microchips é efectuada pela Direcção de Sanidade Veterinária e Segurança Alimentar (DSVSA).

Uma ordem de 1/09/2014 regula a identificação e registo dos cães e deu um prazo até 1 de Janeiro de 2015 para os donos de cães adultos aplicarem as regras. A partir dessa data, é proibido deter cães que não estejam identificados nem registados. Os proprietários de cães também têm de estar registados na mesma base de dados.

Qualquer alteração no estatuto do cão (perda, roubo, morte, venda) tem de ser comunicada no espaço de 7 dias.

Existe uma base de dados nacional para cães, o Registo para a Evidência de Cães Detidos (*Registry for Evidence of Owned Dogs – RECS*), gerida pelo Colégio de Veterinários, que está disponível em: <https://rompetid.ro/registrul-de-evidenta-al-cainilorcu-stapan/>. Esta base de dados não é membro da Europetnet.

Um cão que não possua microchip nem registo na RECS não pode ser vacinado contra a raiva, vacinação que é obrigatória para todos os cães e gatos na Roménia. Também é obrigatória a esterilização de todos os cães, excepto se forem de raça específica, como comprovado mediante um documento oficial emitido por uma associação de criadores.

Gatos

Não é obrigatório identificar nem registar os gatos na Roménia.

Os proprietários de gatos podem decidir identificar e registar o seu animal através do portal de registo de animais de companhia gerido pela RomPetID. No entanto, a base de dados para registo de gatos, furões e outros animais de companhia com proprietário não estava activa quando foi elaborado este documento.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

A Lei 205/2004 relativa ao bem-estar animal (e a ordem de implementação 31/2008) e a Lei 60/2004 referem-se à Convenção do Conselho Europeu relativa à protecção dos animais de companhia e incluem as seguintes provisões para os detentores de animais aderirem:

- Obrigação de cumprir com os padrões de sanidade e veterinários, relativamente ao alojamento, alimentação, cuidados, reprodução, exploração, protecção e bem-estar animal.
- Obrigação de garantir, de acordo com as necessidades comportamentais, espécie, raça, sexo, idade e tipo de produção, as seguintes provisões: abrigo adequado, alimento e água em quantidade suficiente, possibilidade de se movimentar o suficiente, cuidado e inspecção regular dos animais.
- Os cachorros e gatinhos não podem ser separados da progenitora antes das 8 semanas de idade.
- A dimensão das jaulas usadas para o alojamento de cães tem de permitir que o animal se coloque em estação e se vire.
- Os cães podem ser acorrentados, com uma corrente com o comprimento mínimo de 2m. Também podem ser alojados num cercado com vedação, com uma área mínima de seis vezes a da casota.

Requisitos para a criação de cães

A partir de 1 de Janeiro de 2015, todos os cães têm de ser esterilizados, salvo se pertencerem a determinada raça específica, como comprovado por um documento oficial emitido por uma associação de criadores de cães. A idade mínima para esterilização é de 4 a 6 meses para as fêmeas e de 6 a 8 meses para os machos.

No entanto, esta provisão está incluída na Decisão no. 1059 de 11 de Dezembro de 2013, que estava suspensa na altura de elaboração deste documento.

Os canis – definidos como unidades vedadas, com instalações e áreas equipadas para o alojamento, manejo, reprodução e selecção de cães de raça pura destinados aos serviços públicos ou ao comércio – têm de estar registados ao abrigo da lei veterinária.

Para os canis serem registados, o seu representante legal tem de apresentar vários documentos ao veterinário municipal e à direcção de segurança alimentar do Município de Bucareste. Estes documentos incluem:

- Uma candidatura, de acordo com o modelo apresentado no anexo 6 da ordem 16/2010
- Um certificado emitido pelo Registo de Comércio
- Um mapa com a descrição do estabelecimento
- Comprovativo de propriedade ou de direito a utilizar o espaço onde o estabelecimento funciona, em conformidade com a legislação em vigor
- Uma declaração assinada que o estabelecimento satisfaz as condições sanitárias previstas pela lei veterinária em vigor para a respectiva actividade.

No espaço de 30 dias após a recepção da candidatura, os funcionários da direcção de veterinária verificam o processo e inspecionam o estabelecimento. É, então, emitido um relatório de avaliação, baseado num modelo apresentado na lei veterinária, que declara se o estabelecimento cumpre ou não com os requisitos veterinários e pode ou não ser registado. A autorização é emitida num intervalo de 5 dias a partir da data de emissão do relatório de avaliação. Se o estabelecimento não cumprir com a legislação veterinária, o responsável tem de corrigir as incorrecções e requisitar uma nova avaliação.

No entanto, a inspecção está direccionada sobretudo para os aspectos de higiene, em detrimento dos de bem-estar animal. Os responsáveis pelos canis têm de cumprir com os requisitos de bem-estar animal, mas não constitui um pré-requisito para obter o registo. Efectivamente, para obter uma autorização sanitária-veterinária o inspector avalia o estabelecimento com base numa lista que inclui especificações técnicas como sejam o tamanho dos alojamentos, sistema de esgotos, etc. A lei para a protecção animal é mencionada e as respectivas provisões deveriam ser avaliadas. Não existem provisões legais adicionais específicas para a criação de cães. Existem, no entanto, regras relativas à criação de cães emitidas pelo Clube de Canicultura Romeno (*Asociatia Chinologica Romana AchR*), que só se aplicam aos cães registados na AchR. A AchR é membro da *Fédération Cynologique Internationale* (FCI).

Muitos estabelecimentos de criação de cães não estão inscritos na AchR, não têm autorização sanitária-veterinária nem são controlados.

Existe apenas uma base de dados na AchR: a “Cartea de origine Romana” (Livro de Origens Romeno), mas nem todos os cães de raça pura estão registados na AchR, e nem todos estão incluídos no Livro de Origens.

Existe uma lista de operadores registados gerida pelas direcções de sanidade e veterinária (município de Bucareste), mas não tem acesso livre.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem requisitos específicos para a criação de gatos. A Federação Felina Nacional Romena (FNFR) tem as suas próprias regras internas mas, à semelhança da AchR, só os seus membros têm de aderir aos requisitos.

Não existem provisões claras para prevenir a reprodução de cães e/ou gatos que tenham problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas, mas uma provisão geral constante da lei para o bem-estar animal pode ser interpretada como direccionada nesse sentido. Afirmar que “os detentores de animais que seleccionem um animal para reprodução têm de respeitar as características anatómicas e as necessidades fisiológicas e comportamentais da espécie e raça em questão, sem compromisso da sua performance e garantindo a saúde e bem-estar dos descendentes”.

Não existe restrição relativamente ao número de animais que um criador pode deter, desde que se cumpram os requisitos legais de saúde, higiene e bem-estar animal.

São efectuadas avaliações regulares dos operadores por inspectores das direcções de veterinária e segurança alimentar (município local ou de Bucareste), mas não é claro com que frequência essas inspecções de sanidade e bem-estar devem ser efectuadas.

Não existem *guidelines* nem códigos de boas práticas nacionais de bem-estar aos quais os criadores registados devam aderir. Não existem requisitos específicos para educação/ treino dos criadores.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

A transacção comercial de animais de companhia só é permitida após o registo, em conformidade com as provisões legais veterinárias e sanitárias, de acordo com a Ordem 31-2008 relativa à implementação da lei para o bem-estar animal.

As lojas de animais têm de ser registadas junto das autoridades veterinárias, segundo o procedimento descrito para os estabelecimentos de criação de cães (ver acima).

Só podem ser expostos nas lojas de animais ou outros pontos de exibição para venda cães identificados e registados no sistema RECS.

No acto de venda de cães e gatos em lojas de animais, canis e gatis, o vendedor tem de entregar instruções escritas ao comprador, relativas às necessidades comportamentais, fisiológicas, de segurança e bem-estar para o animal vendido.

Não existem provisões relativas à venda de cães e gatos em mercados ou na rua. A venda de cães e gatos através da Internet não está regulamentada.

Não existe uma idade mínima a partir da qual os gatos e cães possam ser vendidos. No entanto, os cachorros e gatinhos não podem ser separados da progenitora antes da idade de oito semanas.

Não existe idade mínima a partir da qual uma pessoa possa comprar gatos e cães.

A Lei 205/2004 relativa à protecção dos animais providencia que os transportadores, de modo geral, “transportem os animais sob condições adequadas, dependendo da espécie, estado fisiológico, sexo, idade, tipo de produção, de modo a evitar lesão ou exaustão física”. O transporte de gatos e cães tem de ser efectuado em conformidade com as provisões do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte, mas não existem provisões na legislação romena relativamente ao transporte de gatos e cães para fins comerciais. Não há obrigatoriedade de treino/educação para comerciantes de gatos e cães,

Mutilações cirúrgicas

A realização de cirurgias que visem modificar a aparência de um animal, sem que tenha fins curativos, como seja a amputação de cauda e orelhas, desvocalização e onicoectomia é considerada crueldade animal e, como tal, está proibida.

Ligações à Legislação

Ordem de Setembro de 2014 relativa à identificação e registo de cães:

https://rompetid.ro/files/downloads/legislatie/ORDIN_1-Identificare_caini.pdf

Lei 205/2004 relativa à protecção dos animais:

http://www.ansvsa.ro/documente/admin/205%20din%202004_188ro.pdf

Ordem 31/2008 relativa à implementação da lei para o bem-estar animal:

http://www.ansvsa.ro/documente/admin/3%20Ordin_31_2008-Norme_metodologice_de_aplicare_Legea_205_2004_190ro.pdf

Lei 60/2004 para a ratificação da Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia:

http://www.ansvsa.ro/documente/3%20Lege_60_2004-ratificarea_Conventiei_Europene_pentru_protectia_animalelor_de_companie_216ro.pdf

Ordem 16/2010 (relativa aos requisitos sanitários e veterinários para o registo e autorização de operadores que manipulem animais vivos e produtos de origem animal):

http://www.ansvsa.ro/documente/admin/Ordin%2016%20din%202010_21255ro.pdf



Reino Unido

Identificação e Registo

Cães

É obrigatória a aplicação de um microchip nos cães antes das oito semanas de idade e antes de o proprietário obter uma licença, na Irlanda do Norte desde 2012. O registo das licenças dos cães é mantido pelos concelhos distritais.

A partir de 6 de Abril de 2016, todos os cães na Inglaterra terão de ter um microchip antes das oito semanas de idade e deve ser efectuado o seu registo numa base de dados.

O Governo Galês comprometeu-se a introduzir a aplicação obrigatória de microchip nos cães na Primavera de 2016.

O Governo Escocês também se comprometeu a introduzir a aplicação obrigatória de microchip nos cães na Primavera de 2016.

Gatos

Não é obrigatória a aplicação de microchip nem o registo de gatos em nenhum local do Reino Unido.

Mesmo nos locais onde não é obrigatório, os donos de gatos e cães do Reino Unido podem querer identificar com um microchip e registar os seus animais de estimação numa base de dados. A Petlog (www.petlog.org.uk) é a maior base de dados de animais registados no Reino Unido e é membro da Europetnet.

Outras bases de dados incluem: pettrac.org.uk (Avid) e anibase.com. No entanto, estas bases de dados não são membros das Europetnet.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Os criadores de gatos e cães são responsáveis pelos animais mantidos no estabelecimento de criação e, como tal, têm de respeitar os requisitos dos respectivos actos para o bem-estar

animal (Inglterra e País de Gales: Acto para o Bem-estar Animal 2006; Irlanda do Norte: Acto para o Bem-estar dos Animais (Irlanda do Norte) 2011; Escócia: Acto (Escócia) para a Saúde e Bem-estar Animal 2006), incluindo a garantia das necessidades dos animais:

- Terem um ambiente adequado
- Receberem uma alimentação adequada
- Terem possibilidade de exibir padrões de comportamento normais
- Serem alojados juntamente, ou afastados, de outros animais
- Serem protegidos de dor, sofrimento, lesão e doença.

Existem, actualmente, códigos de boas práticas para o bem-estar de cães e gatos distintos para Inglterra, País de Gales e Escócia, mas não cobrem especificamente aspectos relativos à criação nem incluem considerações relativas a problemas genéticos. Proporcionam aos detentores de animais informação relativa à forma de cumprir as necessidades de bem-estar dos seus animais, tal como previsto pelos actos para o bem-estar animal.

Requisitos para a criação de cães

Na Escócia, os criadores de cães que produzam 5 ou mais ninhadas num período de 12 meses têm de ter uma licença emitida pelas autoridades locais.

Na Inglterra, é necessária uma licença para qualquer local envolvido no negócio de criação e venda de cães. Para além disso, qualquer pessoa que produza cinco ou mais ninhadas dos seus cães num período de 12 meses tem de obter uma licença, independentemente de estar ou não envolvido num negócio de criação e venda de cães. Embora se aplique a mesma legislação na Escócia, esta interpretação só foi esclarecida pelas autoridades locais da Inglaterra.

Antes da atribuição da licença na Inglterra e Escócia, é efectuada uma inspecção às instalações por um veterinário e um agente das autoridades locais. Durante a inspecção, é avaliado:

- Se os animais dispõem de instalações, alimento, água e camas adequadas
- Se os animais recebem exercício adequado e são visitados a intervalos apropriados
- Se são adoptadas todas as precauções razoáveis para prevenir e controlar a disseminação de doença entre os cães.

É preparado um relatório, que é considerado pela autoridade antes de atribuir a licença.

As cadelas não podem ser acasaladas se tiverem menos de um ano de idade. Não podem dar à luz mais de 6 ninhadas em toda a vida. As cadelas só podem ter uma ninhada em cada intervalo de 12 meses.

Têm de ser mantidos registos da criação para garantir a adesão aos requisitos. Os cachorros produzidos em estabelecimentos de criação licenciados só podem ser vendidos no estabelecimento de criação ou numa loja de animais licenciada.

Os concelhos locais são responsáveis por garantir o cumprimento da legislação. Para este efeito, podem efectuar inspecções aos estabelecimentos de criação licenciados durante o

período de validade da licença para estes estabelecimentos. Também são responsáveis por manter um registo dos estabelecimentos licenciados.

No País de Gales foram introduzidos recentemente novos regulamentos para a criação de cães, que estão em efeito desde 30 de Abril de 2015. Ao abrigo destes novos regulamentos, os criadores que detenham três ou mais cadelas, e que criem 3 ou mais ninhadas num período de 12 meses, têm de se candidatar a uma licença. Quando se candidata ao licenciamento, um criador de cães tem de providenciar à autoridade local, para além do formulário de candidatura:

- Um esboço do programa de melhoramento e enriquecimento
- Um esboço do programa de sociabilização
- Pormenores relativos ao número previsto de cães adultos e cachorros presentes nas instalações em determinado momento.

A atribuição da licença está sujeita à aprovação destes programas pelas autoridades e aos requisitos, descritos num anexo e que envolvem a saúde, cruzamentos, transferência de propriedade dos cachorros e registos relativos às cadelas reprodutoras e aos cachorros. Para garantir o cumprimento destes requisitos, a autoridade tem de conduzir uma inspecção antes da atribuição da licença.

Quando é atribuída uma licença, a autoridade local tem de anexar, para além dos requisitos descritos acima, uma condição que especifique o número máximo de cães adultos e de cachorros a deter e uma condição que especifique o rácio funcionários/ cães adultos. Este requisito tem de garantir um número mínimo de um funcionário a tempo inteiro por cada 20 cães adultos detidos ou um funcionário em *part-time* por cada 10 cães adultos detidos.

Na Irlanda do Norte, os estabelecimentos que detenham três ou mais cadelas reprodutoras e criem 3 ou mais ninhadas de cachorros num período de 12 meses necessitam estar licenciados.

Os requisitos para obter uma licença estão descritos num anexo aos Regulamentos (Regulamentos relativos ao Bem-estar dos Animais (Estabelecimentos de Criação de Cães e Emendas Mistas) (Irlanda do Norte) 2013) e incluem o alojamento, ambiente, enriquecimento e dieta, instalações para o parto, comportamento normal, programa de sociabilização escrito e aprovado pelo inspector, saúde, acasalamento, transferência de proprietário e identificação dos cachorros, e manutenção de registos. As cadelas não podem dar à luz mais de 3 ninhadas num período de 3 anos, não podem ter mais de 6 ninhadas em toda a vida nem podem ser reproduzidas a partir dos 8 anos de idade.

Na recepção da candidatura, a Autoridade Local efectua uma inspecção para verificar o cumprimento destes requisitos pelo estabelecimento de criação.

A licença tem a validade de um ano, e os criadores têm de se candidatar novamente para renovar a licença, cuja renovação pode ser sujeita a nova inspecção.

O Concelho distrital mantém o registo dos estabelecimentos de criação de cães.

No entanto, não existe nenhuma base de dados central no Reino Unido para estabelecimentos de criação, não obstante o facto de o relatório de Bateson (2010)¹⁰ ter recomendado a criação de uma lista nacional de criadores de cães registados junto das Autoridades Locais.

Não existem provisões, em nenhuma das legislações, para prevenir a reprodução de cães e/ou gatos portadores de problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas.

Após a difusão da reportagem da BBC “Pedigree dogs exposed”, foram efectuadas recomendações para a adopção, ao abrigo do Acto para o Bem-Estar Animal 2006, de:

- Instituição da obrigatoriedade de os criadores de cães tomarem em consideração a saúde e bem-estar tanto dos progenitores como dos descendentes
- Requisição para qualquer pessoa que estabeleça o estalão de uma raça tomar em consideração a saúde e bem-estar dos cães e a necessidade de evitar problemas de saúde específicos da raça.

Também foi recomendada a adopção de códigos de boas práticas para a criação de cães, tomando em consideração estes problemas.

Não existem requisitos de educação/ treino para criadores licenciados.

Requisitos para a criação de gatos

Não existem requisitos específicos para criadores de gatos.

Os criadores têm de respeitar as provisões do Acto para o Bem-Estar Animal, mas não necessitar estar licenciados.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Na Inglaterra, País de Gales e Escócia, os proprietários de lojas de animais têm de estar licenciados ao abrigo do Acto de Animais de Estimação de 1951. Antes da atribuição da licença, o conselho local efectua uma inspecção e tem de ficar satisfeito que:

- Os animais são mantidos em alojamentos que são adequados e limpos
- Há fornecimento de alimento e bebida adequados
- Estão adequadamente protegidos da doença e do fogo.

O conselho local pode impor condições adicionais antes de atribuir a licença. As licenças têm a validade de um ano. Durante o período de validade da licença, a autoridade local pode inspecionar a loja de animais.

¹⁰ Patrick Bateson, University of Cambridge, Independent Inquiry into Dog Breeding, Executive Summary, January 2010 (referred to in this report as the ‘Bateson Report’)

Os animais não podem ser vendidos numa idade demasiado precoce. Não é permitida a venda de animais de estimação na rua nem em locais públicos, incluindo vendas ambulantes e em mercados.

Os cachorros não podem ser vendidos antes das 8 semanas de idade e só podem ser vendidos em estabelecimentos de criação licenciados, lojas de animais licenciadas ou em estabelecimentos de criação Escoceses licenciados.

Não é permitida a venda de animais a menores de 16 anos de idade.

Na Irlanda do Norte, a candidatura para licenciamento de uma loja de animais tem de demonstrar que as instalações estão equipadas de tal forma que:

- O isolamento, aquecimento e ventilação das instalações proporcionem condições ambientais que não sejam deletérias nem capazes de causar sofrimento ou stress em nenhuma das espécies animais detidas nas instalações;
- Os alojamentos são construídos de forma a garantir a saúde, segurança e bem-estar dos animais;
- Todos os animais sejam alojados de forma a protegê-los do sofrimento, lesão ou stress, considerando o seu número, idade, porte, espécie e estado de gestação;
- As instalações estejam situadas, mantidas e higienizadas de forma a garantir a saúde, segurança e bem-estar dos animais detidos.

A loja de animais só pode ser gerida por uma pessoa que tenha experiência suficiente ou treino e qualificações adequados para proporcionar um nível razoável de cuidados e supervisão, no que diz respeito ao número e leque de espécies que estão autorizadas a ser detidas nessa loja de animais.

Os animais doentes, magoados ou, no caso dos mamíferos, os animais por desmamar, não podem ser oferecidos para venda. Se forem expostos animais não desmamados, a instalação tem de estar identificada como tal.

Dado que os donos de cães necessitam obter uma licença, que não pode ser atribuída a menores de 16 anos de idade, não é permitida a venda de cães a menores de 16 anos de idade. Os cachorros têm de ter pelo menos 8 semanas de idade antes de poderem ser vendidos ou dados (transferência de propriedade).

Também foram adoptados regulamentos na Escócia relativos ao licenciamento de comerciantes de animais (gatos jovens e cães jovens), de modo a regulamentar as actividades comerciais envolvendo gatos e cães com idade inferior a 84 dias (12 semanas).

As pessoas que adquiram ou detenham com o objectivo de venda, ou que vendam gatos jovens ou cães jovens, necessitam ter uma licença, excepto se venderem os descendentes do seu gato ou cão de estimação, ou se venderem no máximo 2 gatos jovens ou dois cães jovens num período de 12 meses.

As licenças para comerciantes de animais são atribuídas com base em condições específicas, incluindo:

- Alojamento adequado, no que diz respeito à construção, tamanho das divisões, número de ocupantes, áreas para exercício, temperatura, iluminação, ventilação e limpeza;
- Suprimento de alimento adequado, bebida e material de cama, exercício adequado e visitas a intervalos apropriados;
- São adoptadas todas as precauções razoáveis para prevenir e controlar a disseminação de doenças infecciosas ou contagiosas.

É efectuada uma inspecção antes da atribuição da licença, e é elaborado um relatório, com base no qual a autoridade licenciadora decide se atribui, ou não, a licença.

Não existem regulamentações relativas à venda de cães e gatos através da Internet.

O transporte comercial de gatos e cães tem de cumprir com as provisões do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte, que foi implementado na Inglaterra pela “Ordem 2006 relativa ao Bem-Estar dos Animais (Transporte) (Inglaterra)” e legislação paralela nas outras regiões do Reino Unido. No entanto, esta legislação não inclui provisões específicas para o transporte de cães e gatos. Adicionalmente, a DEFRA adoptou um guia¹¹ de aconselhamento para transportadores de gatos e cães: “Protegendo o Bem-Estar dos Animais de Estimação (Gatos e Cães) Durante as Viagens: Aconselhamento para Transportadores” (*“Protecting the Welfare of Pet Animals (Cats and Dogs) During Journeys: Advice for Carriers”*).

Mutilações cirúrgicas

No Reino Unido como um todo, as mutilações, consideradas como procedimentos que envolvam interferência com tecidos sensitivos ou a estrutura óssea do animal, realizados com objectivos que não visem o tratamento médico, são proibidas. Isto significa que, em geral, não é permitida a amputação de cauda e orelhas, onicoectomia nem desvocalização.

Existe, no entanto, uma excepção na Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte relativa a cães de trabalho certificados com idade máxima de 5 dias, nos quais pode ser efectuada amputação de cauda. Actualmente, na Escócia, não é permitida nenhuma excepção, mas após uma investigação recente efectuada na Universidade de Glasgow, a Escócia planeia realizar uma consulta para a introdução de uma excepção para cães de trabalho semelhante à existente no resto do Reino Unido.

¹¹ Patrick Bateson, University of Cambridge, Independent Inquiry into Dog Breeding, Executive Summary, January 2010 (referred to in this report as the ‘Bateson Report’)

Ligações à Legislação

Inglaterra:

Regulamentações relativas à aplicação de microchip em Cães (Inglaterra) 2014:

<http://www.legislation.gov.uk/ukdsi/2014/9780111122501/contents>

País de Gales:

Regulamentações relativas aos Bem-Estar Animal (Criação de Cães) (País de Gales) 2014:

<http://www.assembly.wales/laid%20documents/sub-ld10001%20-%20the%20animal%20welfare%20%28breeding%20of%20dogs%29%20regulations%202014/sub-ld10001-e.pdf>

Escócia:

Acto para a Saúde e Bem-Estar Animal (Escócia) 2006:

<http://www.legislation.gov.uk/asp/2006/11/contents>

Regulamentos para o Licenciamento de Comerciantes de Animais (Gatos e Cães Jovens) (Escócia) 2008:

<http://www.legislation.gov.uk/sdsi/2008/9780110816739/contents>

Inglaterra e País de Gales:

Acto para o Bem-Estar Animal 2006:

<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2006/45>

Inglaterra, País de Gales e Escócia:

Acto relativo aos Animais de Estimação 1951:

<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo6/14-15/35/contents>

Irlanda do Norte:

Regulamentações relativas a Cães (Licenciamento e Identificação) (Irlanda do Norte) 2011:

<http://www.legislation.gov.uk/nisr/2012/132/introduction/made>

Acto para o Bem-Estar Animal (Irlanda do Norte) 2011:

<http://www.legislation.gov.uk/nia/2011/16/contents>

Regulamentações relativas ao Bem-Estar Animal (Estabelecimentos de Criação de Cães e Emendas Mistas) (Irlanda do Norte) 2013:

<http://www.legislation.gov.uk/nisr/2013/43/introduction/made>

Regulamentações relativas a Lojas de Animais (Irlanda do Norte) 2000:

<http://www.legislation.gov.uk/nisr/2000/405/made>



República Checa

Identificação e Registo

Cães

Na República Checa, não existe uma obrigatoriedade compulsiva para a identificação e registo dos cães numa base de dados. Os municípios podem impor a obrigação de identificação e registo de cães, mas é deixado ao critério de cada município a adopção ou não das regras associadas.

Há várias bases de dados disponíveis para o registo de animais de estimação, mas só a CzechPet Net (<https://czpetnet.cz/czpetnet/nove/index.php>) é membro da base de dados europeia Europetnet.

Gatos

Não há obrigatoriedade para a identificação nem o registo dos gatos numa base de dados. À semelhança dos cães, os proprietários de gatos podem decidir identificá-los e registá-los na base de dados CzechPet Net.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Todos os criadores têm de cumprir com os requisitos gerais previstos no Acto de Protecção Animal, como sejam proporcionar aos animais condições adequadas para a manutenção das suas funções fisiológicas e satisfação das suas necessidades biológicas. A legislação proíbe a reprodução de cães e/ou gatos que apresentem problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas (“Não deve ser mantido para companhia nenhum animal cujo detentor tenha criado condições tais que, por motivos genéticos, as futuras gerações de animais tenham falta de partes do corpo ou de órgãos ou cujos órgãos apresentem mau funcionamento ou má conformação”).

Estão descritos padrões adicionais para a criação de cães e gatos no Decreto 21/2013. Este decreto aplica-se a criadores registados em clubes de raças ou que se dediquem à criação com fins comerciais, que necessitam pagar uma taxa específica.

Os criadores comerciais de cães e gatos não necessitam ser licenciados, mas têm de declarar a sua actividade à administração financeira regional para efeitos de pagamento de impostos.

Não estão previstas inspecções específicas para os criadores de gatos e cães, embora sejam efectuadas inspecções pelas autoridades ao abrigo do previsto pelo Acto de Protecção Animal (§25). Um plano multi-anual de inspecções (*multi-annual plan of inspections – MPI*) determina a frequência anual mínima de inspecções para uma percentagem mínima de estabelecimentos. Para estabelecimentos destinados a cães e gatos, as inspecções são efectuadas com maior frequência após a ocorrência de queixas dos cidadãos (suspeita de crueldade ou outras violações à lei), ou na forma de inspecções de acompanhamento após a detecção de incorrecções. Os resultados das inspecções ao bem-estar animal são publicados, anualmente, num relatório¹².

Não é exigido nenhum tipo de educação específica nem treino aos criadores.

Requisitos para a criação de cães

Existe uma idade mínima para a reprodução de cães e uma idade máxima para as fêmeas.

Esta idade depende do porte do cão e estão definidas duas categorias:

- Cães de raça pequena (inferior a 50 cm ao garrote): a partir dos 14 meses de idade e até ao 8º ano de vida (para as fêmeas)
- Cães de raça grande (acima de 50 cm ao garrote): a partir dos 17 meses de idade e até ao 8º ano de vida (para as cadelas).

É permitido um número máximo de 3 ninhadas a cada 24 meses e o número máximo de cachorros por ninhada que podem ser amamentados pela cadela deve ser adaptado ao seu estado de saúde, proporcionando o criador um leite de substituição aos outros cachorros.

Os cachorros não devem ser desmamados antes dos 50 dias de vida.

Requisitos para a criação de gatos

Os gatos podem ser reproduzidos quando atingem 1 ano de idade e até ao 9º ano de vida para as fêmeas, não havendo limite máximo de idade para os machos. É permitido um número máximo de 3 ninhadas a cada 24 meses e o número de gatinhos por ninhada que podem ser amamentados pela mãe deve ser adaptado ao seu estado de saúde, proporcionando o criador um leite de substituição adequado aos outros gatinhos.

Os gatinhos não devem ser desmamados antes dos 84 dias de idade.

¹²<http://eagri.cz/public/web/en/svs/portal/animal-welfare/results-of-inspections/results-of-inspections-in-2014.html>

Não existem *Guidelines* nem Códigos de Boas Práticas nacionais aos quais os criadores devam aderir.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

Os comerciantes têm de notificar a sua actividade à administração veterinária regional competente, pelo menos 30 dias antes de iniciá-la. Têm de incluir informação relativa às espécies e número de animais envolvidos, bem como da forma como prevêem tratar dos animais de modo a garantir a sua saúde e bem-estar.

Não é conduzida nenhuma inspecção antes de os comerciantes iniciarem a sua actividade nem são efectuadas nenhuma inspecções regulares.

Não existe regulamentação para o comércio através da Internet e é permitida a venda de gatos e cães em lojas de animais, em mercados e na rua.

Os cães não podem ser vendidos antes dos 50 dias de vida e os gatos antes do 84º dia de idade. Não podem ser vendidos a menores de 15 anos.

Não existe nenhuma legislação específica relativamente ao transporte de cães e gatos. Aplica-se o decreto geral relativo ao transporte que implementa o Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte.

Os comerciantes de gatos e cães têm de manter um registo dos animais comprados e vendidos, incluindo documentos de origem do animal, e mantê-los durante três anos.

Também têm de proporcionar ao comprador informação escrita acerca da forma de tratar da saúde e bem-estar do animal adquirido.

Mutilações cirúrgicas

A amputação de pavilhões auriculares, desvocalização, onicoectomia e remoção de dentes de animais em geral são especificamente proibidas à luz do Acto de Protecção Animal. Em geral, é proibido realizar intervenções cirúrgicas que visem alterar a aparência física do animal, com excepção da amputação de cauda, que pode ser efectuada sem anestesia a cachorros com idade inferior a oito dias.

Ligações à Legislação

Legislação checa relativa ao bem-estar animal:

<http://eagri.cz/public/web/mze/legislativa/pravni-predpisy-mze/tematicky-prehled/?topic=protection>

Acto de Protecção Animal consolidado No 246/1992:

http://eagri.cz/public/web/file/10666/AZ246_92_OZ_uz.pdf

Decreto No 4/2009 relativo à protecção dos animais durante o transporte:

http://eagri.cz/public/web/file/10658/AV004_09_prep.pdf

Decreto No 21/2013 relativo às condições para a criação de cães e gatos:

http://eagri.cz/public/web/ws_content?contentKind=regulation§ion=1&id=79366&name=21/2013

Decreto No 22/2013 relativo à educação e treino no campo da protecção dos animais contra a crueldade:

http://eagri.cz/public/web/ws_content?contentKind=regulation§ion=1&id=79367&name=22/2013



Identificação e Registo

Cães

Os cães têm de ser identificados de forma permanente, com uma tatuagem ou um microchip, antes de atingir quatro meses de idade ou, se forem comprados a alguém que não os identificou, nos espaço de quatro semanas após a compra.

Os cães também têm de ser registados num registo canino central. As alterações, como sejam mudança de proprietário, morada ou caso o cão morra, têm de ser introduzidas no registo no espaço de 4 semanas a partir da alteração.

Gatos

Os gatos não têm de ser identificados de forma permanente nem de ser registados.

O registo central para cães não é membro da Europetnet.

Para além do registo canino, há uma base de dados gerida pelo Clube de Canicultura Sueco, na qual só podem ser registados dados relativos a cães cujo pedigree esteja registado no clube de canicultura.

Não existe nenhum registo para gatos mantido pelas autoridades suecas. No entanto, os gatos podem ser registados na base de dados do Clube Sueco de Canicultura ou no registo do Clube Felino SVERAK, a maior organização de gatos sueca que tem clubes felinos regionais e locais sob sua alçada. Os donos de gatos podem registá-los, de forma gratuita, no registo SVERAK, mesmo se não forem membros do Clube Felino SVERAK- este registo inclui gatos que não têm pedigree.

Regulamentação para criadores de cães e gatos

Quando fazem criação numa base profissional ou numa escala substancial, os criadores de cães e gatos necessitam de uma autorização. Considera-se “uma escala substancial” um criador que mantenha 10 ou mais cães ou gatos com idade superior a 12 meses, que criem três

ou mais ninhadas por ano, ou que vendam cães ou gatos provenientes de três ou mais ninhadas por ano, da sua própria criação.

As candidaturas à licença são avaliadas pela autoridade competente, que toma particular atenção à capacidade de o candidato levar a cabo as suas actividades e às instalações onde as actividades terão lugar, verificando se são adequadas no que diz respeito ao bem-estar animal.

Os requisitos para criadores de cães e gatos são apresentados em regulamentos específicos, que também incluem aconselhamento, para além de provisões obrigatórias. As provisões cobrem, entre outros aspectos:

- Iluminação, ventilação, temperatura, humidade
- Equipamento do alojamento
- Salas específicas para armazenamento e preparação dos alimentos, tratamento dos animais e alojamento de animais doentes, em estabelecimentos de grande dimensão
- Os cães e gatos não podem ser alojados em jaulas, excepto em exposições e corridas e durante o transporte. Neste caso, os cães têm de ter oportunidade de se exercitar a intervalos de duas horas. Quando são transportados em jaulas, os cães e gatos não podem ser mantidos nas transportadoras durante mais de 3 horas, caso o veículo esteja estacionado
- Áreas para exercício e respectivo equipamento
- Os cães e gatos têm de satisfazer os seus requisitos sociais e não podem ser colocados sem vigilância junto de animais que não conheçam
- Os animais têm de ser limpos e escovados
- Tem de ser proporcionado alimento adequado todos os dias
- Os gatos e cães têm de ser inspecionados pelo menos duas vezes por dia. Os animais jovens, doentes ou feridos têm de ser inspecionados com maior frequência.

Na Suécia, é proibido usar para criação animais que tenham doenças ou deficiências que possam ser hereditárias, animais com maior probabilidade de ser portadores de doença genética e cujo cruzamento aumente o risco de doença ou deficiência nos descendentes, e/ou animais que apresentem distúrbios de comportamento na forma de respostas exageradas de medo ou agressividade a situações quotidianas.

Uma cadela ou gata que tenha sido submetida a duas cesarianas não pode continuar a ser usada para reprodução.

A ordem para o bem-estar animal prevê a realização de prévia de inspecções nas instalações antes da atribuição de uma licença ou, se for considerado mais adequado, o mais rapidamente possível após o licenciamento. Os Painéis administrativos regionais constituem as autoridades competentes para a realização dos controlos oficiais. O requisito para inspecção prévia não se aplica a estabelecimentos que alojem menos de 5 cães ou de 5 gatos.

Existe uma base de dados central com informação relativa a companhias relacionadas com animais, para efeitos de controlo do bem-estar animal na Suécia. Os criadores com licença (ao abrigo da secção 16 do Acto para o Bem-estar Animal) estão registados nessa base de dados. A base de dados é gerida pela Secretaria Sueca de Agricultura, mas os painéis administrativos regionais têm acesso à informação constante desta base de dados.

Requisitos para a criação de cães

Os regulamentos relativos à detenção de animais de companhia incluem provisões para a criação de cães, incluindo:

- Os cães devem ter oportunidade de se esconder dos outros cães. As divisões dos canis devem permitir o contacto visual entre os cães
- As áreas de exercício têm de estar equipadas com postos de vigilância na forma de uma plataforma com altura mínima de 0,5m acima do solo, onde os cães se possam deitar na sua posição natural
- Se os cães ficarem permanentemente na área de exercício, o espaço deve estar equipado com enriquecimento ambiental seguro
- As casotas dos cães têm de protegê-los contra o clima adverso
- Deve haver água disponível permanentemente
- Os grupos têm de ser formados por cães que se relacionem bem uns com os outros
- Os cachorros com idade inferior a 4 meses só podem ser deixados completamente sozinhos por curtos períodos de tempo
- Os cães não podem ser acorrentados no interior e só o podem ser no exterior por um período máximo de 2 horas. Os cachorros com idade inferior a 6 meses só podem ser acorrentados por períodos mais curtos
- Os cães mantidos no interior necessitam de ter oportunidade regular de efectuar exercício no exterior, adaptado à idade e estado de saúde do cão. Os cães mantidos permanentemente numa área de exercício também têm de ser passeados diariamente
- As cadelas não podem acasalar antes do segundo ciclo sexual nem antes dos 18 meses de idade
- Se uma cadela tiver duas ninhadas num intervalo de 12 meses tem de ser permitido um período de descanso mínimo de 12 meses antes do parto seguinte
- Os cachorros não podem ser separados da progenitora antes das 8 semanas de idade.

Requisitos para a criação de gatos

Os regulamentos relativos à detenção de animais de companhia incluem provisões específicas para a criação de gatos, incluindo:

- As divisões entre os gatis têm de permitir o contacto visual entre os gatos
- Os alojamentos para gatos têm de estar equipados com enriquecimento ambiental, como sejam áreas de repouso e esconderijo elevadas e uma caixa de areão para cada dois gatos
- A área onde os gatos são mantidos não deve alojar mais de 15 adultos ou 20 juvenis e todos os gatos têm de ter acesso a um local de repouso
- Os gatos não podem ser acorrentados
- Os gatinhos não podem ser separados das progenitoras antes de atingirem as 12 semanas de idade.

Os regulamentos também incluem aconselhamento, para além de provisões obrigatórias. Não existem outras *guidelines*/ códigos de boas práticas oficiais a nível nacional, mas organizações como sejam o Clube Sueco de Canicultura, por exemplo, têm os seus próprios regulamentos, aos quais as pessoas que participem nas suas actividades têm de aderir.

Regulamentação para comerciantes de cães e gatos

As pessoas que efectuem transacções comerciais de gatos e/ou cães também têm de ter uma licença, emitida assim que iniciem as transacções com base profissional ou numa escala substancial, ou que significa a venda de três ou mais cães ou gatos por ano, provenientes de outro criador.

As pessoas envolvidas no comércio de animais de companhia ou em transacções em escala substancial, têm de receber treino ou outro tipo de conhecimentos exigidos pela Secretaria Sueca de Agricultura.

Os cachorros não podem ser vendidos antes da idade de 8 semanas e os gatinhos antes das 12 semanas de idade.

Não é permitida a venda de gatos e cães em lojas de animais, em mercados nem na rua.

O comércio de gatos e cães através da Internet não está regulamentado.

Não existe uma idade mínima a partir da qual uma pessoa possa comprar um gato ou um cão. No entanto, aplicam-se as regras gerais sobre a paternidade que podem impedir um menor de 18 anos de comprar determinados itens (incluindo um animal). Em 2009, o Governo nomeou um comité para realizar uma avaliação geral da legislação relativa ao bem-estar animal. Este comité propôs, no relatório que efectuou (Relatório Oficial do Governo Sueco SOU 2011:75) um limite mínimo de 16 anos para uma criança deter um animal (como principal responsável). No entanto, ainda não foi tomada nenhuma decisão relativa à proposta de limite de idade.

Para além do Regulamento UE 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte, foram adoptadas regras nacionais específicas relativamente ao transporte de cães e gatos para fins comerciais. Estas regras cobrem requisitos de espaço, ventilação, temperatura, sombra e necessidade de proporcionar água aos gatos e cães a intervalos regulares, que não excedam as 6 horas. Os cães também têm de ser passeados de seis em seis horas. Os Anexos descrevem requisitos específicos de espaço para cães e para gatos de acordo com o respectivo porte.

Mutilações cirúrgicas

Ao abrigo do Acto para o Bem-estar Animal, é proibido submeter os animais a procedimentos cirúrgicos, excepto se forem necessários por motivos médico veterinários. Deste modo, a amputação de cauda e orelhas, onicoectomia e desvocalização são proibidas na Suécia.

Ligações à Legislação

Acto para o Bem-estar Animal e Ordem para o Bem-estar Animal:

<http://www.government.se/content/1/c6/09/03/10/f07ee736.pdf>

Regulamentações relativas à identificação e registo de cães:

<http://www.jordbruksverket.se/download/18.2c4b2c401409a3349311103/1377257068793/2013-029.pdf>

Regulamentações relativas à detenção de cães e gatos (incluindo a criação e comércio):

<http://www.jordbruksverket.se/download/18.26424bf71212ecc74b080001024/1370040518362/2008-005.pdf>

Regulamentações relativas ao transporte de animais vivos:

http://www.jordbruksverket.se/download/18.26424bf71212ecc74b08000907/DFS_2006-09.pdf

Registo de cães:

<http://www.jordbruksverket.se/amnesomraden/djur/olikaslagsdjur/hundarochkatter/hundregistret.4.207049b811dd8a513dc8000442.html>

Conclusões

Os resultados deste trabalho demonstram que a legislação existente a nível nacional em cada um dos 28 Estados Membros da UE, no que diz respeito às actividades comerciais envolvendo gatos e cães, varia extensamente.

Na ausência de uma legislação da UE que harmonize a legislação entre os Estados Membros da UE, este facto tem potencial para apresentar implicações graves, não apenas no campo do bem-estar dos cães e gatos, mas também em áreas chave relativamente às quais a UE tem competência para legislar: saúde pública, protecção ao consumidor e no funcionamento do mercado interno. Os achados chave estão resumidos abaixo e sempre que se relacionem com uma área da competência da UE, estão salientadas a negrito.

Identificação e Registo obrigatórios

A identificação e registo dos cães são, actualmente, obrigatórios em 19 dos 28 Estados Membros, bem como na Irlanda do Norte (parte do Reino Unido). A partir de 2016, este número subirá para 23 Estados Membros, uma vez que a Irlanda, Lituânia e o resto do Reino Unido (Inglaterra, Escócia e País de Gales) introduzi-la-ão em 2016. Na Letónia já é obrigatória a identificação dos cães, mas o registo só se tornará obrigatório em Julho de 2016. A maioria dos Estados Membros possui uma base de dados nacional na qual os cães têm de ser registados. No entanto, menos de metade dessas bases de dados estão ligadas a uma base de dados europeia, o que impossibilita uma rastreabilidade completa quando os cães são deslocados através das fronteiras da UE.

Para os gatos, a identificação e registo só são obrigatórios em dois Estados Membros: França e Grécia, mas também o é em sete comunidades autónomas Espanholas, e em algumas regiões da Alemanha e de Itália. A Lituânia introduzi-lo-á em Janeiro de 2016 e na Bélgica todos os gatos transferidos têm de estar previamente identificados e registados.

Na ausência de um sistema de identificação e registo para cães e gatos, que seja acessível em toda a UE, existe actualmente uma rastreabilidade limitada quando os animais são deslocados através das fronteiras dos países. Isto coloca um risco à **saúde pública** e animal caso os animais não possam ser detectados numa situação de surto de doença, ou caso os veterinários que tratam animais doentes não estejam alertados para o facto de eles serem provenientes de outro país.

“A identificação e registo de cães são, actualmente, obrigatórios em 19 dos 28 Estados Membros. Em 2016 este número subirá para 23 Estados Membros.”

No final de 2014, o projecto de três anos financiado pela UE, CALLISTO (relativo aos riscos de doenças infecciosas transmitidas por animais de companhia a humanos e animais de produção) concluiu que a identificação, na ausência de registo numa base de dados acessível através das fronteiras, tem um valor limitado para a prevenção e controlo de zoonoses,

estudos e inquéritos epidemiológicos.¹³ Como tal, o projecto emitiu uma recomendação de alta prioridade para a identificação e registo dos animais de companhia numa base de dados ligada entre os Estados Membros da UE.

A ausência de um sistema de identificação e registo que possa ser acedido através da UE também tem um impacto na **protecção ao consumidor**, nas situações em que os compradores não sejam capazes de determinar a origem do seu novo animal de estimação.

Criação

23 dos 28 Estados Membros impõem algum tipo de registo ou licenciamento para os criadores comerciais de cães, enquanto que só existe uma forma de registo ou licenciamento para criadores de gatos em 16 dos Estados Membros da UE.

No entanto, a definição de criador “comercial” não está harmonizada entre os Estados Membros, conduzindo a grandes distorções entre países, e mesmo entre regiões dentro do mesmo país.

As condições para o registo ou licenciamento também variam extensamente entre países. Por exemplo:

- Enquanto em alguns Estados Membros são impostos requisitos de educação/treino para os funcionários responsáveis pelos cuidados com os cães e/ou gatos nos estabelecimentos de criação, estes requisitos podem variar amplamente, desde uma pequena formação seguida de um teste até à necessidade de o gestor de um estabelecimento de criação ter um grau de formação em biologia. Na maioria dos Estados Membros, não existem requisitos de educação/treino para os funcionários dos estabelecimentos de criação.
- Os estabelecimentos de criação de cães e/ou gatos são inspeccionados antes de ser autorizado o início das actividades em apenas 12 dos Estados Membros.
- Apenas oito dos Estados membros têm uma base de dados nacional para criadores de cães e gatos registados/licenciados.
- Só existem provisões para a sociabilização de cachorros e/ou gatinhos na Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Lituânia, Holanda e no Reino Unido, País de Gales (a partir de Abril de 2015) e Irlanda do Norte.
- Alguns Estados Membros têm requisitos detalhados relativamente às condições nas quais os animais reprodutores e respectivas ninhadas devem ser mantidos, enquanto outros não têm absolutamente nenhuns requisitos. Nas situações em que existem requisitos detalhados, estes podem variar de forma acentuada.
- Apenas 15 Estados Membros têm legislação para prevenir a criação selectiva de cães e gatos portadores de problemas genéticos,

“Alguns Estados Membros possuem requisitos detalhados relativamente às condições nas quais os animais reprodutores e respectivos descendentes devem ser mantidos, enquanto outros não têm nenhum tipo de requisitos”

¹³ Strategy report of the EU CALLISTO project, 2014:
http://www.callistoproject.eu/joomla/attachments/article/111/third_cycle_report.pdf

como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas. Entre os países que adoptaram provisões legais, vários só têm uma provisão geral que não permite a selecção para fins reprodutivos de animais “cuja características anatómicas e fisiológicas ou atributos comportamentais possam, dependendo da espécie e raça, ser comprovadas deletérias para a saúde e bem-estar da fêmea reprodutora e dos seus descendentes”.

A existência de padrões fracos durante a reprodução pode resultar em problemas graves de bem-estar para os cachorros e gatinhos. Quando os cachorros e gatinhos são criados de forma que aumente o risco de problemas de saúde, tal coloca um risco para a **protecção ao consumidor**, quando os novos compradores são confrontados com despesas veterinárias avultadas e inesperadas para o seu novo animal de estimação. Para colocá-lo num contexto, a Parvovirose Canina é exemplo de uma doença infecciosa que pode surgir se os cachorros forem criados sob condições inadequadas. Para além das implicações óbvias de bem-estar para os cachorros, o tratamento da Parvovirose Canina no Reino Unido pode ter um custo de até £1000 (cerca de 1350€). Se um cachorro estiver hospitalizado durante uma semana, este custo pode atingir um total de £2-3000 (cerca de 2700-4050€). A displasia de anca exemplifica uma doença hereditária relativamente à qual os cães podem ser despistados para reduzir o risco do seu desenvolvimento na descendência. No Reino Unido, a cirurgia de substituição da articulação coxo-femoral em cães pode custar £4500 a £9000 para cada anca (cerca de 6-12000€).

Quando os cachorros e gatinhos são criados em más condições, também podem não ter oportunidade de interagir com uma variedade suficiente de ambientes, pessoas ou outros animais, de modo a permitir-lhes o desenvolvimento na forma de adultos confiantes, o que pode resultar em problemas comportamentais a longo prazo. Se os proprietários não estiverem alertados para este risco, tal também tem um impacto na **protecção ao consumidor**. Os problemas comportamentais constituem um dos principais motivos de entrega dos animais a instituições pelos proprietários, por serem incapazes de conviver com o comportamento dos seus animais de estimação.

Como a legislação relativa à reprodução varia marcadamente entre os Estados Membros, este facto tem um impacto potencial no **funcionamento do mercado interno**. Nos casos em que os criadores de alguns países não tenham de cumprir requisitos pormenorizados para a criação de cães e gatos, haverá custos menores para o cumprimento dos requisitos nacionais mínimos. Este facto está posto em evidência num relatório recente dedicado ao Tráfico de Cachorros, que demonstra a entrada ilegal no Reino Unido de cachorros oriundos da Lituânia e Hungria¹⁴. A falta de uniformização dos padrões de criação entre Estados Membros constitui um incentivo óbvio para este tipo muito lucrativo de tráfico, com criadores a obter lucros na ordem das £100.000 por ano (cerca de 135.000€) através da exportação de cachorros.

¹⁴ The Puppy Smuggling Scandal: an investigation into the illegal entry of dogs into Great Britain under the Pet Travel Scheme. Dogs Trust, 2014.

[https://www.dogstrust.org.uk/press-materials/dt_puppy_smuggling_report_v12_web\(1\).pdf](https://www.dogstrust.org.uk/press-materials/dt_puppy_smuggling_report_v12_web(1).pdf)

Comércio

A maioria dos Estados Membros estabeleceu um sistema de licenciamento para comerciantes de cães e gatos. No entanto, as condições necessárias para o licenciamento podem variar marcadamente entre países. Por exemplo:

“Uma grande maioria dos Estados Membros (20 dos 28) ainda permite a venda de cães e gatos nas lojas de animais”

- Uma grande maioria dos Estados Membros (20 dos 28) ainda permite a venda de cães e gatos em lojas de animais. Adicionalmente, na Eslovénia, ainda é permitida a venda de gatos em lojas de animais. Há grandes diferenças entre países no que diz respeito aos requisitos necessários para a autorização das lojas de animais.
- 15 dos Estados Membros permitem a venda de cães e gatos em mercados.
- A grande maioria dos Estados Membros não tem nenhum tipo de controlo sobre o comércio através da Internet. Nas situações em que o Estado membro tem algum controlo sobre as transacções através da Internet, ele pode variar desde um requisito para a menção do número de microchip do animal no anúncio que é colocado *on line*, até à proibição do comércio através da Internet nesse Estado membro (Luxemburgo).
- 8 dos Estados Membros não impõem uma idade mínima a partir da qual é permitida a venda de um cachorro, e 10 não impõem idade mínima para a venda de gatinhos. Nos casos em que é imposta uma idade mínima para a venda dos animais, pode variar de 7 a 12 semanas para os gatinhos e entre 7 e 8 semanas para os cachorros.
- Nem todos os Estados Membros impõem uma idade mínima a partir da qual uma pessoa possa comprar um cão ou um gato. Nos casos em que exista idade mínima, pode variar entre 14 e 18 anos.
- Apenas dois Estados Membros adoptaram requisitos detalhados para o transporte de gatos e cães para fins comerciais para além dos requisitos existentes no Regulamento do Conselho (EC) No 1/2005.
- Em alguns Estados Membros não há nenhum tipo de regulamentação para o comércio de gatos e cães.

As variações marcadas existentes a nível da legislação nacional relativa ao comércio de cães e gatos podem resultar em problemas graves. Nos casos em que os cachorros e gatinhos podem ser vendidos em lojas de animais, mercados, através da Internet ou por intermédio de um comerciante que não seja o criador, os proprietários podem não tomar conhecimento onde e como o seu novo animal de estimação foi criado e as experiências que teve. Este facto coloca um risco à **protecção ao consumidor**, caso os proprietários comprem inconscientemente animais de estimação que possam ter ou vir a desenvolver problemas de saúde ou comportamentais.

Este facto também tem impacto no **funcionamento do mercado interno**, sempre que os comerciantes de alguns países se encontrem em desvantagem competitiva relativamente aos de outros países.

Mutilações cirúrgicas

As mutilações cirúrgicas são proibidas na maioria dos Estados Membros. No entanto:

- 4 Estados Membros ainda permitem a amputação de cauda como regra. 9 Estados Membros permitem-na em determinadas circunstâncias, como sejam cães de trabalho ou determinadas raças de cães de caça.

“4 Estados Membros ainda permitem a amputação de cauda como regra. 9 Estados Membros permitem-na em determinadas circunstâncias, como sejam cães de trabalho ou determinadas raças de cães de caça”

As mutilações cirúrgicas, por motivos não relacionados com objectivos terapêuticos, podem ser deletérias para o bem-estar animal. No que diz respeito à amputação de cauda, que constitui a excepção mais frequente às mutilações nos Estados Membros, há forte evidência que comprova que a realização da amputação é um procedimento doloroso. Em alguns Estados Membros, a amputação da cauda tem de ser efectuada antes de o cachorro atingir determinada idade, o que é motivado pelo conceito generalizado que os animais muito jovens têm menor sensibilidade dolorosa. No entanto, há evidência científica que a dor nos neonatos é mais acentuada que nos adultos.

A cauda também constitui um importante elemento de comunicação para o cão, relativamente a outros cães e a outras espécies, pelo que a amputação da cauda pode prejudicar a capacidade de comunicação.

A remoção da cauda pode induzir ou exacerbar outros problemas médicos, como seja a incontinência nas cadelas.

Conclusão

Este relatório tem como objectivo avaliar a legislação nacional relativa aos cães e gatos envolvidos em práticas comerciais em cada um dos 28 Estados Membros da UE. Está especificamente focado na legislação relacionada com a reprodução, comércio e mutilações cirúrgicas. Os achados do relatório demonstram que há uma grande variabilidade na legislação nacional entre países e que continua a haver lacunas substanciais em vários países.

Em 2010, um relatório publicado pela Comissão Europeia relativo à Avaliação da política da UE relativa ao bem-estar animal salientou a necessidade de estender o espectro da legislação da UE relativa ao bem-estar animal. Efectivamente, o relatório verificou que a legislação da UE relativa à protecção dos animais tinha contribuído para um funcionamento adequado do mercado interno, fundamentalmente nas áreas onde tinha sido adoptada a legislação específica da UE. O relatório demonstrou que existiam muito maiores variações nos padrões praticados para os animais que não eram abrangidos pela legislação europeia actual, como sejam os animais de estimação, e que era importante proceder à harmonização da legislação, de modo a evitar a distorção da competitividade no seio do mercado interno. Os resultados desta investigação confirmam estes achados. A legislação da UE nesta área também protegeria a saúde animal e humana e garantiria a protecção ao consumidor.

Portanto, no contexto das actividades transfronteiriças, a regulamentação do bem-estar dos gatos e cães deve ser da responsabilidade da UE, pelas mesmas razões que levaram a UE a adoptar regras para a protecção de outras categorias de animais, como sejam os animais de produção e os de laboratório.

“No contexto das actividades transfronteiriças, a regulamentação do bem-estar dos gatos e cães deve ser da responsabilidade da UE”

Recomendações

A *EU Dog & Cat Alliance* recomenda a tomadas das seguintes acções por parte da UE:

- Deve ser adoptada legislação da UE que exija a **obrigatoriedade de identificação permanente e registo dos cães e gatos** numa base de dados adequada, que esteja ligada a uma base de dados da UE. Esta medida permite a rastreabilidade, para ajudar a proteger a saúde e bem-estar animal e melhorar a protecção ao consumidor.
- Devem ser adoptados requisitos específicos para **o transporte de gatos e cães** relacionado com uma actividade económica, ao abrigo do Regulamento do Conselho (EC) No 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte e operações relacionadas. A existência de provisões pormenorizadas que abranjam gatos e cães permitirá um melhor reforço deste Regulamento. Esta medida deixará menos espaço para a interpretação, garantindo uma melhoria no bem-estar dos cães e gatos que sejam transportados.
- Os Estados Membros devem adoptar legislação europeia exigindo o **licenciamento de criadores de cães e gatos**. Esta medida melhorará o funcionamento do mercado interno da UE, garantindo padrões mínimos semelhantes entre todos os Estados Membros, ao mesmo tempo que melhoraria a saúde e bem-estar animal e garantiria a protecção ao consumidor.
- **A harmonização dos padrões da UE para criadores de gatos e cães** deverá esclarecer a definição de “criador comercial”. Os padrões deveriam incluir, entre outros: requisitos para garantir que os cães e gatos são mantidos em condições adequadas relativamente às necessidades específicas para a espécie; provisões relacionadas com o treino/educação dos funcionários que cuidem dos gatos e cães em estabelecimentos de criação, ou experiência equivalente; requisitos para garantir uma sociabilização adequada dos cachorros e gatinhos; e requisitos para prevenir práticas de reprodução selectiva que conduzam a uma reduzida diversidade genética, doenças hereditárias e à expressão de conformações exageradas. Este tipo de padrões deve ser estabelecido com o auxílio de peritos reconhecidos nas áreas da saúde, comportamento e bem-estar dos cães e gatos.
- **Proibição da venda de gatos e cães em lojas de animais, mercados, espectáculos ou exposições, bem como na rua. Também devem ser introduzidas medidas de controlo adequadas para o comércio através da Internet.** A venda de gatos e cães só deve ser efectuada a partir das instalações dos criadores, o que permite aos novos proprietários reconhecerem as condições sob as quais o seu novo animal de estimação foi criado e o tipo de experiências a que foi submetido, para minimizar os riscos de desenvolvimento de problemas de saúde e de comportamento no futuro. No que diz respeito à importação a partir de outros Estados Membros, só os criadores registados é que devem estar autorizados a importar cães e gatos a partir de criadores registados de outros Estados Membros, os quais serão vendidos a partir das suas instalações. Esta medida permitirá uma rastreabilidade completa dos animais e do criador de onde têm origem, um melhor funcionamento do mercado interno e uma melhor protecção ao consumidor.



- **Proibição absoluta de todo o tipo de mutilações cirúrgicas** que ainda estejam autorizadas, por motivos que não de natureza terapêutica, ou seja, amputação de cauda e orelhas, onicoectomia e desvocalização.

Anexo 1

Lista das questões utilizadas para o estudo da legislação nacional e para a compilação dos resumos da legislação nacional.

1. Identificação e registo

- É obrigatória a identificação permanente dos cães e/ou dos gatos? Caso afirmativo, é efectuada mediante a aplicação de microchip ou com tatuagem?
- É obrigatório o registo dos cães e/ou gatos numa base de dados nacional?
- Caso o registo seja obrigatório, quantas bases de dados aprovadas para cães e/ou gatos existem no país? As bases de dados aprovadas estão ligadas a uma base de dados europeia? Ex. Europetnet
- Se não houver requisito para o registo de cães e/ou gatos, numa base de dados nacional, qual é a situação alternativa? Por exemplo, existem bases de dados nas quais os proprietários possam registar os seus animais de forma voluntária? Caso afirmativo, quantas bases de dados?

2. Regulamentação de criadores de cães e gatos

- Há algum tipo de regulamentação para criadores de cães e/ou gatos, como seja um requisito para o respectivo registo ou licenciamento? Ou seja, os criadores têm de registar os seus dados junto da Autoridade Competente ou do Município ou têm de cumprir determinadas condições antes de serem legalmente autorizados a criar cães e/ou gatos?
- Se for necessário o registo ou licenciamento para criadores de cães e/ou gatos, esta obrigatoriedade aplica-se a todos os criadores ou apenas a alguns? Ex. os criadores que produzam determinado número de ninhadas por ano ou que detenham determinado número de cadelas reprodutoras? Por favor, descreva os critérios, tais como eventuais custos envolvidos no registo ou licenciamento do criador.
- Por favor, resuma os requisitos que os criadores têm de cumprir para serem autorizados a reproduzir cães e/ou gatos. Por exemplo, há requisitos que especifiquem a forma como os animais devem ser mantidos, as suas necessidades comportamentais, requisitos sanitários, etc? Ou os criadores têm, simplesmente, de registar informação básica, como seja o seu nome e morada?
- É efectuado algum tipo de avaliação/ inspecção aos criadores? Caso afirmativo, qual é a frequência das inspecções e quem é que as efectua? Os criadores necessitam de submeter-se a inspecções para continuar a actividade de criação?
- Caso a informação relativa aos criadores seja registada numa base de dados, quem é o responsável pela sua gestão? É obrigatório manter a informação actualizada?
- Há alguma legislação que previna a reprodução de cães e/ou gatos portadores de problemas genéticos, como sejam doenças hereditárias ou conformações exageradas?

- É obrigatório algum tipo de educação/ treino para criadores de cães e/ou gatos na área do bem-estar?
- Há algum tipo de *guidelines* ou códigos de boas práticas de bem-estar nacionais aos quais os criadores registados devam aderir? Caso afirmativo, são obrigatórias ou orientadoras?
- Para além da regulamentação descrita anteriormente, por favor resuma quaisquer requisitos adicionais que os criadores devam cumprir para a criação de cães e/ou gatos.

3. Venda

- Há algum requisito para o licenciamento ou cumprimento de determinados critérios para os comerciantes de cães e gatos serem autorizados a vender animais? Caso afirmativo, por favor resuma-os.
- A venda de cães e/ou gatos através da internet é regulamentada? Caso afirmativo, por favor resuma os requisitos chave.
- É permitida a venda de cães e gatos em lojas de animais, mercados ou na rua? Por favor, especifique todas as situações que sejam aplicáveis.
- Existe alguma idade mínima a partir da qual seja permitida a venda de cães e/ou gatos?
- Existe alguma idade mínima para o proprietário, a partir da qual seja permitida a compra de um cão e/ou gato?
- Existe alguma legislação nacional relativa ao transporte de cães e gatos para venda? Caso afirmativo, por favor resuma os requisitos chave.
- É obrigatório algum tipo de educação/treino na área do bem-estar para comerciantes?
- Para além dos requisitos descritos anteriormente, por favor resuma quaisquer requisitos chave adicionais que os comerciantes tenham de cumprir para a venda de cães e/ou gatos.

4. Mutilações cirúrgicas

- É proibida a realização de intervenções cirúrgicas com o objectivo de mudar a aparência de um cão e/ou gato, ou com outros objectivos não curativos? Por exemplo, esta questão inclui a amputação de cauda e orelhas, desvocalização e onicoectomia.

Agradecimentos

A *EU Dog & Cat Alliance* gostaria de agradecer a todas as Autoridades Competentes e organizações para o bem-estar animal que ajudaram a verificar a precisão dos resumos nacionais apresentados neste relatório.

Atribuição: o uso da informação constante deste relatório deve ser creditado à *EU Dog & Cat Alliance* e não é permitido alterar, transformar ou construir a partir deste material. Este documento foi reproduzido com a gentil autorização da *EU Dog & Cat Alliance*. A *EU Dog & Cat Alliance* não assume nenhuma responsabilidade por quaisquer erros ocorridos na tradução de inglês para português, que é da exclusiva responsabilidade da Associação Portuguesa de Médicos Veterinários Especialistas em Animais de Companhia (APMVEAC).

This report is reproduced with the kind permission of the EU Dog & Cat Alliance and the EU Dog & Cat Alliance accept no liability for any errors made in the translation from English into Portuguese which is the sole responsibility of the Portuguese Veterinary Association

A *EU Dog & Cat Alliance* resulta da fusão de organizações de toda a UE que trabalham para a protecção do bem-estar dos cães e gatos. O secretariado da *EU Dog & Cat Alliance* é administrado pelo *Dogs Trust*.

Para mais informação, por favor contacte:

info@dogandcatwelfare.eu

www.dogandcatwelfare.eu

Sede:
17 Wakley Street
London
EC1V 7RQ
0044 7837 0006

